

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**INTERAÇÕES COMUNICACIONAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UM ESTUDO DA APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA
COLETA SELETIVA POR MORADORAS/CONSUMIDORAS EM
LAJEADO - RS**

Alessandra Marlice de Brito Farias

Lajeado, abril de 2010

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**INTERAÇÕES COMUNICACIONAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UM ESTUDO DA APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA
COLETA SELETIVA POR MORADORAS/CONSUMIDORAS EM
LAJEADO - RS**

Alessandra Marlice de Brito Farias

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário Univates, como requisito parcial para a obtenção de Título de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jane Márcia Mazzarino

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eniz Conceição Oliveira

Lajeado, abril de 2010

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**INTERAÇÕES COMUNICACIONAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UM ESTUDO DA APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA
COLETA SELETIVA POR MORADORAS/CONSUMIDORAS EM
LAJEADO - RS**

Elaborada por
Alessandra Marlice de Brito Farias

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ambiente e Desenvolvimento

COMISSÃO EXAMINADORA:

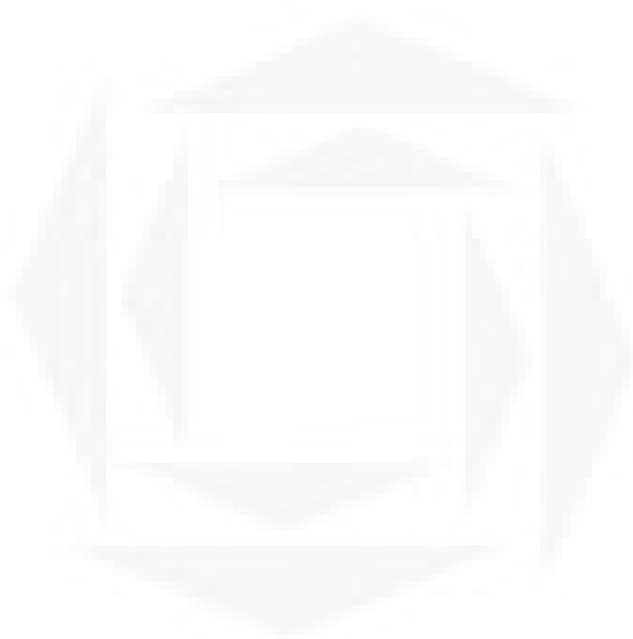
Prof^a. Dr^a. Jane Márcia Mazzarino
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Eniz Conceição Oliveira
(Coorientadora)

Prof^a. PhD. Isabel Cristina de Moura Carvalho

Prof. Dr. Mauro Grün

Lajeado, abril de 2010



UNIVATES

*Para meus pais
Edegar e Marlene
E meus irmãos Thiago e Elisandra*

Agradecimentos

Em especial a **professora Jane Márcia Mazzarino**, orientadora desse trabalho, pela disponibilidade e inúmeras contribuições, pela paciência e dedicação a que teve comigo, tanto nos momentos de fragilidade como de alegria. Pelo exemplo, determinação e sabedoria que compartilhou.

A **professora Eniz Conceição Oliveira** pelo acolhimento e contribuições à minha proposta de trabalho.

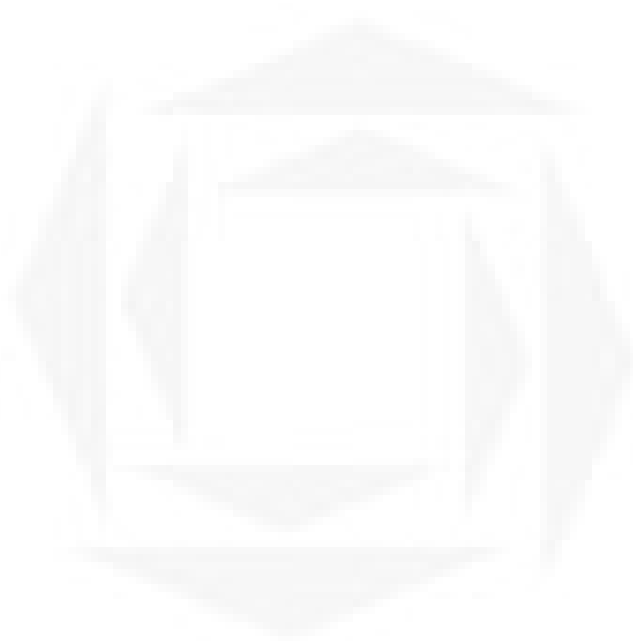
Aos meus pais **Edegar** e **Marlene** por terem me propiciado a oportunidade de estudo. Por tudo que me ensinaram, pelo amor incondicional e por terem acreditado na minha capacidade e me fazerem acreditar que os desafios são possíveis de serem superados.

Aos meus irmãos **Thiago** e **Elisandra** pelo apoio, amor, tolerância e compreensão incondicional demonstrado ao longo de todo este estudo.

Ao **Maurício** pelo carinho, confiança, incentivo, apoio nos períodos difíceis e compreensão nos momentos de ausência.

Aos **bolsistas** do Projeto de Extensão Comunicação para a Educação Ambiental pela colaboração a este estudo.

As **entrevistadas** pelo interesse de participar da pesquisa, que muito contribuíram para a realização da mesma.



UNIVATES

"A natureza reservou para si tanta liberdade que
não a podemos nunca penetrar completamente
com o nosso saber e a nossa ciência."

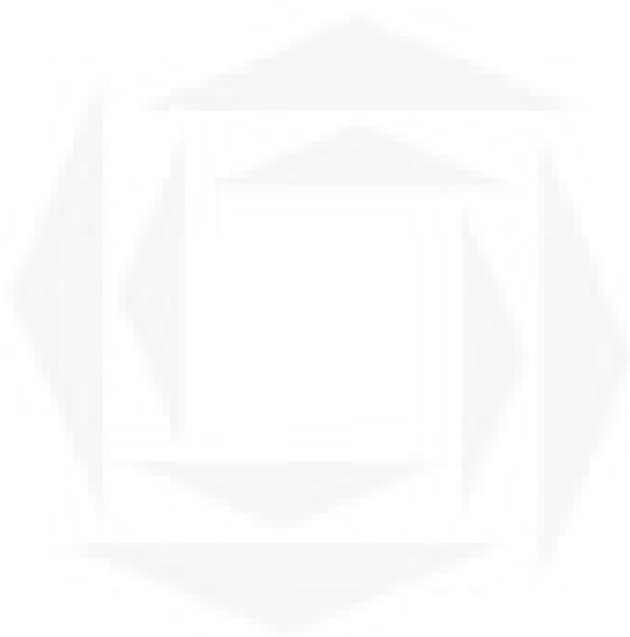
Goethe

RESUMO

A mudança de hábitos e as necessidades da sociedade moderna provocaram um aumento significativo na quantidade de resíduos sólidos produzidos diariamente, gerando um problema ambiental e social. É urgente a necessidade de promover a mudança de comportamento do homem para a melhoria da qualidade de vida da população, além de motivar e mobilizar a sociedade para novas práticas sociais a partir da lógica da sustentabilidade. Portanto, ações e políticas públicas voltadas para a educação ambiental se tornam possibilidades para a minimização da problemática relacionada ao consumo e descarte de resíduos. Partindo deste pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo principal investigar as estratégias de comunicação utilizadas pelo Centro de Educação Ambiental (CEA) da Prefeitura Municipal na sensibilização dos moradores/consumidores de Lajeado para a participação na coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos e compreender as apropriações das moradoras/consumidoras sobre o tema, situando a política pública de educação ambiental municipal em relação aos princípios de documentos federais, estaduais e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Teoricamente abordaremos o consumo como problema socioambiental, educação para o consumo, comunicação para a educação ambiental e políticas públicas ambientais federais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde fizemos uso de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como técnicas de coleta de dados, foram realizadas entrevistas do tipo semi-estruturada individuais com as moradoras/consumidoras dos bairros de Lajeado. Após a realização das entrevistas, foram selecionadas algumas das entrevistadas para participar de um grupo de discussão e entrevistas individuais. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo qualitativa. Como resultado verificou-se que as ações realizadas pelo CEA convergem com a maioria dos princípios do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e com os pressupostos das políticas públicas federal e estadual. Em relação às moradoras/consumidoras percebeu-se que elas possuem a preocupação com os impactos ambientais causados pelos descartes dos resíduos, procurando separar de forma correta os resíduos gerados em suas residências.

Em relação às campanhas de informação a respeito da coleta seletiva, as moradoras/consumidoras relataram que falta divulgação nos meios de comunicação, enquanto que para a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) de Lajeado as campanhas que são realizadas são suficientes.

Palavras-chave: Comunicação. Educação ambiental. Morador/Consumidor. Políticas públicas. Problemas ambientais. Resíduos sólidos.



UNIVATES

ABSTRACT

The change of habits and necessities of modern society led to a significant increase in the amount of solid waste produced daily, creating an environmental and social issue. There is an urge for promoting a change in human behavior in order to improve the quality of living, and to motivate and mobilize society to new social practices based on the logic of sustainability. Therefore, actions and public politics for environmental education has become possibilities to minimize the problems related to consumption and discharge of waste. Under this presupposition this study aims to investigate the strategies of communication used by the Environmental Education Center (CEA) of the city prefecture to educate the residents/consumers of Lajeado city to participate in selective collection of solid household waste and to understand their respective appropriations, placing the public policts of municipal environmental education on the principles of government documents(federal and of state), and the Treaty on Environmental Education for Sustainable Societies and Global Responsibility. In theory, we process thenstudy in three topics: the consumption as social and environmental issue, education for consumption, communication for environmental education and federal environmental public politics. This is a qualitative research wich we made use of bibliographic, documentary and field research. As techniques for collecting data, interviews were conducted in semi-structured individual with the residents / consumers of neighborhoods of Lajeado city. After the interviews were made, some of the interviewees were selected to participate in a group discussion and for individual interviews. The data were compared by means of qualitative content analysis. As a result it was found that the actions taken by the CEA concur with most of the principles of the Treaty on Environmental Education for Sustainable Societies and with the assumptions of public politics: federal and of the state. In relation to the residents / consumers we realized that they have a concern about the environmental impacts caused by discharges of waste, trying to separate properly the waste generated in their homes. In relation to information campaigns about waste collection, the residents/consumers reported that there is a deficiency of disclosure in the media, despite the considerations of the Environment Secretariat (SEMA) of Lajeado that considers their campaigns sufficient.

Keywords: Communication. Environmental education. Residents/Consumer. Policies public. Environmental problems. Solid waste

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Empresas que recebem materiais recicláveis.....	20
QUADRO 2 - Síntese dos objetivos, fontes e procedimentos	52
QUADRO 3 - Síntese do histórico da legislação ambiental brasileira	56
QUADRO 4 - Síntese do cumprimento dos princípios e relação entre os documentos, tomando por base o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.....	96
QUADRO 5 - Identificação das entrevistadas	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRELPE	Associação Brasileira de Empresa de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
CEA	Centro de Educação Ambiental
COCAVAT	Cooperativa de Catadores do Vale do Taquari
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DMA	Departamento Municipal do Meio Ambiente
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
FIEMA	Feira Internacional de tecnologia para o Meio Ambiente
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LD	Linha da Dignidade
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCA	Plano de Controle Ambiental
PEAD	Polietileno de Alta Densidade
PET	Polietileno Tereftalato

PIB	Produto Interno Bruto
PMMA	Política Municipal de Meio Ambiente
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PP	Polipropileno
RBS	Rede Brasil Sul
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
USP	Universidade de São Paulo

UNIVATES

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contexto socioambiental de pesquisa.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 Consumo como problema socioambiental.....	23
2.2 Educação para o consumo.....	29
2.3 Comunicação para a educação ambiental.....	38
3 MÉTODO.....	44
3.1 Método de pesquisa.....	44
3.2 Processo de coleta e tratamento dos dados.....	45
4 PROGRAMAS E TRATADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	54
4.1 Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.....	54
4.2 Políticas públicas ambientais federais.....	56
4.2.1 Ministério do Meio Ambiente (MMA).....	62
4.2.2 Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).....	63
4.2.3 Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).....	64
4.2.4 Programa de Educomunicação.....	67
4.2.5 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).....	70
4.3 Política Estadual de Educação Ambiental.....	71

5 PRÁTICAS LOCAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	74
5.1 Política Ambiental em Lajeado.....	74
5.2 Atividades de Educação Ambiental Relativas à Coleta Seletiva.....	81
5.3 Análise das atividades de educação ambiental relativas à coleta seletiva em relação aos princípios norteadores.....	86
 6 APROPRIAÇÕES DOS MORADORES SOBRE A POLÍTICA DE COLETA SELETIVA.....	 102
6.1 Perfil das entrevistadas.....	103
6.2 Análise dos dados obtidos no grupo de discussão.....	107
6.2.1 Relação com os resíduos.....	107
6.2.2 Representações sobre a coleta seletiva.....	109
6.2.3 Práticas de consumo.....	111
6.2.4 Educação ambiental.....	115
6.3 Análise dos dados obtidos nas entrevistas individuais.....	119
6.3.1 Relação com os resíduos.....	119
6.3.2 Representações sobre a coleta seletiva.....	120
6.3.3 Práticas de consumo.....	122
6.3.4 Educação ambiental.....	124
6.4 Análise comparativa entre grupo focal e entrevistas individuais.....	125
6.5 Comparação entre discursos do poder público e dos moradores de Lajeado.....	132
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 134
 REFERÊNCIAS.....	 139
 ANEXOS.....	 145

1 INTRODUÇÃO

Mudanças nas formas de conhecimento da humanidade proporcionaram avanços tecnológicos e científicos, com efeitos nos modos de vida em sociedade. As alterações nas concepções do espaço e de tempo que caracterizam a sociedade contemporânea impõem um novo padrão de vida, que tem consequências sobre todas as espécies vivas, sendo algumas delas consideradas irreversíveis.

Com o crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização em larga escala, aumenta a utilização dos recursos naturais para produção de bens de consumo e, conseqüentemente, a produção de resíduos. Após a Revolução Industrial, o uso dos recursos naturais para produção de bens se amplia de uma forma sem precedentes e, muitas vezes, sem que se levem em conta os impactos causados ao meio ambiente. Ao invés disso, os aspectos econômicos são supervalorizados.

Sérios problemas ambientais são consequência dos padrões de consumo na sociedade capitalista. Em contrapartida, surgiram os movimentos sociais preocupados com a degradação ambiental, tanto local como global, que exigem mudanças e soluções, bem como trazem propostas para minimizar a crise ambiental. A problemática ambiental é de caráter global, mas as estratégias para as soluções ambientais tendem a ter um caráter local, levando em consideração os aspectos sócio-culturais e naturais do contexto onde se inserem. Se os hábitos de consumo e a defesa do meio ambiente formam uma equação de difícil solução, podem-se encontrar algumas propostas que se apresentam como ponto de

convergência entre ambientalistas e atores de outros campos sociais: é a necessidade de ações de educação ambiental. A educação ambiental para a sensibilização dos impactos que os hábitos de consumo e descarte produzem no meio ambiente pode desencadear mudanças significativas na relação do indivíduo com a natureza, minimizando os problemas ambientais que já fazem parte do cotidiano de todos. É urgente a necessidade de promover a mudança de comportamento do homem para a melhoria da qualidade de vida da população, além de motivar e mobilizar a sociedade para novas práticas sociais, entre elas as práticas de consumo e descarte a partir da lógica da sustentabilidade.

A comunicação ambiental torna-se relevante quando percebe-se que a sociedade e a natureza estão em um momento flagrante de contradição. De um lado progressos geram conhecimentos, avanços tecnológicos e desenvolvimento econômico, e por outro o desemprego, a poluição, o desmatamento e outros problemas ambientais gerados pela relação do homem com a natureza. Percebe-se que nem sempre o homem utiliza o conhecimento adquirido para minimizar os impactos causados na natureza. Por isso, entende-se que é importante discutir a comunicação no seu potencial para iniciativas na área da educação ambiental, como uma possibilidade da construção de novos valores em relação à sociedade e como esta vivencia a problemática ambiental, especialmente em relação ao consumo e ao descarte de resíduos.

Questiona-se qual tem sido o papel do Poder Público no processo de sensibilização da sociedade para com os problemas ambientais. Considera-se como fundamental o desenvolvimento de ações e estratégias que fortaleçam as possibilidades de soluções sustentáveis nos municípios e, para isso, é necessário que as políticas ambientais sejam compatíveis com a realidade local. Diante desse contexto, interessa saber como as estratégias e discursos de educação ambiental da Prefeitura Municipal em relação à coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos estão sendo ofertados e apropriados pelos moradores de Lajeado?

Pode-se ainda indagar: As estratégias de comunicação utilizadas pela Prefeitura Municipal de Lajeado, para sensibilizar os moradores/consumidores, está

sendo adequada aos receptores? Quais informações sobre a coleta seletiva de resíduos são ofertadas aos moradores do município de Lajeado, para que estes percebam uma relação da separação dos resíduos secos e orgânico, com os problemas ambientais? Quais as estratégias de divulgação utilizadas pelo município de Lajeado no que diz respeito à coleta seletiva? Os moradores estão sendo sensibilizados a participarem desta política pública com estas estratégias? Como a política municipal de educação ambiental se posiciona em relação aos princípios das políticas nacional, estadual e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global? Estas questões, para serem melhor compreendidas, devem ser contextualizadas na realidade socioambiental onde se realiza o estudo: Lajeado, município da Região centro-leste do Rio Grande do Sul.

Esse estudo visa investigar as estratégias de comunicação para educação ambiental utilizadas pela Prefeitura Municipal na sensibilização das moradoras/consumidoras de Lajeado, para a participação na coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos e as apropriações das moradoras/consumidoras sobre o tema, situando a política pública de educação ambiental municipal em relação aos princípios de documentos federal, estadual e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Os objetivos específicos são:

- Descrever e compreender como se dá o planejamento das políticas ambientais da Prefeitura Municipal de Lajeado.
- Descrever e caracterizar os projetos de Educação Ambiental para a coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos que a Prefeitura realiza com seus públicos-alvo, identificando os modelos e meios de comunicação utilizados.
- Situar as práticas da educação ambiental relativa à coleta seletiva em relação ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e às políticas públicas federal e estadual.
- Compreender as apropriações que as moradoras fazem dos discursos sobre coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos, consumo e ações de educação ambiental para o descarte.
- Comparar os discursos ofertados pelo poder público (produtor) e aqueles apropriados pelas moradoras/consumidoras (receptor).

Quatro hipóteses nortearam este estudo: 1) As estratégias de comunicação utilizadas pela Prefeitura Municipal de Lajeado não são adequadas aos diferentes públicos-alvo, devido à linguagem utilizada ser indiferenciada e não atingir os moradores individualmente; 2) Os moradores dos bairros do município de Lajeado não percebem uma relação significativa da separação dos resíduos orgânicos e secos com os problemas ambientais devido à falta de informação; 3) Os moradores do Município de Lajeado não estão familiarizados com os dias e horários da coleta seletiva devido à (in)comunicações entre produtores e receptores desta informação; 4) O programa de educação ambiental desenvolvido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Lajeado, atualmente, não baseia-se no enfoque participativo, dialógico, pois não leva em conta as diferentes formas de recepção das mensagens e baseia-se no formato "palestra", o que não resulta em uma educação ambiental conforme prevista nos documentos globais, federais, estaduais.

A pesquisa está dividida em quatro partes: a primeira traz a fundamentação teórica. A segunda parte apresenta a metodologia aplicada na pesquisa. A terceira aborda os programas e tratados em educação ambiental. A quarta e última parte refere-se às descrições e análises dos dados.

1.1 Contexto socioambiental da pesquisa

Em 1757 começou o povoamento da região do Vale do Taquari com a vinda de casais açorianos que se fixaram em Taquari. Em 1854 os primeiros alemães se estabeleceram em Lajeado, e em 1882 os italianos. A população atual é formada por descendentes destes imigrantes e de descendentes de africanos, além de imigrantes de diferentes regiões do RS (Instituto..., 2009a).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009a), a área do município de Lajeado é de 90 km² e conta com uma população de 67.476 habitantes, sendo mais de 99% urbana.

O município de Lajeado está localizado na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, a 117 km de Porto Alegre. Confronta-se ao Norte, com os municípios de Arroio do Meio e Marques de Souza, ao Sul com Cruzeiro do Sul e Santa Clara do Sul, a Oeste, com Forquetinha e Santa Clara do Sul e a Leste com Estrela. (Instituto..., 2009a).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009a), a economia do município tem nas indústrias sua maior contribuição: 42% do Produto Interno Bruto (PIB). Destacam-se indústrias alimentícias voltadas para o abate de frangos e suínos, bebidas, chocolates e doces. O setor moveleiro também é importante para a economia de Lajeado. Em 2005, os setores do comércio e serviços totalizaram 43,09% das empresas no município (Prefeitura..., 2008)

No setor da saúde, o município apresenta, dois hospitais, Hospital Bruno Born de natureza filantrópico e a Sociedade Médica Conventos, de natureza particular. A manutenção dos serviços de saúde é realizada em conjunto com as três esferas de governo. Em relação à educação, o Município dispõe de 65 estabelecimentos de ensino regular, abrangendo todos os níveis educacionais, desde a pré-escola até o ensino superior. Hoje Lajeado compõe um importante micro-pólo educacional da região do Estado (Prefeitura..., 2008).

Em relação aos resíduos sólidos domésticos, atualmente, é a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) que responsabiliza-se pelo seu recolhimento. A coleta é realizada tanto na área urbana como na rural. O recolhimento dos resíduos orgânicos na zona urbana é realizado diariamente e do lixo seco uma vez por semana em cada bairro.

De acordo com a SEMA (2009) a coleta seletiva iniciou no ano de 1993. A prefeitura terceiriza o serviço através da empresa pavimentadora RENAN, a qual faz o recolhimento dos resíduos urbanos domiciliares secos e orgânicos da cidade de Lajeado. A prefeitura também possui parceria com a Cooperativa de Catadores do Vale do Taquari (COCAVAT), a qual é licenciada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM). A COCAVAT realiza a triagem dos resíduos secos junto ao aterro sanitário de Lajeado. Os resíduos orgânicos são

destinados ao aterro sanitário e os resíduos secos são vendidos para empresas recicladoras. As empresas que recebem os materiais recicláveis do município estão apresentadas no quadro 1.

Quadro 1- Empresas que recebem materiais recicláveis

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	MATERIAIS
Gerdau	Sapucaia do Sul/RS	Sucata metálica
Valpasa	Tangará/SC	Papel
Astória Papéis	Gravataí/RS	Papel
Sul Pet	Farroupilha/RS	PET, PP, PEAD
Recividro	Sapucaia do Sul/RS	Vidro
Sumesa	Cachoeirinha/RS	Sucata metálica

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Lajeado (SEMA), 2009.

Desde 2004 o município conta com as instalações do aterro sanitário municipal. Antes disto era utilizado um lixão. O aterro é constituído por uma usina de triagem, na qual é feita a separação dos tipos de materiais recicláveis, e por uma célula¹ revestida com geomembrana e filtros de gás, no qual ocorre a deposição de resíduos orgânicos e rejeitos. Também possui sistema de drenagem de chorume e estação de tratamento de efluentes. No aterro trabalham um funcionário da prefeitura, responsável pelo seu funcionamento, cooperados da COCAVAT que fazem a triagem dos resíduos e a pavimentadora Renan, que faz a coleta do lixo. Todo o material coletado é encaminhado para o aterro sanitário, onde 30 cooperativados fazem a triagem, enfardamento e venda dos materiais recicláveis. A renda proveniente da comercialização do material reciclável é distribuída entre os membros da cooperativa (SEMA, 2009).

Os resíduos que chegam diariamente ao aterro são depositados na entrada da central de triagem. Primeiramente o caminhão é pesado para controle da

¹ Célula é uma cavidade no solo na qual possui uma geomembrana para a proteção do solo e do lençol freático, onde os resíduos orgânicos e rejeitos coletados são depositados.

quantidade do material que entra. Após os resíduos passam por uma esteira a fim de serem separados. O material que não pode ser aproveitado e os rejeitos vão para a célula. O chorume gerado da célula vai para a estação de tratamento de efluentes (SEMA, 2009).

Atualmente são recolhidos, diariamente, no município 40 toneladas de resíduos. Destes apenas 5% pode ser aproveitado como resíduo seco. No mês de dezembro de 2008 foram recolhidas 1.449 toneladas de resíduos orgânicos e 62 toneladas de resíduos secos, sendo que das 62 toneladas foram vendidas 58 toneladas (SEMA, 2009). Portanto, os dados apontam que a coleta seletiva tem problemas, já que grande parte dos materiais chegam ao aterro misturados.

A SEMA (2009) de Lajeado estimula a população a separar os resíduos secos e orgânicos através do Centro de Educação Ambiental (CEA), que promove e executa ações voltadas para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais. O espaço destinado à execução das atividades na sede da Secretaria é formado pela Sala da Natureza, Biblioteca Ambiental e Laboratório Verde.

O CEA também realiza visitas monitoradas ao Jardim Botânico, aterro sanitário e Parque do Engenho. As atividades tem como público-alvo preferencial alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e da Educação de Jovens e Adultos das três redes de ensino estadual, municipal e particular. Além disso, o CEA atua entre empresas públicas e privadas, clube de mães, agentes de saúde e agentes epidemiológicos, associação de moradores, grupo de jovens e comunidade em geral. O atendimento oferecido é agendado pela comunidade, escolas e órgãos interessados. As atividades seguem uma programação anual (SEMA, 2009).

A SEMA (2009) distribui materiais impressos com informações sobre arborização urbana, espécies em extinção, coleta seletiva, água, plantas medicinais, zoonoses e vetores (ratos e mosquito-da-dengue), cuidados com animais, entre outros. Além disso, há o projeto Sacola de Pano, que visa conscientizar a comunidade sobre a importância de diminuir o consumo de sacolas plásticas que

aumenta, em muito, o volume de resíduos. Outro serviço da Secretaria é o cadastramento dos catadores de rua para posterior capacitação dos mesmos.

A Secretaria do Meio Ambiente ganhou, em 2008, o prêmio da Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente – FIEMA. O prêmio é dado às melhores iniciativas na minimização dos impactos ambientais, garantindo a sustentabilidade da geração atual e futura, promovendo a consciência ambiental.

A partir desta contextualização socioambiental do tema dos resíduos sólidos domésticos em Lajeado, será realizada a discussão teórica em relação as questões que movem este estudo, a fim de realizar as análises, conforme os objetivos propostos.

2 Referencial Teórico

2.1 O consumo como problema socioambiental

Muito se tem discutido sobre as questões em torno da relação sociedade-natureza. Até a década de 70 os problemas ambientais eram atribuídos apenas ao descontrolado crescimento demográfico a exploração e a degradação decorrente dos recursos naturais para fins produtivos, os quais ocasionariam uma rápida redução dos recursos naturais do planeta. Para Leff (2007, p. 17) “a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza.”

Estudos realizados sobre a degradação ambiental e suas consequências trouxeram novas questões e formas de interpretar as causas dos problemas ambientais. Assim, o crescimento da população deixou de ser visto como a principal problemática ambiental dando lugar aos modos de produção. Segundo Portilho (2005, p. 48), “o debate crescimento populacional *versus* crescimento industrial na definição da crise estava sendo superado, com a ênfase recaindo sobre o segundo.”

O relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU), Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, enfatizava como outra causa dos problemas ambientais, a chamada “poluição de pobreza” ao sustentar que os países em desenvolvimento

estão cercados de sérios problemas ambientais amplamente atribuídos aos efeitos da pobreza. O crescimento populacional e industrial, os processos produtivos e a implantação de novas tecnologias já não eram os únicos problemas para o meio ambiente (Portilho, 2005, p. 49).

Assim, o crescimento econômico, o surgimento de novas tecnologias e de sistemas de produção mais avançados e, até mesmo, o consumo não eram mais criticados pelo modelo de desenvolvimento sustentável proposto, mas sim poderiam se refletir em melhor qualidade de vida, desde que se tivesse consciência do impacto que todas essas ações causam no meio ambiente e que se buscasse minimizá-las com soluções alternativas, como o consumo com responsabilidade.

Segundo Portilho (2005), os problemas ambientais referentes ao consumo surgem a partir da junção de três fatores inter-relacionados: o advento, a partir da década de 70, do “ambientalismo público”; a ambientalização do setor empresarial, a partir da década de 80, e a emergência, a partir da década de 90, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades afluentes.

Os problemas relacionados ao estilo de vida dos indivíduos começaram a ser discutidos de forma mais aprofundada na Rio 92 com a Agenda 21, quando organizações não governamentais (ONGs) passam a responsabilizar os consumidores tanto dos países em desenvolvimento como os desenvolvidos pelos problemas ambientais, surgindo paralelamente, estratégias como o consumo verde e consumo sustentável. Inaugura-se assim, nas palavras de Portilho, um segundo deslocamento discursivo: “dos problemas ambientais causados pela produção para os problemas ambientais causados pelo consumo” (Portilho, 2005, p. 51)².

Conforme Portilho (2005), nas propostas de consumo verde, o consumidor aparecia como o principal agente de mudanças, uma vez que suas escolhas e demandas teriam o importante papel de estimular a modernização ecológica das

² Portilho (2005) salienta que, ambientalismo público refere-se às preferências públicas pela qualidade ambiental e a simpatia por grupos ambientalistas e seus objetivos. A ambientalização do setor empresarial surge quando as empresas começam a adotar a imagem de “amigo verde” e deixam de lado a imagem de “vilão da ecologia”. Enfim, a partir da Rio 92, emerge na sociedade a preocupação com o impacto ambiental que os estilos de vida e consumo das sociedades afluentes produzem.

indústrias. O consumo verde estava restrito a mudanças tecnológicas e de *desing* em produtos/serviços e mudanças comportamentais dos indivíduos no mercado. O consumidor verde além de buscar qualidade e bom preço, inclui na sua decisão de compra a variável ambiental, dando preferência a produtos que não agredam o meio ambiente. Já no consumo sustentável a proposta é mais ampla. Priorizam-se as inovações tecnológicas e as mudanças nas escolhas individuais de consumo, enfatizando ações coletivas e mudanças políticas, econômicas e sociais, para que os padrões de consumo se tornem mais sustentáveis.

De acordo com Rocha (2008a), “o consumo foi convertido no espaço de articulação das distinções sociais, hierarquizadas em termos de uma distribuição diferencial de prestígio”. Na sociedade de consumo vende-se a idéia que quanto mais consumir, mais status terá o indivíduo e, portanto, estaria mais feliz. Mas, como ressalta Portilho (2005) o consumo refere-se também a conflitos e opções políticas relativas ao mundo material.

De acordo com Schlesinger e Pádua (2009) em 1992, foi publicado um documento denominado “Plano de Ação Holanda Sustentável”, pela organização Amigos da Terra da Holanda. O documento buscava projetar um cenário futuro, baseado na partilha mais equitativa dos recursos naturais com o resto do mundo. O documento deixava claro que o super-consumo de cerca de um quinto da humanidade, especialmente concentrada nos países desenvolvidos, mas também presente na elite dos países mais pobres, representava o principal elemento constitutivo da crise ecológica global.

Dessa maneira o documento prevê que se o aumento do consumo continuar nesse ritmo poderá desencadear sérios problemas ambientais. Mas estabelecer uma quantidade máxima que cada indivíduo deva consumir tanto nos países desenvolvidos como na elite dos países em desenvolvimento é difícil de ser alcançada, assim como para ocorrer um equilíbrio no consumo é necessário desenvolver políticas públicas que levem em consideração a realidade dos limites

ecológicos que o planeta terra pode suportar. No documento, o aspecto ecológico está incorporado no conceito formulado de espaço ambiental³.

Para Schlesinger e Pádua (2009) o objetivo do espaço ambiental é o de possibilitar a mensuração, para uma determinada área geográfica de referência, da quantidade de recursos não-renováveis (inclusive a água), energia (fóssil e renovável) e terras (inclusive madeira, biomassa, etc.) que podemos obter da ecosfera de maneira sustentável. Como pressuposto para atender ao requisito da distribuição igualitária, o indicador utilizado é o consumo por habitante. A quantidade total disponível destes recursos dividida pelo número de habitantes indicaria o limite superior do espaço ambiental, ou seja, do consumo médio por habitante. O limite inferior ou piso é definido como a quantidade mínima de uso dos recursos por habitante necessária para uma vida digna. O limite inferior, o “piso” do espaço ambiental, compreende dois elementos: o mínimo fisiológico (alimentação, vestuário, moradia...) e o mínimo de participação social (serviços de saúde, mobilidade, educação, segurança...).

Assim, a proposta do espaço ambiental é de fixar o teto máximo de consumo dos recursos que o planeta pode suportar, bem como estabelecer um teto mínimo de recursos que um indivíduo deva consumir para suprir as necessidades básicas e viver com dignidade.

Conforme Carvalho (2003) o horizonte da dignidade plena e universal não é possível no atual modelo socioeconômico, só é alcançável dentro de uma sociedade sustentável. Por isso a proposta de uma Linha da Dignidade⁴ está inserida numa

³ “O chamado espaço ambiental é um conceito amplamente utilizado nos estudos europeus. O conceito aqui descrito foi usado pela primeira vez no esboço de uma estratégia de sustentabilidade nacional por Amigos da Terra - Holanda, em seu Plano de Ação Holanda Sustentável, e posteriormente modificado pelo Instituto Wuppertal, da Alemanha” (Schlesinger e Pádua, 2009).

⁴ “A Linha da Dignidade (LD) é uma proposta do Programa Cone Sul Sustentável (PCSS) — formado pelos projetos Brasil Sustentável, Chile Sustentável e Uruguai Sustentável — cujo objetivo é intervir no debate Norte-Sul, visando a construção de um marco global de sustentabilidade, a partir das realidades nacional e regional. O PCSS tem participado ativamente da discussão européia desde 1998, orientada a encontrar padrões e metodologias de sustentabilidade, onde se destacam conceitos como o de espaço ambiental e pegada (huella) ecológica. A LD busca inserir neste debate uma medida redistributiva, baseada na equidade do acesso aos recursos naturais e ambientais, preenchendo uma lacuna no debate europeu, predominantemente calcado em indicadores ambientais quantitativos e distributivos destes recursos” (Carvalho, 2003, p. 77).

agenda de transformação política que busca a superação das atuais condições de desigualdade. De acordo com isto a LD está baseada no efetivo acesso a direitos sociais, ambientais, e ao exercício dos direitos civis, incluindo a participação nas tomadas de decisões sociais, políticas econômicas. A LD denuncia a aposta atual do desenvolvimento no progresso econômico e na crença da eficiência tecnológica como solução para todos os males.

Inspirada no debate sobre o espaço ambiental, a LD distingue-se deste conceito por não se pautar estritamente sobre níveis de consumo máximo. Tampouco quer fixar-se na administração de limites materiais críticos dos recursos ambientais, como tendem a fazer muitas das atuais regulações ambientais. Em contraposição a estes instrumentos, a LD quer centrar os critérios de regulação socioambiental no consumo justo, compreendido como aquele que está no intervalo demarcado entre o piso e o teto da LD, e é função de um espaço de relações sociais democráticas e exercício de direitos (Carvalho, 2003, p.81).

Para Carvalho (2003) a implementação da LD depende fundamentalmente de que o Estado exerça seu papel regulador e fiador do bem comum. Só um Estado comprometido efetivamente com a condução de políticas redistributivas pode alcançar a sustentabilidade social e oportunizar o acesso efetivo a LD. Ações públicas tais como: melhora da arrecadação; controle da evasão tributária; política tributária redistributiva; recuperação da massa salarial e melhoria da legislação trabalhista; reorientação de gastos públicos como o aumento de investimentos sociais e menos subsídio público ao capital privado; apoio a pequena e média empresa e ao trabalhador rural; são algumas das políticas que deveriam ser implementadas de acordo com a LD.

Portanto, o consumismo exacerbado não é sustentável, assim é necessário que nos países desenvolvidos, exista um teto máximo permitido para se consumir, bem como deve haver nos países em desenvolvimento um teto mínimo de consumo que permita suprir as necessidades dos indivíduos promovendo qualidade de vida.

Quando se analisa o consumo é preciso refletir sobre as formas de descarte. Segundo Ortigoza (2007), o aumento do consumo atualmente é o grande responsável pelo crescimento do volume de resíduos, representando um problema na qualidade ambiental das cidades. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2000), no Brasil, dos 5.475 municípios existentes

somente 451 realizavam a coleta seletiva. Dados demonstram que, 63,6% utilizam lixões e 32,2%, aterros (13,8% sanitários, 18,4% aterros controlados), sendo que 5% não informaram para onde vão seus resíduos.

O grande desafio para gestores públicos e sociedade é a redução dos resíduos produzidos, para isso é necessário conhecer em profundidade as lógicas de consumo. Nesse processo, produtores, comerciantes, consumidores e os poderes públicos, colocam-se como os principais agentes envolvidos para estabelecerem critérios para a redução de resíduos. Uma das soluções pode ser o consumo responsável. Sua essência é criar nos consumidores uma consciência ecologicamente seletiva, desenvolvendo hábitos de consumo mais responsáveis, evitando o desperdício. Trata-se de um projeto preventivo centrado na educação ambiental.

As ações e escolhas individuais são primordiais para o consumo responsável, o qual exige que o consumidor reflita que por trás de uma simples compra há diversas questões socioambientais, como por exemplo, qual a procedência da matéria-prima, como esta foi extraída do meio ambiente, quais modos foram utilizados na fabricação do produto, da sua embalagem, como se deu o transporte, entre outros. Refletir sobre as práticas de consumo é uma forma de politizar o consumo. Esta reflexão pode permitir ao consumidor “conceber-se a si próprio como agente” (Touraine, 1992, p. 246). Touraine diferencia indivíduo, sujeito e agente da seguinte forma:

“O indivíduo é apenas a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência. O sujeito é a passagem do Id ao Eu, o controle exercido sobre a vivência para que ela tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em agente inserido nas relações sociais, transformando-a, mas sem nunca se identificar por completo com um grupo, com uma coletividade. O agente não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas sim aquele que modifica o meio material, e sobretudo social, no qual está situado, transformando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais” (Touraine, 1992, p. 247).

A educação ambiental via estratégias adequadas de comunicação pode ser um elemento de transformação dos moradores/consumidores de indivíduos em sujeitos, ou estes em agentes. Para Sorrentino, *et al.* (2005, p. 287), “a educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita.” Pensar no consumo como parte do processo de construção do sujeito e de agentes na sociedade contemporânea remete à necessidade de investir em educação ambiental, de modo a sensibilizar e instigar os indivíduos a participarem na minimização dos problemas causados ao meio ambiente em função do atendimento das necessidades humanas, muitas delas artificializadas pela sociedade de consumo.

2.2 Educação para o consumo

Abordar a problemática da sociedade de consumo a partir dos resíduos sólidos domésticos, requer que se compreenda minimamente o funcionamento do mercado e seus mecanismos de marketing. O mercado é movimentado por compradores com necessidades variadas, que vão sendo redistribuídas continuamente. De acordo com Daft (2006), as pessoas possuem necessidades a qualquer hora, tais como, necessidades de alimentação, realização ou de recompensa monetária. Essas necessidades se traduzem em um critério interno que motiva atitudes e comportamentos específicos na tentativa de preenchê-las.

De acordo com Carvalho (2008) as atitudes são predisposições para que o indivíduo se comporte de tal ou qual maneira, e assim não podem ser preditivas de comportamento. O comportamento são as ações observáveis, efetivamente realizadas, e podem estar ou não de acordo com as atitudes do sujeito. Assim os sujeitos podem se comportar freqüentemente em dissonância total ou parcial em relação a suas atitudes. Determinada pessoa pode cultivar uma atitude ecológica, mas, por vários motivos, seguir mantendo hábitos e comportamentos nem sempre em conformidade com esses ideais.

Assim, as atitudes podem ser consideradas a intenção de se comportar de uma determinada maneira que pode ser desempenhada ou não dependendo da situação, e comportamento é a realização da ação. Mudanças de atitudes dos indivíduos podem demorar algum tempo para causar mudanças no comportamento. Para Carvalho deve-se,

[...] considerar o comportamento uma totalidade capaz de expressar as motivações dos indivíduos e acreditar que é possível submeter a vontade deles e produzir transformações destas motivações mediante um processo racional, o qual se passa no plano do esclarecimento, do acesso a informações coerentes e da tomada de decisões racionais, baseadas em uma relação de custo-benefício para o sujeito (Carvalho, 2008, p.183).

É preciso ter em mente que o ambiente em que o indivíduo está inserido impacta suas atitudes. Conforme Bock; Furtado e Teixeira (2002) o comportamento não pode ser entendido como uma ação isolada de um sujeito, mas, sim, como uma interação entre aquilo que o sujeito faz e o ambiente onde o seu fazer acontece.

A partir da percepção do meio social e dos outros, o indivíduo vai organizando estas informações, relacionando-as com afetos (positivos ou negativos) e desenvolvendo uma predisposição para agir (favorável ou desfavoravelmente) em relação às pessoas e aos objetos presentes no meio social. A essas informações com forte carga afetiva, que predispõem o indivíduo para uma determinada ação (comportamento) damos o nome de atitude (Bock; Furtado e Teixeira, 2002, p 137).

De acordo com Bock; Furtado e Teixeira (2002, p. 137), “nós não tomou-se atitudes (comportamentos, ação), nós desenvolvemos atitudes (crenças, valores, opiniões) em relação aos objetos do meio social.” As atitudes sendo influenciadas pelas crenças, valores, sentimentos positivos ou negativos, podem ser modificadas a partir de novos conhecimentos adquiridos pelos sujeitos. Assim, as atitudes positivas podem predispor o sujeito a se aproximar do objeto bem como as atitudes negativas tende ao sujeito a afastar-se do objeto. Neste sentido, os autores afirmam que pode-se mudar de atitude em relação a um determinado objeto.

No entanto, não é com tanta facilidade que conseguimos prever o comportamento de alguém a partir do conhecimento de sua atitude, pois nosso comportamento é resultante também da situação dada e de várias atitudes mobilizadas em determinada situação. Então, por exemplo, se estamos atrasados para um compromisso no momento em que encontramos você, é possível que nossa previsão de comportamento favorável não se concretize, pois a situação dada apresenta outros

elementos que modificam o comportamento esperado (Bock; Furtado e Teixeira, 2002, p 137).

No caso dos profissionais de marketing, eles levam em consideração as atitudes e comportamentos ao desenvolverem um produto e procuram criar ou salientar um conjunto de benefícios presentes nos produtos para satisfazer os consumidores. Diante das ofertas disponíveis, o consumidor estabelece uma escala de preferências entre os bens e os serviços que deseja adquirir, buscando escolher os produtos que lhe dão a máxima satisfação. Para focar melhor os consumidores, os mercados dividem-se em segmentos, o que acelera o desenvolvimento de uma grande quantidade de produtos, para atender às variadas demandas dos consumidores. Neste sentido, pode-se dizer que o consumo se caracteriza pelo ato de adquirir produtos e ou serviços conforme a necessidade dos indivíduos. Essas necessidades incluem desejos e interesses, que diferem entre os sujeitos, e podem ser as mais variadas como moradia, alimentação, vestuário, educação, saúde e lazer. Uma vez satisfeito o desejo irá surgir outro e assim, sucessivamente.

Para Bauman (2008) o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos. Assim o fenômeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos, sendo parte integrante de todas as formas de vida. A sociedade de consumo tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito, mais importante ainda, quando o cliente não está plenamente satisfeito, ou seja, enquanto os desejos não tenham sido verdadeiramente e totalmente realizados. Para o autor o “consumo é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade” (Bauman, 2008, p.41).

O consumismo, para este autor, é um tipo de arranjo social resultante da vontade, desejos e anseios humanos rotineiros e permanentes, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais. Além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante no processo de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. É comum se pensar que aquilo que os

homens e as mulheres lançados ao modo de vida consumista desejam e almejam é, em primeiro lugar, a apropriação, a posse e a acumulação de objetos, valorizados pelo conforto que proporcionam e/ou o respeito que outorgam a seus donos. A apropriação e a posse de bens que garantam o conforto e o respeito podem ser as principais motivações dos desejos e anseios na sociedade. Bauman (2008, p. 65) salienta que o consumismo também é “uma economia do engano”, em que a irracionalidade dos consumidores se faz presente, assim como a emoção, mais que a sobriedade e a razão (Bauman, 2008, p. 65).

A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição de afiliação (Bauman, 2008, p. 71).

No entanto, para Garcia Canclini (1999, p.76), que faz uma análise a partir dos estudos culturais, o consumo é um conjunto de processos socioambientais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos. Quando o autor refere-se à apropriação relaciona-a não apenas a seu modo material, mas também simbólico. Assim, por exemplo, ao dar reconhecimento a uma mensagem midiática publicitária, mesmo que não se adquira o produto, se tomarmos o sentido ofertado como válido ao nosso modo, haverá aí seu processo de apropriação. No mesmo sentido pensa Martín-Barbero:

O consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos *usos* que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais (Martín-Barbero, 2001, p. 302).

Para Martín-Barbero (1995) o consumo é o lugar da diferenciação social. É o lugar da distinção simbólica, por meio não só do que se consome materialmente, mas, sobretudo, pelos modos de consumir. É um lugar de diferenciação social, de demarcação das diferenças, de distinções, de afirmação da distinção simbólica. Como sistema de integração e de comunicação de sentidos e como modo de circulação e popularização de sentido, é o cenário de objetivação de desejos.

Já para Rocha (2008b) a cultura de consumo é definida “como o conjunto de práticas e representações que estabelecem uma relação estetizada e estilizada com os produtos. O seu nível de atuação mais decisivo é a difusão ampliada de um certo *modo* de consumo.” O consumo estilizado se caracteriza pela proeminência dos atributos simbólicos dos produtos em detrimento de suas qualidades estritamente funcionais e pela manipulação na composição de estilos de vida. Já a estetização se caracteriza na construção de universos imagéticos em torno dos produtos, através da conversão dos “ambientes” voltados para o consumo em lugares mágicos, onde a experiência é envolvida por fantasias tecnologicamente produzidas.

Rocha (2008a, p. 137) destaca que “a cultura de massa – mídia, *marketing*, publicidade – interpreta a produção, socializa o consumo e nos oferece um sistema classificatório que permite ligar um produto a cada outro e todos juntos às nossas experiências de vida”.

Paradoxalmente, diante de tantos produtos homogeneizados, os consumidores procuram por produtos diferenciados. Segundo Sennett (2006, p. 136), “o desafio de toda aposta comercial nas marcas é criar variações sobre esse tema ilusório”. Na realidade os produtos são os mesmos para todos os consumidores, com pequenas diferenciações. Os consumidores querem que seus desejos sejam realizados, mesmo que os produtos adquiridos só aparentemente sejam diferentes.

Para Sennet (2006, p.135 e 136), “o que mobiliza o consumidor é a sua própria mobilidade e imaginação: o movimento e a incompletude energizam a imaginação; da mesma forma, a fixidez e a solidez a embotam”. Os consumidores tendem a ver os produtos como um conjunto de benefícios que satisfazem suas necessidades, e isso os leva a obterem cada vez mais produtos. De acordo com Bauman (2008), o consumismo associa a felicidade não tanto à satisfação de necessidades, mas a um volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes, o que, por sua vez, implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la. Novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez exigem novas necessidades e desejos, assinalando um aumento espetacular na indústria da remoção do lixo.

Assim, surge o desafio de encontrar um equilíbrio entre a demanda do consumo desenfreado da sociedade com os limites que o planeta pode suportar. Nesse sentido, o consumo consciente e responsável é um dos caminhos para a preservação do ambiente. Informar e educar para esta forma de consumo poderá modificar atitudes e comportamentos dos indivíduos em direção à sustentabilidade destas práticas corriqueiras do cotidiano e resultar em menos volumes de resíduos sólidos domésticos destinados aos aterros.

Em uma sociedade em transformação o processo de educação deve ser contínuo, possibilitando a cada indivíduo sua construção permanente como ser humano. Freire (1992, p. 12) afirma que “a educação compreendida deve ser em sua perspectiva verdadeira, que não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo”. Para o autor, a educação pode ser entendida como um processo de interação dos sujeitos a partir da linguagem, na qual existe a criação e a troca de saberes, onde os indivíduos se auxiliam para enfrentar a realidade, bem como possibilitar a geração de questionamentos e propostas para o bem comum. Portanto, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47). A perspectiva freireana de educação, portanto, é essencialmente respeitadora do receptor deste processo comunicacional.

De acordo com Carvalho (2006, p.32), a preocupação ambiental e as práticas de educação ambiental vêm se construindo como um bem na contemporaneidade. Isto é, um sentido valorizado pela sociedade que tende a ser incorporado pela educação, ao mesmo tempo em que se oferece como ideal para os processos de formação identitária. Desta forma, crenças, valores, atitudes e práticas ecologicamente orientadas convertem-se num valor ao mesmo tempo social e pessoal. A educação ambiental poderia ser pensada como portadora de um ideal ético que entende o ambiente como um bem. Este ideal ético não é restrito ao espaço educativo formal, mas deve ser trabalhado pelos diferentes atores que participam do campo ambiental.

O fenômeno ambiental vem se estruturando na forma de um campo social, desde que passou a ocupar o espaço público de forma significativa na história recente. Despontando pelas mãos do movimento social contracultural nos anos 60/70, tomando como objetivo de instituições

científicas e de governo, o campo ambiental vem institucionalizando-se e gerando espaços e atores sociais de diversas naturezas: movimentos sociais de diferentes perfis ideológicos, partidos políticos, agências governamentais e intergovernamentais, políticas públicas. Assim, esse campo tem constituído um espaço próprio nas estruturas de ensino, tanto por meio dos cursos dirigidos à formação dos profissionais ambientais quanto por meio das políticas públicas de educação ambiental (Carvalho, 2006, p. 42 e 43).

Para Carvalho (2008) a diferença entre atitude e comportamento que irá influenciar diferentes modos de compreensão do ato educativo. Há orientações que concebem a finalidade e a efetividade da educação como a mudança de comportamentos, enquanto outras pensam o processo educativo nos termos da formação de atitudes. Dessa maneira a dissonância entre comportamentos observados e as atitudes que se pretende formar é um dos maiores desafios da educação ambiental, pelo fato de que na maioria das vezes as atividades desenvolvidas por meio da educação ambiental ensinam o que fazer e como fazer, transmitindo vários procedimentos ambientalmente corretos, que não garante a formação de uma atitude ecológica.

Na medida em que os sujeitos tentam viver conforme os ideais ecológicos aí se encontra vigente o sujeito ecológico como modelo de identificação. Para Carvalho (2007) o sujeito ecológico é incorporado pelos indivíduos que adotam uma orientação ecológica em suas vidas, isto é, institui um ideal ecológico. Este tentar ser, certamente esbarra em vários obstáculos. Alguns deles são provenientes do fato de que a sociedade ainda não é tão ecológica e nem sempre estimula, através de políticas públicas, um estilo de vida ecológico (ausência da coleta seletiva, poucas redes de alimentação orgânica). Mesmo para quem se identifica com a proposta ecológica, há uma permanente negociação intrapessoal, interpessoal e política em torno das decisões do dia a dia. Neste sentido, segundo a autora, a busca por ser um sujeito ecológico não isenta as pessoas das contradições, conflitos e negociações. Mas também existe na sociedade pessoas que não se identificam com os apelos de uma existência ecológica. Para estes, os ideais preconizados pelo sujeito ecológico podem não ser reconhecidos como norteadores do que consideram uma vida desejável (Carvalho, 2007).

Um dos pontos essenciais a serem enfocados em processos de educação ambiental é a relação do homem com a natureza, levando em conta que os recursos do meio ambiente não são finitos. Trata-se de uma forma de transformação dos indivíduos como um todo, nas quais novos estilos de vida podem ser revistos a partir da discussão e reflexão sobre o consumo de produtos valorizados pela sociedade, refletindo-se sobre a dimensão ética na relação entre consumo e limites da natureza. Para Jacobi:

Existe um desafio essencial a ser enfrentado, e este está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável. Para tanto é preciso que se criem todas as condições para facilitar o processo, suprimindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas centradas na educação ambiental que garantam os meios de criar novos estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais (Jacobi, 2003, p. 195-196).

O consumo sustentável incorpora todo o processo que sustenta a relação com determinado produto, o que inclui o descarte. Para que este ato seja sustentável a sociedade precisa transformar seus hábitos diários, bem como sensibilizar-se sobre a necessidade da redução do volume de produtos e/ou serviços, adquirindo o necessário para seu bem-estar e, assim, minimizando a geração de resíduos.

Outro aspecto relevante é a escolha e valorização dos produtos que possuem características mais sustentáveis na hora da compra. Assim, adquirir conscientemente os produtos e/ou serviços que causem pouco prejuízo ao meio ambiente na produção, distribuição ou descarte final, irá desestimular a produção de bens que agredam o meio ambiente.

O contexto de consumo e descarte de resíduos mundial e brasileiro aponta a necessidade dos consumidores serem mais exigentes, menos passivos e mais conscientes frente às inúmeras ofertas na hora da compra. O consumo responsável pode repercutir em novas relações entre os produtores e consumidores com interesses próximos e relacionados às preocupações com o meio ambiente. Exemplo disso é o crescente movimento de comércio justo no mundo.

A educação ambiental nesta área deve relacionar questões econômicas, políticas, sociais, éticas e culturais, contribuindo para o exercício da responsabilidade, bem como estimulando a formação de agentes que sejam capazes de compreender e agir de forma crítica, para a transformação da realidade através do conhecimento, Petraglia afirma que:

O conhecimento está naturalmente ligado à vida, fazendo parte da existência humana. A ação de conhecer está presente simultaneamente nas ações biológicas, cerebrais, espirituais, culturais, lingüísticas, sociais, políticas e históricas, por isto o ser condiciona o conhecer, que ao mesmo tempo condiciona o ser (Petraglia, 2008, p. 81).

A autora destaca que todo conhecimento abrange características individuais, existenciais e subjetivas, além das objetivas norteadas pela razão. E no caso da experiência e ação humana, não se pode dissociá-las da emoção (2008, p. 81). Assim, a educação ambiental pode ser utilizada como um instrumento para equacionar e, assim, melhorar o estilo de vida e contribuir para a conservação do ecossistema, despertando os indivíduos para novas relações com o meio ambiente. Em relação aos sentimentos que devem permear os processos de educação ambiental, Guimarães afirma:

O sentido de educar ambientalmente vai além de "sensibilizar/informar" a população para o problema. Não basta mais apenas sabermos o que é certo ou errado, ou qual o comportamento adequado de cada indivíduo em relação ao meio ambiente. Precisamos inclusive superar a noção de "sensibilizar", que na maior parte das vezes é entendido como compreender racionalmente. Só a compreensão da importância da natureza não tem levado à sua preservação. Sensibilizar envolve também o sentimento, o amar, o ter prazer em cuidar, como cuidamos dos nossos filhos e aqueles que nos são caros. É promover o sentido de doação, de integração, de pertencer à natureza (Guimarães, 2008, p. 03).

Enfim, tendo em vista o agravamento dos problemas ambientais e o distanciamento de soluções para os impactos negativos do meio ambiente, o desafio que se impõe é desenvolver ações para intervir na relação homem-natureza, fazendo com que o sujeito perceba a importância de diminuir os impactos que a vida humana deixa. Hoje a educação ambiental pode se utilizar de inúmeros instrumentos de comunicação na ação transformadora da sociedade. Na sociedade contemporânea as ações planejadas de comunicação para educação ambiental são essenciais para a construção de cidadãos conscientes, responsáveis e atuantes na

sociedade que estão inseridos. E neste contexto é imprescindível compreender o papel do receptor de informação ambiental.

Estratégias de comunicação para a educação ambiental podem ser adotadas como mais uma ferramenta para atuar na redução da degradação ambiental do planeta, buscando aproximar o indivíduo com o meio ambiente, através da reflexão crítica de seu comportamento. Neste sentido é preciso estar atento às formas de reconhecimento de sentidos dados pelos públicos-alvo aos processos de educação ambiental.

2.3 Comunicação para a Educação Ambiental

A comunicação pode ser definida como sendo um processo dinâmico, pelo qual as pessoas buscam se relacionarem umas com as outras, trocar conhecimentos e experiências, conforme suas necessidades. Portanto trata-se de um processo dinâmico, de elaboração e reelaboração contínua. Conforme Villalba:

Comunicar é a ação de tornar comum, ou seja, é o processo que possibilita a compreensão mútua e o estabelecimento de relações de interferência entre indivíduos e grupos, mediados ou influenciados por fatores diversos. A definição de “comunicação” abrange o conjunto de práticas que permitem a um indivíduo, “eu”, *envolver-se com* ou *destacar-se* de uma determina realidade “outra” – ou seja, o processo que envolve a formação, a apresentação e a negociação de sentido é a “base” que permite a existência de todas as práticas sociais, a organização da família, o trabalho em grupo, a partilha de bens culturais, a criação de relações de poder e de cooperação (Vilalba, 2006, p. 8).

A comunicação é interação entre sujeitos que assumem alternadamente o papel de emissor e receptor do mesmo processo. Assim, o processo comunicacional não é somente transferência de informações de um emissor para um receptor. Modos de expressão como fala, escrita, gestos, olhar, até mesmo o silêncio devem ser considerados no processo comunicacional, atuando sobre a forma como os sujeitos selecionam, se apropriam e interpretam os fatos. O sujeito lê, ouve ou assiste algo e vai interpretar de acordo com seus valores, idéias e conhecimentos pré-estabelecidos, enfim sua cultura. O receptor deixa de ser apenas um

decodificador da mensagem emitida pelo emissor, para ser também um sujeito ativo, produtor de significados, a partir da suas experiências. Para Carvalho:

A noção de experiência constitui a condição para a produção de sentido. Este é produzido na experiência dos sujeitos no mundo, e, portanto é contextual. Assim, a linguagem, bem como a noção de discurso, está, de certa forma, submetida à experiência (Carvalho, 2006, p. 35).

Em relação à produção de sentido, Hall (2003, p.354) afirma que “a recepção não é algo aberto e perfeitamente transparente, que acontece na outra ponta da cadeia de comunicação. E a cadeia comunicativa não opera de forma unilinear”. O receptor utiliza várias maneiras para se apropriar da informação. Essa apropriação está situada histórica e culturalmente (valores, idéias, conhecimentos, grau de instrução, faixa etária, classe social, etc), pelo ambiente dos indivíduos que interagem. De acordo com Fausto Neto, (1995, p. 201), “tanto os sujeitos da emissão como os da recepção estão subordinados, nas características das posições que lhes são peculiares, ao outro (língua, cultura, saberes, instituições, imaginários etc)”. Estas posições sociais medeiam a interação comunicacional.

Segundo White (1998) as mediações constituem um tipo de “espaço”, no qual diversas construções de significado podem acontecer, dependendo da lógica cultural do receptor e da possibilidade de negociação que se estabelece para a construção do significado.

As mediações que interferem na recepção da informação não se estabelecem em um ponto de partida, mas por meio de várias fontes que atuam antes, durante e após o processo receptivo, de acordo com as experiências, interesses, necessidades e compreensão, além do próprio conteúdo cultural e da natureza da informação em circulação. Assim, o receptor recebe as mensagens produzidas pelo emissor, mas ele também irá constituir o seu próprio significado de acordo com seu entendimento. O receptor é consumidor e ao mesmo tempo produtor em um processo cultural. Para Souza:

O receptor deixa de ser visto, mesmo empiricamente, como consumidor necessário de supérfluos culturais ou produto massificado apenas porque consome, mas resgata-se nele também um espaço de produção cultural; é um receptor em situações e condições, e por isso mesmo cada vez mais a

comunicação busca na cultura as formas de compreendê-lo, empírica e teoricamente (Souza, 1995, p. 26 e 27).

Martín-Barbero (2001) identifica três lugares de mediações: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. A cotidianidade familiar representa para a maioria das pessoas a situação primordial de conhecimento, é o lugar onde os indivíduos se confrontam como pessoas e onde encontram alguma possibilidade de manifestar suas ânsias e frustrações, mostrando como realmente são. A temporalidade social refere-se à mediação do tempo da cotidianidade, é um tempo repetitivo, que começa e acaba para recomeçar, sendo contrário ao tempo produtivo, valorizado pelo capital, é o tempo que transcorre. Enfim, a competência cultural, refere-se à cultura que vai além da cultura pela via da educação formal. Ela abrange a cultura local, regional e popular que permite aos receptores consumirem diversas modalidades culturais.

A partir dos teóricos acima pode-se concluir que estudar processos comunicacionais é observar basicamente elementos culturais, onde a comunicação surge no universo humano como uma necessidade de entendimento essencial ao ser humano para sua sobrevivência. O sentido da mensagem acontece com o receptor. Ele a decodificará através da interpretação do que lhe é colocado com o que ele tem armazenado no seu repertório cultural, onde sua experiência vivida dá origem ao sentido que irá produzir. Baccega afirma que:

O significado da comunicação, as significações dos produtos culturais, incluindo os produtos dos meios de comunicação, relacionam-se com o cotidiano do sujeito receptor, com suas práticas culturais, com as marcas que influenciam seu modo de ver e praticar a realidade, e que são aquelas que lhe dão segurança necessária para estruturar, organizar/reorganizar a percepção dessa realidade, reconstruindo-a com destaques ou apagamentos, de acordo com sua cultura, essas práticas culturais constituem os filtros, as mediações, que interferem em todo o processo comunicacional, balizando-o (Baccega, 1998, p. 9).

É essencial que estes pressupostos comunicacionais sejam levados em conta em qualquer processo educativo, especialmente aqueles relativos à interação entre seres humanos e natureza.

Conforme Carvalho (2005) no processo de educação ambiental não há garantia de uma identidade pacífica de educador ambiental, ou pelo menos

construída com certa homogeneidade, como se poderia supor em outros campos mais consolidados. Ser educador ambiental é algo definido sempre provisoriamente, com base em parâmetros que variam segundo o informante, suas filiações, moldando-se de acordo com a percepção e a história de cada sujeito ou grupo envolvido com essa ação educativa. Assim pode-se atuar profissionalmente de diversas maneiras e a partir de várias especializações, dentro do campo ambiental, onde fazer educação ambiental pode ser uma opção entre outros fazeres ambientais, excluindo-se aqueles que exigem alta especialização técnica. A prática do educador ambiental tende a favorecer a invenção. Segundo Carvalho nestas invenções, é necessário que o educador ambiental esteja atento ao processo de recepção dos sujeitos, quando elabora estratégias comunicacionais visando a elaboração de conhecimentos, integração do homem com a natureza e mobilização social, de forma a obter resultados práticos e significativos. Leff afirma:

A educação ambiental tenta articular subjetivamente o educando à produção de conhecimentos e vinculá-lo aos sentidos do saber. Isto implica fomentar o pensamento crítico, reflexivo e propositivo face às condutas automatizadas, próprias do pragmatismo e do utilitarismo da sociedade atual (Leff, 2007, p. 250).

Segundo Jacobi (2004), a educação ambiental, pode assumir uma parte ativa de um processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução dos problemas. Trata-se de um aprendizado social, que está baseado no diálogo e interação em constante processo de recriação e interpretação de informações, conceitos e significados. Esse aprendizado pode ocorrer em espaços de educação formal, não formal e informal⁵.

Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, a educação para a cidadania representa a possibilidade de

⁵ Por educação formal entende-se que é a educação oferecida pelos sistemas formais de ensino em escolas, faculdades, universidades e outras instituições, que geralmente se constitui numa "escada" contínua de ensino em tempo integral para crianças e jovens, tendo início, em geral, na idade de cinco, seis ou sete anos e continuando até os 20 ou 25. A educação não-formal pode ocorrer dentro de instituições educacionais, ou fora delas, e pode atender a pessoas de todas as idades. Dependendo dos contextos nacionais, pode compreender programas educacionais que ofereçam alfabetização de adultos, educação básica para crianças fora da escola. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir o sistema de "escada", podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados da aprendizagem obtida. A educação informal é o processo de aprendizagem contínuo e incidental que se realiza fora do esquema formal e não-formal de ensino. Tipo de educação que recebe cada indivíduo durante toda sua vida ao adotar atitudes, aceitar valores e adquirir conhecimentos e habilidades da vida diária e das influências do meio que o rodeia como a família, a vizinhança, o trabalho, os esportes, a biblioteca, os jornais, a rua, o rádio, etc. (INSTITUTO..., 2009b).

motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, onde a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. O educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-las como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza (Jacobi, 2004, p. 30).

A educação ambiental forma cidadãos, faz circular discursos e cria novos espaços para a participação dos indivíduos, por meio de discussões que envolvem as problemáticas ambientais. Não há um único modelo a ser adotado. Isto porque:

A educação ambiental inscreve-se assim dentro de um processo estratégico que estimula a reconstrução coletiva e a reapropriação subjetiva do saber. Isto implica que não há um saber ambiental feito e já dado, que se transmite e se insere nas mentes dos educandos, mas um processo educativo que fomenta a capacidade de construção de conceitos pelos alunos a partir de suas “significações primárias”. Nessa perspectiva educacional, o aluno é um ator inserido num meio ideológico e social, onde se forma através de práticas nas quais podem transmitir-se (memorizar-se) conhecimentos (modelo tradicional), ou fomentar-se capacidades para que o aluno forje seu saber pessoal em relação com seu meio, através de um pensamento crítico (Leff, 2007, p. 245 e 246).

A estratégia da educação ambiental é sensibilizar o indivíduo por meio de sua percepção de mundo e mostrar a sua importância nas transformações econômicas, sociais, culturais e políticas, onde as estratégias e táticas de comunicação favorecem os processos de construção de novos conhecimentos que visem à integração do homem com a natureza por meio da mobilização social. A auto-educação ocorre no momento em que o indivíduo interage com outros sujeitos, dialogando sobre seus saberes e práticas. Segundo Sorrentino:

A educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política. As revoluções paradigmáticas, sejam científicas, sejam políticas, são episódios de desenvolvimento não cumulativo nos quais um paradigma antigo é substituído por um novo, incompatível com o anterior. Já as revoluções políticas decorrem do sentimento que se desenvolve em relação à necessidade de mudança (Sorrentino, *et al.* 2005, p.287).

Os autores realçam que a educação ambiental insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro, no âmbito do Ministério da Educação (MEC) podendo ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública. Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a educação ambiental é uma função de Estado.

O MEC e o MMA em seus respectivos setores de educação ambiental, pautados pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), estão implantando programas e projetos junto às redes públicas de ensino, unidades de conservação, prefeituras municipais, empresas, sindicatos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, consórcios e comitês de bacias hidrográficas, assentamentos de reforma agrária, dentre outros parceiros. De acordo com Barbieri (2002, p.11) tornar efetiva a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades se constitui um imperativo não só diante da atual legislação, mas diante da necessidade de dar soluções adequadas aos graves problemas que afetam o Planeta.

A educação ambiental é entendida no âmbito público/governamental como fundamental na diminuição dos problemas, pois oportuniza aos indivíduos conhecer, vivenciar, refletir e questionar sobre a problemática ambiental, bem como buscar a aprendizagem sobre os problemas do meio ambiente para que com isso, os sujeitos possam se tornar mais ativos, participativos e comprometidos com as questões ambientais. Mas é preciso que os processos de comunicação para educação ambiental sejam participativos, para que todos possam assumir seu papel como sujeitos na sociedade em que vivem.

No próximo capítulo apresentou-se o método utilizado nesta pesquisa para posteriormente, procedermos a análise dos documentos norteadores de educação ambiental, tanto para os governos quanto para organizações não governamentais.

3 MÉTODO

3.1 Métodos de pesquisa

Para o desenvolvimento desta investigação, optou-se por um estudo exploratório e descritivo de viés qualitativo. Para Menezes e Silva (2008) a pesquisa qualitativa permite uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, onde considerando-se que não se pode separar o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Dessa forma a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais no processo da pesquisa qualitativa, onde o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisar é o instrumento-chave.

A pesquisa qualitativa é um estudo não estatístico que analisa de forma mais detalhada e profundamente dados que não podem ser mensurados como: comportamento, percepções e motivações de um determinado grupo social. De acordo com Richardson (1999, p. 90), “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”.

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, a qual, segundo Mattar (1993, p.84), “visa um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva”. Gil afirma que:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão do tipo aproximado, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco

explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (Gil, 1991, p.45).

Considerou-se, também que este tipo de pesquisa possibilitaria compreender melhor as apropriações e tipos de mediações que as moradoras fazem dos discursos sobre a coleta de resíduos sólidos domésticos. De acordo com Mattar (1993, p. 84), “a pesquisa exploratória também se faz útil, pois normalmente para um mesmo fato poderá haver inúmeras explicações, alternativas e a sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, se não de todas, da maioria delas”.

Além disso, esta pesquisa tem viés descritivo. Segundo Vergara (2007, p. 47), “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza”. Para Gil (1991, p. 45), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

3.2 Processo de coleta e tratamento de dados

A coleta de dados é a fase da metodologia da pesquisa que tem por objetivo obter todo o tipo de informação sobre o objeto de estudo, comportamentos e normas que dependem e se ajustam ao tipo de pesquisa. Na pesquisa científica coletam-se dados por meio de instrumentos que garantem o registro das informações, as quais são necessárias para a análise dos dados e para responder às indagações que o pesquisador se faz.

Para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho, optou-se pelos métodos bibliográfico, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de consulta em livros, artigos, revistas e internet, que relacionam conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento da temática exposta. A pesquisa documental foi realizada a partir da análise de documentos relativos às palestras ambientais e de educação ambiental, tanto no âmbito federal, estadual, quanto municipal, além do estudo de documentos internacionais sobre o tema.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de entrevistas em profundidade, que permitiu descrever com mais detalhes as informações para a interpretação dos dados. Também foi realizado um grupo de discussão com viés participativo. Estas duas técnicas possibilitam compreender como a política pública de educação ambiental para coleta seletiva está sendo apropriada pelos moradoras/consumidoras de Lajeado.

A entrevista em profundidade visa obter dados relevantes, percepções e experiências das informantes, e possibilita a obtenção de dados aprofundados sobre os assuntos que a pesquisa pretende verificar. Segundo Duarte (2008) a entrevista em profundidade busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir de experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer, assim permitindo identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever fenômenos. De acordo com Mattar:

Entrevista em profundidade pode ser utilizada para gerar hipóteses sobre opiniões, usos, costumes, imagens, aceitação de produtos, percepções, crenças, valores, experiências, atitudes, estilo de vida, comportamentos passados e presentes e intenções, que poderão ser futuramente testados quantitativamente (Mattar 1993, p.172).

O grupo de discussão, segundo Costa (2008) permite aprofundar nossa reflexão em busca do que é essencial, assim como a interação entre os participantes, enriquecendo as respostas. O grupo focal permite a compreensão e não a generalização. “Grupos focais são um tipo de pesquisa qualitativa que tem como objetivo perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência de um grupo em particular. São na verdade uma entrevista coletiva que busca identificar tendências” (Costa, p. 181, 2008).

A análise dos dados foi baseada na metodologia interpretativa, a qual debruça-se sobre os significados das ações sociais (Alsina, 2001). O mais importante não é o acontecimento em si, mas como os atores sociais o interpretam.

O objetivo é compreender os fenômenos de maneira global, como são representados pelos sujeitos que os vivenciam.

Para compreender melhor os discursos dos participantes tomou-se como base os pressupostos dos estudos culturais, segundo o qual deve-se levar em conta as práticas que surgem entre as pessoas e como são construídos os significados por elas. A apropriação que uma pessoa faz de um determinado termo pode ser diferente para outra, conforme a sua cultura, Conforme Hall (2003, p. 214), “os estudos culturais têm que analisar certos aspectos da natureza constitutiva e política da própria representação, das suas complexidades, dos efeitos da linguagem.”

3.3 Trajetória da pesquisa

O estudo exploratório iniciou em julho de 2008 com a minha participação nas oficinas do projeto de extensão Comunicação para a Educação Ambiental que está inserido no Programa de Ações Comunitárias (PAC) do Centro Universitário UNIVATES. O projeto realiza ações de educação ambiental mediadas pelo uso de tecnologias de informação.

O projeto Comunicação para Educação Ambiental propõe-se a ser espaço de comunicação alternativa, paralela aos espaços midiáticos que se baseia na intervenção social com o fim de debater os problemas socioambientais contemporâneos e as práticas sustentáveis que podem ser incorporadas no cotidiano de cada um de nós. A proposta está articulada com as mudanças sociais e paradigmáticas contemporâneas (Mazzarino, Polis, Farias, 2008, p. 36).

No ano de 2008 foram realizadas 85 oficinas com 1.741 participantes, sendo eles alunos do ensino fundamental, ensino médio e público misto (constituído por alunos da Escola de Jovens e Adultos, professores, crianças e moradores de bairros). As oficinas ocorreram nos municípios de Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Fazenda Vila Nova, Cruzeiro do Sul, Porto Alegre, Vespasiano Correa e Encantado.

As oficinas foram ministradas por dois mediadores⁶. Após a apresentação dos participantes e das etapas das oficinas foi solicitado que cada um abordasse as suas vivências sobre o tema resíduos sólidos domésticos. Após, os participantes classificaram as vivências como problemas ou soluções. Em seguida foi apresentado um vídeo⁷ de dez minutos, produzido pela equipe do projeto, intitulado Lixo: a origem em cada um de nós.

Após o vídeo, retomava-se novamente as discussões, com a solicitação de possíveis soluções para os problemas abordados e como cada um poderia passar a agir. Na última etapa foram entregues duas cartilhas com dados sobre os resíduos e formas de consumo consciente.

A metodologia utilizada para a realização das oficinas foi a participativa, considerada fundamental para a motivação e mobilização dos integrantes já que assim todos tiveram a oportunidade de expor suas opiniões, e contribuir na construção de uma percepção coletiva sobre os problemas ambientais do contexto em que estão inseridos.

A minha participação como moderadora das oficinas ajudou a definir o método da pesquisa, e a optar pelo grupo de discussão entre os moradores responsáveis pelo descarte dos resíduos nas residências.

A amostra da pesquisa foi composta por moradores/consumidores dos bairros do Município de Lajeado que participaram como informantes da pesquisa Práticas Ambientais e Redes Sociais. Após a realização das entrevistas semi-estruturadas (ANEXO A), pelo grupo de pesquisa Práticas Ambientais e Redes Sociais, foram selecionadas algumas informantes, conforme o interesse e disponibilidade das mesmas para a entrevista em profundidade e a participação do grupo de discussão,

⁶ Os mediadores das oficinas tiveram por pressupostos as teorias comunicacionais que colocam o receptor em um lugar ativo, ou seja, entendendo que o destinatário também é criador da mensagem que recebe, a qual tem seu sentido atrelado ao uso que lhe é dado e as situações de seu uso” (Mazzarino, Polis, Farias, 2008, p. 37).

⁷ “[...] O vídeo aborda os caminhos do lixo desde o consumo no ambiente de um supermercado, passando pelo descarte dos resíduos do consumo em casa, o destino para a composteira ou o descarte na rua, onde é recolhido por catadores ou por caminhão da coleta seletiva, a chegada dos resíduos na unidade de triagem, sua separação pelos associados de uma cooperativa, o enfardamento ou destino à célula de aterro de triagem e o tratamento do chorume resultante do aterramento” (Mazzarino, Polis, Farias, 2008, p. 40).

no momento em que se inicia o processo de investigação participativa. O projeto de pesquisa Práticas Ambientais e Redes Sociais desenvolvido no Centro Universitário UNIVATES, contribui com o estudo aqui proposto, devido às temáticas estarem correlacionadas, vindo de encontro aos objetivos a serem desenvolvidos. Neste sentido, escolheremos a amostra deste estudo a partir de 160 entrevistados pelo projeto de pesquisa dentre eles os que dispuseram-se a participar do grupo de discussão.

A amostra do grupo de discussão inicialmente seria composta de cinco participantes, mas foram escolhidas oito mulheres, para que caso alguma delas desistisse, não prejudicaria o andamento da coleta de dados. As oito informantes foram selecionadas entre os consumidores entrevistados, de diferentes graus de escolaridade, faixas etárias diferenciadas e por morarem em bairros diferentes da cidade de Lajeado, para proporcionar um debate mais rico. Pseudônimos foram usados para que as moradoras não fossem identificadas e para não causar-lhes constrangimento.

Na seleção das informantes evitou-se que participassem parentes, conhecidos e amigos, para que as respostas fossem as mais espontâneas e naturais possíveis e não representassem apenas um grupo social. No grupo, além das participantes, havia uma moderadora e uma pessoa para registrar os dados obtidos. Após a conclusão das discussões as participantes foram entrevistadas individualmente para traçar seu perfil.

A coleta das informações foi realizada de duas formas: por meio de entrevistas individuais e grupo de discussão. Optou por realizar dessa forma devido ao fato que das informantes selecionadas para fazerem parte do grupo de discussão apenas três compareceram no primeiro encontro, o que considera-se um número baixo.

O grupo de discussão ocorreu em três encontros. No primeiro foi explicado o objetivo do estudo, bem como foi solicitado às mesmas que assinassem um termo de consentimento (ANEXO B). A seguir foi determinado o local, dias e horários para os próximos encontros conforme a disponibilidade das informantes. Com relação ao

roteiro das perguntas, no primeiro momento foram feitas perguntas em relação à coleta seletiva em Lajeado (ANEXO C). No segundo encontro foram abordadas questões sobre o consumo (ANEXO D) e, no terceiro encontro, foram abordados questões sobre ações de educação ambiental da Prefeitura Municipal de Lajeado (ANEXO E). Neste dia realizou-se a entrega de um folder com os dias e horários da coleta seletiva nos bairros de Lajeado (ANEXO F), e, por fim, a apresentação do vídeo Lixo: a origem em cada um de nós.

As entrevistas individuais foram realizadas com três participantes, escolhidas entre as que não puderam participar do grupo de discussão devido à falta de horário, mas que haviam manifestado interesse em participar. Dessa forma, as entrevistas foram marcadas conforme a disponibilidade de dia e horário das informantes. Os roteiros de perguntas utilizadas foram os mesmos realizados com o grupo de discussão. A coleta de dados no grupo de discussão foi realizada na Univates. As entrevistas individuais foram feitas em ambientes diversos.

As entrevistas em profundidade e o grupo de discussão foram realizados nos meses de junho e julho de 2009. As observações das palestras e oficinas do CEA, foram feitas nos meses de agosto e setembro de 2009 de acordo com a programação da agenda do CEA. Apesar das dificuldades encontradas no primeiro momento para achar moradoras/consumidoras que estivessem dispostas em falar sobre resíduos sólidos domésticos e a política ambiental do município de Lajeado, e da dificuldade de conciliar os horários das mesmas, a coleta de dados foi realizada conforme o cronograma proposto.

Os dados obtidos nas entrevistas e no grupo de discussão foram gravados, e após transcritos na íntegra para qualificar a descrição e as análises. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo qualitativa.

De acordo com Richardson (1999), na análise de conteúdo qualitativa primeiramente deve se fazer uma leitura para organizar as idéias para, posteriormente analisar os elementos e as regras que as determinam. Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-

se de compreender melhor o discurso, aprofundar suas características e extrair os momentos mais importantes.

Segundo Bardin (1971) as fases da análise de conteúdo organizam-se em três etapas cronologicamente seguidas: pré-análise, análise do material e tratamento dos resultados, inferência e a interpretação.

Para Richardson (1999), a pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Visa operacionalizar e sistematizar as idéias, elaborando um esquema preciso de desenvolvimento do trabalho. A análise do material é a análise propriamente dita, uma fase que consiste basicamente na codificação e categorização. Por último, se fez o tratamento dos dados. Entre as diversas técnicas de análise de conteúdo, a mais utilizada é a análise por categoria. Ela se baseia na decodificação de um texto em diversos elementos, os quais são classificados e formam agrupamentos analógicos.

A partir da transcrição, foi realizado a organização do material a ser analisando com o objetivo de sistematizar as idéias iniciais. Após foi feita uma leitura dos dados coletados com a intenção de conhecer o texto e definir categorias que sintetizassem e destacassem as informações fornecidas para a análise. Posteriormente, criamos quatro categorias (relação com os resíduos, representações sobre coleta seletiva, práticas de consumo e educação ambiental) com a intenção de interpretar as informações de acordo com os objetivos propostos. Em seguida, partimos para a análise e tratamento dos dados de modo a inferir e interpretar as informações coletadas. Dessa forma a análise dos dados ocorreu conforme as etapas propostas por Bardin (1971) e Richardson (1999).

A seguir apresentou-se um quadro que sintetiza os objetivos, fontes, procedimentos teóricos e temas centrais abordados ao longo da pesquisa.

Quadro 2 - Síntese dos objetivos, fontes e procedimentos

Objetivos Para quê?	Fonte Onde? Quem?	Procedimentos técnicos Como?	Questões/tema O que quer saber?
Descrever e compreender como se dá o planejamento das políticas ambientais da prefeitura Municipal de Lajeado.	- Prefeitura Municipal de Lajeado (Secretaria do Meio Ambiente); - Documentos; política municipal de meio ambiente, projetos, legislação, etc.	- Análise dos documentos - Entrevista semi-estruturada com Secretaria do meio ambiente.	- Quais os projetos existentes na PM. - Quais são as estratégias usadas na sua realização; - Quais são os públicos-alvo; - Qual é a trajetória dos projetos ambientais já realizados; - Quais são as pessoas envolvidas; - Quais são os objetivos em desenvolver a coleta seletiva em Lajeado.
Descrever e caracterizar os projetos de Educação Ambiental para a coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos que a Prefeitura realiza com seus públicos-alvo, e identificando os modelos e meios de comunicação utilizados.	- Prefeitura Municipal de Lajeado; - Documentos, projetos, legislação, atas, etc. - Documentos midiáticos; - Pesquisa de campo conforme atividades do CEA sobre resíduos.	- Entrevista semi-estruturada com a Secretaria do Meio Ambiente e com coordenadores do programa de educação ambiental; - Análise dos documentos sobre os projetos ambientais para a coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos; disponíveis na Secretaria do Meio Ambiente; - Observação/participação em ações de educação ambiental realizadas pelo CEA.	- O que é; quem faz, (mediadores); para quem; como faz; quando; por quê; onde faz; como planeja; o que funciona; o que considera que não funciona; como “mede” os resultados; quais elementos midiáticos utilizam; quais formas de comunicação não midiática utilizam; prioridade desta política; percepção dos moradores sobre a política pública; - Quais os meios (jornais, rádio, televisão, folder, etc); - Caracterizar o modelo de comunicação que circula a informação (diálogo, diretivo, etc); - Identificar o “lugar que o receptor é colocado; - Caracterizar o discurso midiático.
Situar as práticas em educação ambiental relativa à coleta seletiva em relação ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e às políticas públicas federal e estadual.	- Prefeitura Municipal de Lajeado; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e às políticas públicas federal e estadual.	- Análise dos documentos. - Cruzamento com dados levantados aos objetivos anteriores.	- Verificar se as práticas de educação ambiental estão sendo realizadas de acordo com os princípios do Tratado e as políticas públicas federal e estadual.

Compreender as apropriações que os moradores fazem dos discursos sobre a coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos, consumo e ações de EA para descarte.	- Moradores dos bairros do Município de Lajeado.	-Entrevista individual (semi-estruturada). -Grupo de discussão; - Análise comparativa entre grupo focal e entrevistas individuais.	-Identificar contextos de mediações de informação ambiental onde os receptores atuam (família, grupos sociais, amigos, trabalho, etc.) e como o receptor atua como mediador; -caracterizar quais informações tem sobre a coleta seletiva;
Comparar os discursos ofertados pelo poder público (produtor) e aqueles apropriados pelos moradores/consumidores (receptor).	- Prefeitura Municipal de Lajeado. - moradores dos bairros do Município de Lajeado.	-Análise das entrevistas individuais e do grupo de discussão, e análise de documentos; -Cruzamento de dados obtidos na realização dos objetivos anteriores.	- Quais encontros e desencontros este processo de comunicação ambiental expõe.

No próximo capítulo apresentaremos o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e as Políticas Públicas Ambientais Federais.

4 PROGRAMAS E TRATADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4.1 Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global é um documento que se constitui como referência para a Educação Ambiental. O documento é resultado de um processo de consulta que envolveu organizações de todo mundo, sendo finalizado na Jornada Internacional de Educação Ambiental, que aconteceu durante a Eco 92. De 2008 a 2012 o documento está sendo revisto e atualizado, mas segue servindo como parâmetro para organizações governamentais e não governamentais no que se refere à educação ambiental (Ministério..., 2009).

Este tratado pensa a educação como um processo dinâmico e de aprendizagem permanente, que contribui para a transformação dos indivíduos e para a proteção do meio ambiente. Este tratado está dirigido aos mais variados grupos da sociedade, desde que tenham interesse em atuar como parceiros das propostas (Ministério..., 2009).

O Tratado possui os seguintes princípios: A educação é um direito de todos, todos somos aprendizes e educadores; a educação ambiental é individual e coletiva, e deve ter como base o pensamento crítico e inovador em qualquer tempo ou lugar para a formação de cidadãos com consciência local e planetária, tratando das

questões globais críticas. A educação ambiental é ideológica, portanto deve focar a relação entre o ser humano, natureza e universo, bem como estimular a solidariedade, igualdade e respeito aos direitos humanos, facilitando a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão. A educação ambiental deve recuperar respeitar e utilizar a história indígena e culturas locais, valorizando as diferentes formas de conhecimento e estimulando o poder das diversas populações. A educação ambiental deve ser planejada, promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade, deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Além disso a educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida (Ministério..., 2009).

Explicitam-se nas diretrizes deste tratado a proposta de transformar as declarações em documentos, trabalhar a educação ambiental com os grupos que elaboraram os tratados da Rio 92, trabalhar os princípios do tratado a partir das realidades locais, incentivar a produção de conhecimento e práticas de educação ambiental, promover a capacitação de recursos humanos para preservar o ambiente, estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem a coerência entre os valores culturais e históricos, fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; estimular a criação de associações de produtores e consumidores ecologicamente responsáveis, sensibilizar as populações para que constituam Conselhos Populares de Ação Ecológica e Gestão do Ambiente, criar condições, jurídicas e políticas para exigir dos governos parte de seu orçamento à educação e meio ambiente, promover relações de parceria entre ONGs, e as agências da ONU para estabelecerem ações para educação, promover a criação de redes para a realização de ações entre organizações, garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais ambientais, promover a compreensão das causas e hábitos consumistas; atuar para erradicar os preconceitos, mobilizar instituições formais e não formais para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente, fortalecer as organizações e movimentos sociais para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente, assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades,

estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis (Ministério..., 2009).

4.2 Políticas Públicas Ambientais Federais

A preocupação com a proteção legal do meio ambiente no Brasil é antiga, sendo que a primeira referencia realizada para o controle dos recursos naturais ocorreu no período colonial. A partir desse momento ocorreu uma grande evolução na legislação ambiental e para proteger as diversas áreas importantes em relação aos aspectos ambientais se torna primordial criar leis, decretos e códigos específicos. Desta forma as leis ambientais são de interesse comum a vários setores e também da comunidade em geral. Assim há uma série de decretos e leis que determina medidas de proteção e conservação que serão apresentadas no Quadro 3, o qual foi construído baseado em Winther (2002).

Quadro 3 - Síntese do histórico da legislação ambiental brasileira

Ano	Lei
Período Colonial (1605)	Surge a primeira lei de proteção florestal do Brasil conhecida como o "Regimento do Pau-Brasil". Esta lei aparece como tentativa de controle da extração excessiva do pau-brasil, é dessa época a expressão "madeira de lei", que significa madeira reservada pela lei em face de seu alto poder econômico.
1822-1930	Prossegue o processo de ocupação do território nacional, incentivando a ocupação de fronteiras e a exploração desordenada dos recursos naturais.
1850	Promulgada a primeira Lei de Terras do Brasil, Lei Nº 601 de 18 de Setembro de 1850 que dispõe sobre as terras devolutas do Império, que reconhece a propriedade particular, as terras que não fossem demarcadas e registradas por seus ocupantes constituiriam as terras devolutas.
1934	- Código das Águas que ainda está vigente e estabelece os princípios do aproveitamento e utilização das águas de domínio público criando direitos e obrigações aos usuários. - Código Florestal (substituído em 1965 pela Lei nº 4771) que exigia para a exploração comercial de florestas, procedimentos de difícil consecução para populações de baixa renda.

1937	- Dec. Lei nº 25 é criado o SPHAN – Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (hoje IPHAN). - Criação do Parque Itatiaia e Parque Nacional de Foz de Iguaçu. - Criado os primeiros Parques Naturais, como reservas para futura exploração e não como áreas ecologicamente importantes para o equilíbrio do meio ambiente, (Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional de Foz de Iguaçu e Parque Nacional da Serra dos Órgãos).
1939	- Criação do Parque Nacional de Foz de Iguaçu e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.
1954	- Criação dos Códigos de Saúde – Lei Federal 2.132 de 3/9/54 e seu regulamento (Decreto 49.974-A de 21/01/61, atualmente revogado) que estabeleciam normas de proteção ao meio ambiente, condicionando a prática de atividades econômicas à prévia autorização pelas autoridades sanitárias – previsão de medidas de controle sanitário e da poluição para loteamentos residenciais e industriais.
1962	- Promulgação da Lei nº 4132/62 que prevê os casos de desapropriação por interesse social para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social.
1964	-Promulgação da Lei Federal nº 4.400 de 30/11/64 – Estatuto da Terra, que introduz o conceito de função social da propriedade, que considera a terra como bem de produção e deve gerar riquezas para seu proprietário e para a coletividade, determinando que seu uso seja feito de maneira racional.
1965	- Promulgado o Código Florestal – Lei Federal nº 4771/65 (substitui o Código Florestal de 34) que enfatiza o caráter ambiental de proteção dos recursos naturais em detrimento do conceito de reservas dos mesmos para uso futuro. A criação das APP's – áreas de preservação permanente, prevê a criação de parques, reservas biológicas e florestas nacionais, determina que a exploração das florestas deva ser previamente autorizada pelo IBAMA. - Criação do Decreto 58.054/65 que promulga a conservação para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América.
1966	- Criação do Decreto 59.308/66 que promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas.

1967	- Promulgação da Lei nº 5197/67 de proteção à Fauna Silvestre. - Criação do Decreto-Lei nº 227/67 de Código de Minas que impõe condições para conceder o direito à pesquisa ou lavra dos bens minerais e o Código de Pesca. - Criação do Decreto-Lei 221/67 que dispõe sobre a proteção à pesca.
1975	- Criação dos Decreto Lei nº 1413/75 e o Decreto Lei nº 76.389/75, que respectivamente instituíram a obrigação das indústrias adotarem medidas preventivas e corretivas para as áreas críticas de poluição, também surgem os Sistemas de Licenciamento Ambiental.
1976	- Criação do Decreto 78.017/76 que promulga o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos do Brasil e da Colômbia. - Criação Decreto 78.802/76 que promulga o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos do Brasil e do Peru.
1977	- Criação do Decreto 80.978/77 que promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. - Promulgação da Lei nº 6453/77 que dispõe sobre a responsabilidade civil objetiva por danos nuclear e criminal por atos relacionados com estas atividades. - Promulgação da Lei nº 6513/77 que criou as Áreas de Especiais e locais de Interesse Turístico. - Criação do Decreto Federal nº 81.207, que instituía o controle ambiental das atividades públicas e privadas voltadas às indústrias de: armamentos; químicas; petroquímicas; de cimento, materiais de transporte; celulose; fertilizantes; defensivos agrícolas e as refinarias de petróleo.
1979	- Promulgação da Lei nº 6766/79 - Lei Lehmann que dispôs sobre parcelamento do solo urbano trazendo em seu bojo uma série de condições para o resguardo da saúde pública e do meio ambiente (alterada pela Lei nº 9785/99).
1980	- Lei nº 6803 de 02/07/80 que definiu categorias de uso e critérios para a instalação de indústrias poluidoras. - Surgem as Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Estações ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.

Nos últimos anos houve um avanço significativo no que diz respeito às questões ambientais no Brasil, mas a solução para tantos problemas está distante, apesar de estar cada vez mais visível o limite do planeta para o fornecimento de

recursos naturais, quanto para a absorção de resíduos produzidos diariamente pelos indivíduos. Segundo Little (2003, p. 13) “o ritmo de contaminação e destruição ambiental no país, na última década, foi muito acelerado, e as ações em prol da proteção ambiental continuam sendo débeis diante das forças do desenvolvimento ambientalmente degradante.”

Diante dessa realidade, o Estado possui um papel ativo em relação à preservação e conservação do meio ambiente, com o envolvimento dos diversos setores representativos da sociedade. No entanto é preciso levar em conta as diversidades regionais no desenvolvimento de políticas públicas, especialmente em se tratando da área ambiental.

Segundo Little (2003, p. 18), uma política pública refere-se ao “conjunto de decisões inter-relacionadas, definindo atores políticos, que tem como finalidade o ordenamento, a regulação e o controle do bem público.” O mesmo autor conceitua políticas ambientais como sendo, “políticas públicas que procuram garantir a existência de um meio ambiente de boa qualidade para todos os cidadãos do país”. Nesse sentido, uma política pública representa a ação do poder público para solucionar problemas entre interesses e necessidades divergentes de um grupo da sociedade. A necessidade das políticas públicas vem da dificuldade que os atores sociais têm de definir prioridades.

A criação de políticas públicas ambientais são pensadas a partir da Constituição Federal de 1988, que incluiu um capítulo específico para a questão do meio ambiente. O artigo 225 estabelece que, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, para garantir a realização dos direitos ao meio ambiente, compete ao Poder Público: Preservar e restaurar os processos ecológicos; preservar a diversidade do patrimônio genético do País; definir espaços territoriais a serem protegidos; exigir estudo prévio de impacto ambiental; controlar a produção e emprego de substâncias que comportem risco

para a vida e o meio ambiente; promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino; proteger a fauna e a flora (Brasil, 1988).

Little (2003) esclarece que nos anos posteriores à promulgação da Constituição, vários programas governamentais foram estabelecidos para atender à crescente demanda por soluções para os problemas ambientais do país. Entre eles pode-se citar a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Este é parte do Programa Nacional do Meio Ambiente e visa financiar variados projetos ambientais com base nas solicitações das organizações governamentais e não-governamentais brasileiras.

Na década de noventa a legislação ambiental foi atualizada em quatro anos consecutivos. Foram promulgadas a Lei de Recursos Hídricos (nº 9.433 de 1997), a Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605 de 1998), Lei de Educação Ambiental (nº 9.795 de 1999) e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (nº 9.985 de 2000). Essas e outras leis normatizaram as ações ambientais no país como também criaram novos instrumentos políticos e instâncias públicas para sua efetiva implementação (Little, 2003).

A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), reunindo órgãos e entidades da União, Estado, Distrito Federal e Fundações instituídas pelo Poder Público como responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental (Brasil, 2008a).

Além da PNMA, cabe ao município a instituição de uma Política Municipal de Meio Ambiente (PMMA), um dos mecanismos para definir diretrizes e estabelecer normas, na forma da lei, que regulamentam as questões ambientais locais. O objetivo do PMMA é regular a ação do Poder Público Municipal, dos cidadãos e de instituições públicas e privadas para a preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais, respeitadas as competências Federal e Estadual (Souza, *et al.* 2003).

No município de Lajeado, o Código do Meio Ambiente foi Instituído pela Lei Municipal de nº 5.835 de 12 de dezembro de 1996, e estabelece procedimentos para a proteção do Meio Ambiente do Município, considerando-o como patrimônio comum da coletividade. Segundo o documento, compete ao Poder Executivo, através do Departamento Municipal do Meio Ambiente (DMMA), executar a política ambiental do município de Lajeado. O DMMA foi substituído pela Secretaria do Meio Ambiente que assumiu estas competências (Prefeitura..., 2008).

Segundo Souza *et al.* (2003), a ação municipal na área ambiental se destaca pela importância da atuação local, a participação da comunidade e a gestão participativa, pois entende-se, como nível de governo mais próximo da população, os municípios desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta à sociedade em benefício do desenvolvimento sustentável.

A PMMA permite que o modelo de desenvolvimento possa ser estruturado a partir da sociedade e dos atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças de mercado. Mas nem sempre o processo é participativo. Para Bandeira (1999) “a falta de participação da comunidade é apontada como um das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos”. A descentralização do poder e o comprometimento de atores sociais com capacidade de desenvolver projetos ambientais é que criam estratégias e formas de organização proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

Os planejamentos estratégicos devem ser elaborados através da participação da comunidade, para que esta se sinta responsável pelas decisões do Município, bem como deve estar de acordo com a realidade de cada região. A falta de participação da sociedade pode resultar em projetos mal sucedidos ou não desenvolvidos, levando ao descrédito destas práticas.

Será apresentada a seguir uma síntese das competências e pressupostos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do conteúdo de políticas e programas que norteiam a educação ambiental no Brasil.

4. 2.1 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

O MMA foi criado em novembro de 1992, tendo como missão promover a adoção de princípios e estratégia para o conhecimento, proteção e recuperação do meio ambiente, valorizando a inserção do desenvolvimento sustentável na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis de governo e sociedade (Ministério..., 2008).

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, constituiu como área de competência do MMA:

I- política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos; II- política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas; III- proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais; IV- políticas para a integração do meio ambiente e produção; V- políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e VI- zoneamento ecológico-econômico (Ministério..., 2008).

Portanto o MMA, planeja, controla, fomenta o desenvolvimento sustentável e supervisiona a política nacional e as diretrizes estabelecidas para o meio ambiente, por meio de departamentos como o de Educação Ambiental, área que permeia as competências do MMA.

O Departamento de Educação Ambiental do MMA segue as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), ao qual se articula o Programa de Educomunicação. Estes documentos, que descreveu-se a seguir, servem de guia para as políticas de educação ambiental estaduais e municipais. Alguns deles surgiram antes do Ministério do Meio Ambiente.

4.2.2 Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)

De acordo com a Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, art 2º, o objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Outro passo na institucionalização da educação ambiental foi dado com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu 1981, no âmbito legislativo a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente, evidenciando a capacidade que se desejava imprimir a essa prática pedagógica (Ministério..., 2005, p. 22).

De acordo com o MMA a coordenação da PNMA está a cargo do Órgão Gestor, criado com a regulamentação da Lei nº 9.795/99 por intermédio do Decreto nº 4.281/2002⁸, que é dirigido pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, tendo como referencial programático o documento ProNEA, e assessorado pelo Comitê Assessor, consultado quando necessário.

A PNMA possui como princípios a manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público, tendo em vista o uso coletivo; a racionalização do uso do solo, água e ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas; controle das atividades poluidoras; incentivo à pesquisa de tecnologias para a proteção dos recursos

⁸ O Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, fica criado o Órgão Gestor, o qual é formado por dois ministérios que atuam juntos o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Segundo o Art. 3º do decreto Nº 4.281, compete ao Órgão Gestor avaliar e intermediar programas e projetos da área de educação ambiental; observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e do Conselho Nacional de Educação - CNE; apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental; sistematizar e divulgar as diretrizes nacionais; estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas; indicar critérios e metodologias para a avaliação de programas e projetos de Educação Ambiental; estimular o desenvolvimento de metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental; levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis para a realização de programas e projetos de educação ambiental; definir critérios e indicadores de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não formal; assegurar a orientação e consolidação de projetos, o incentivo e multiplicação dos projetos bem sucedidos e a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 2010).

ambientais; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação e proteção de áreas degradadas ou ameaçadas; bem como a educação ambiental em todos os níveis de ensino; inclusive das comunidades, com o objetivo de capacitá-las para a participação ativa na defesa do meio ambiente (Ministério..., 2008).

No Art 4º constam como os objetivos da PNMA: compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação do meio ambiente; definição de áreas de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico; estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental; desenvolvimento de pesquisas e tecnologias para uso de recursos ambientais; difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente e divulgação de informações; preservação e restauração dos recursos ambientais; imposição, ao poluidor e ao predador o dever de recuperar e/ou indenizar os danos causados (Brasil, 2008).

4.2.3 Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)

A educação ambiental surge no Brasil antes da sua institucionalização pelo governo federal, quando, no início dos anos 70, ocorre a emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas. Nos seus primórdios a educação ambiental se manifesta através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil, prefeituras municipais e governos estaduais. As atividades educacionais estavam relacionadas às ações voltadas à recuperação e conservação do meio ambiente. É neste período que surgem os primeiros cursos de especialização em educação ambiental no Brasil (Ministério..., 2005).

De acordo com o Ministério da Educação em 1973 inicia-se o processo de institucionalização da educação ambiental no governo federal, com a criação do Poder Executivo da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. A extinta SEMA deu início ao projeto de educação ambiental voltados para a inserção da temática ambiental nos currículos escolares dos antigos 1º e 2º graus na Região Norte.

Será em 1981, com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que haverá a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, com o objetivo de capacitação para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Com a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do IBAMA será instituídos os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais, com o objetivo de operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual (Ministério..., 2005).

O Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) foi criado em dezembro de 1994 pelo presidente da República. O PRONEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental. A sigla PRONEA é referente ao programa instituído em 1994, e a sigla ProNEA refere-se ao programa instituído em 1999 (Ministério..., 2005).

A execução do ProNEA está a cargo dos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, das instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, e dos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, envolve entidades não-governamentais e de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

As ações do ProNEA destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental (ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política), buscando a participação social na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida.

A perspectiva da educação ambiental é complexa. De acordo com o MMA (2005) a educação ambiental deve ser capaz de integrar múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das inter-relações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos.

Os princípios que norteiam o ProNEA é a concepção de ambiente em sua totalidade, em uma abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais, e globais; respeito à liberdade e à equidade de gênero; reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas; enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório; compromisso com a cidadania ambiental; vinculação entre as diferenças de conhecimento, valores éticos e estéticos, educação, cultura e práticas sociais; democratização na produção e divulgação do conhecimento; pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; permanente avaliação do processo educativo; coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer e transparência.

Entre os objetivos do ProNEA está: promover processos de educação ambiental; fomentar a formação em educação ambiental, formal e não-formal; contribuir com a organização de grupos que atuem em programas de educação; fomentar a difusão da dimensão ambiental nos projetos, governamentais e não-governamentais; promover a incorporação da educação ambiental na execução de atividades passíveis de licenciamento ambiental; promover a educação ambiental integrada aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; promover campanhas de educação ambiental; estimular entidades de classe, instituições públicas e privadas a desenvolverem programas destinados à capacitação de trabalhadores; difundir a legislação ambiental; criar espaços de debate das realidades locais, para o fortalecimento das práticas comunitárias; estimular ações com base na Agenda 21; estimular pesquisas, nas diversas áreas científicas; incentivar iniciativas que valorizem a interação entre saberes tradicionais, populares e conhecimentos técnico-científicos; promover a inclusão digital; acompanhar programas de educação ambiental; estimular a cultura da educação ambiental; implantar espaços de articulação da educação ambiental; promover a disseminação de materiais didático-pedagógicos; sistematizar informações sobre experiências e apoiar novas iniciativas, além de produzir e aplicar instrumentos para avaliação das ações do ProNEA.

4.2.4 Programa de Educomunicação

De acordo com o MMA a Educomunicação é mais do que uma tendência de se juntar a comunicação e a educação para fazer emergir uma nova ciência. É uma necessidade que surgiu dos movimentos sociais e na busca pela organização da sociedade civil, tendo como meta a construção da cidadania. A Educomunicação aproxima o campo ambiental da perspectiva de uma comunicação popular, educadora, autonomista e democrática trata-se também da dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental que, na perspectiva do ProNEA se quer presente como competência em conteúdos de educadores e educadoras ambientais.

De acordo com Soares (2009) o conceito de Educomunicação era usado para identificar uma área chamada Educação para a Comunicação, isto é, a educação para a formação do chamado senso crítico frente à mídia, especialmente frente à televisão. Essa preocupação está latente com a discussão em torno da classificação indicativa. O conceito de Educomunicação significou por um tempo educação para a mídia, até que as pesquisas do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (USP) apontaram a existência de uma nova realidade, que é representada pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que desde os anos 70 vinham usando a comunicação de forma alternativa, para colocar problemas sociais em debate. Foi com o "Betinho", Herbert de Souza, que se começou a usar a comunicação com a finalidade de cidadania. Essa prática ganhou legitimidade e hoje a educomunicação é considerada como o conjunto de atividades voltados para o conhecimento do uso desses meios, numa perspectiva de prática da cidadania (Soares, 2009).

Em 1999 Soares apresentou academicamente o termo Educomunicação, sem criar uma nova área de conhecimento, mas tentando legitimar práticas dos comunicadores populares e sistematizar o movimento social em torno do que até então também era chamado de comunicação/educação ou inter-relação comunicação e educação. De acordo com Soares, existe um campo emergente de intervenção social cuja prática é realizada por alguém denominado educador. O termo *educador* é mais amplo que comunicador popular, Soares batizou a

área de Educomunicação, com a finalidade de incluir as mais diversas práticas existentes (Ministério..., 2008).

Desse modo, Soares (2009) sistematizou a área em cinco subáreas: expressão comunicativa através do uso dos recursos da informação e das artes; educação para a comunicação, configurada nos esforços sistemáticos de educadores no sentido de colaborar com os usuários dos meios massivos na formação do que Paulo Freire chamou de consciência crítica frente às mensagens editadas e veiculadas por poderosos sistemas de comunicação; mediação tecnológica nos espaços educativos, constituída pelos esforços no sentido de identificar a natureza da interatividade propiciada pelos novos instrumentos da comunicação, e no sentido de democratizar o acesso às tecnologias, colocando-as a serviço de toda a sociedade; gestão da comunicação nos espaços educativos, caracterizada pela abordagem sistêmica das relações entre os recursos da comunicação e as atividades humanas, garantindo um planejamento e uma implementação organizada dos recursos da informação, com o fim de garantir a eficácia na construção dos “*ecossistemas comunicativos*”; e reflexão epistemológica sobre o campo da educomunicação, que inclui a pesquisa e a avaliação sistemática, destinadas a compreender a complexidade das relações entre Comunicação e Educação.

No mesmo sentido e de modo complementar ao Programa Nacional de Educação Ambiental e à Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educomunicação objetiva articular e operacionalizar as ações de comunicação previstas no ProNEA. Os objetivos específicos do Programa de Educomunicação são: promover a produção de programas e campanhas educativas socioambientais; apoiar as redes de educação e comunicação ambiental; promover um mapeamento da comunicação ambiental no Brasil; implantar um sistema virtual de produções educativas ambientais; promover a formação dos educadores ambientais; contribuir para o acesso dos meios de produção da comunicação por coletivos envolvidos com a educação ambiental; contribuir com a pesquisa e ofertar, metodologias de comunicação e planejamento de comunicação em projetos e programas socioambientais; apoiar o enraizamento da educação ambiental através da Educomunicação (Ministério..., 2008).

De acordo com o MMA, os objetivos da Educomunicação de modo geral são estimular e difundir a comunicação popular participativa no campo da educação ambiental e contribuir para a elaboração de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental para o MMA a Educomunicação:

Refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no “como” se geram os saberes e “o que” se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza (Ministério..., 2008).

Os princípios norteadores da Educomunicação, segundo o MMA, são: o compromisso com o diálogo permanente e continuado; a interatividade e produção participativa de conteúdos; a transversalidade; os diálogos de saberes; a proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; a democratização da comunicação e a acessibilidade à informação ambiental; o direito à comunicação e a não discriminação e respeito à individualidade e diversidade humana.

Conforme o MMA a educomunicação pressupõe a utilização de práticas comunicativas em estruturas educadoras formais e/ou informais, visando a participação, articulação de gerações, setores e saberes, integração comunitária, reconhecimento de direitos e democratização dos meios de comunicação com o maior acesso popular às pautas, à produção e à gestão da comunicação pelos canais massivos. Como suporte da construção do processo de educomunicação, está a utilização pedagógica dos meios de comunicação, no entanto, a comunicação, na perspectiva educadora, não reduz à educação à apropriação dos meios.

A Educomunicação Ambiental é um novo campo de atividades sociais que vem ganhando espaço no campo da educação ambiental a partir de proposta de interação de duas áreas de conhecimento, (educação e comunicação), na qual a comunicação funciona como instrumento para a educação e conscientização das problemáticas relacionadas ao meio ambiente. É nesta linha que este projeto de pesquisa se articula.

4.2.5 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

Apesar da institucionalização da Educação Ambiental ter ocorrido com a PNMA, em 1981, só 18 anos depois, em 27 de abril de 1999 foi sancionada a Lei Nº 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental, e a Política Nacional de Educação Ambiental. A PNEA é uma proposta de promoção de educação ambiental na sociedade. De acordo com o Art. 1º da Lei Nº 9.795 de abril de 1999.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 2008b).

Segundo esta lei, é de competência do Órgão Gestor do PNEA avaliar e intermediar programas e projetos da área de educação ambiental; observar as deliberações do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e do Conselho Nacional de Educação (CNE); apoiar a implementação e avaliação da PNEA; divulgar as diretrizes nacionais; estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, objetivando à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais; promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de educação ambiental; indicar e estimular metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de educação ambiental; divulgar fontes de financiamento para a realização de programas e projetos de educação ambiental; definir critérios de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não formal; assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em educação ambiental: a) a orientação e consolidação de projetos; b) o incentivo e multiplicação dos projetos bem sucedidos; e, c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 2008b)

Os princípios básicos da lei de educação ambiental do PNEA são praticamente os mesmos do ProNEA.

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o

enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (Ministério..., 2008).

De acordo com o Art. 5º da Lei Nº 9.795/99, são objetivos da educação ambiental: desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente; garantir a democratização das informações; estimular a consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; incentivar a participação individual e coletiva na preservação do meio ambiente; estimular a cooperação entre as diversas regiões do País; fomentar a integração com a ciência e a tecnologia; e fortalecer a cidadania (Brasil, 2008b).

Portanto, as políticas públicas federais em suas referências à educação ambiental, visam a construção de novos cidadãos, para a composição de uma sociedade mais justa, solidária, equilibrada e sustentável.

4.3 Política Estadual de Educação Ambiental

A Lei Nº 11.730, de 09 de janeiro de 2002, dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, bem como cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo seu Art. 1º.

Entende-se por educação ambiental os processos através dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, atitudes, habilidades, interesse ativo e competência, voltados ao meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Rio Grande do Sul, 2002).

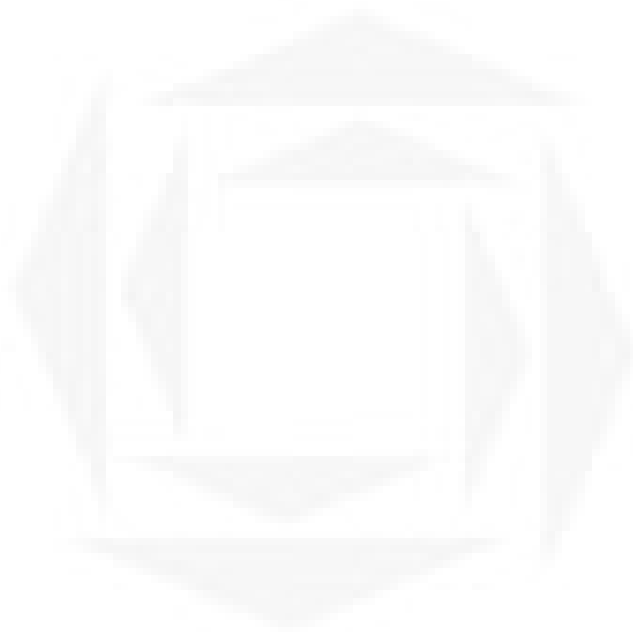
Conforme a legislação ambiental a educação ambiental é um componente essencial da educação estadual e nacional e deve estar presente em todos os níveis do processo educativo tanto formal como não-formal. Todos têm direito à educação e compete ao poder público promover a educação ambiental, a conscientização

pública e o engajamento da sociedade na proteção do meio ambiente. A lei prevê que as instituições educativas devem promover a educação ambiental de forma integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Os órgãos integrantes do Sistema Estadual de Proteção Ambiental devem promover ações de educação ambiental integrada aos programas de proteção, preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Os meios de comunicação de massa devem colaborar ativamente na disseminação de informações e práticas educativas. As empresas, órgãos públicos e sindicatos devem promover programas destinados à formação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre as suas condições e o ambiente de trabalho. As organizações não-governamentais e movimentos sociais devem desenvolver projetos de educação ambiental, com a participação da iniciativa privada, para a formação crítica do cidadão. E a sociedade deve manter atenção à formação de valores e atitudes que propiciem atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, identificação e solução de problemas ambientais (Rio Grande do Sul, 2002).

De acordo com seu Art. 4º, são objetivos da educação ambiental: o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações; estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social o incentivo à participação comunitária, ativa, permanente e responsável em relação à proteção, preservação e conservação do meio ambiente o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do Estado, em níveis micro e macrorregionais, respeitando os princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social e sustentabilidade; o fortalecimento dos princípios de respeito aos povos tradicionais e comunidades locais e de solidariedade internacional; a garantia de democratização das informações ambientais; o fomento da integração com a ciência e as tecnologias menos poluentes; e o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e da solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

No Art. 5º constam os princípios básicos da educação ambiental, sendo eles: enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; concepção do meio ambiente em sua totalidade; pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, tendo como perspectivas a inter, a multi e a transdisciplinariedade; vinculação entre a

ética, a educação, o trabalho, a democracia participativa e as práticas sociais; garantia de continuidade e permanência do processo educativo; participação da comunidade; permanente avaliação crítica do processo educativo; abordagem articulada das questões sócio-ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e global; reconhecimento, respeito e resgate da pluralidade e diversidade cultural do Estado; e o desenvolvimento de ações junto a todos os membros da coletividade, respondendo às necessidades e interesses dos diferentes grupos sociais e faixas etárias.



UNIVATES

5 PRÁTICAS LOCAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Este capítulo apresenta o planejamento das políticas públicas ambientais da Prefeitura Municipal de Lajeado, descreve as ações realizadas pelo CEA para a coleta seletiva e verifica, se as práticas de educação ambiental estão de acordo com os princípios do Tratado Global e das políticas públicas federal e estadual.

5.1 Política Ambiental em Lajeado

Após descrever os princípios, diretrizes e objetivos dos documentos norteadores da educação ambiental global, nacional e estadual, será focado no âmbito local/municipal.

A política pública ambiental em Lajeado está vinculada ao código do Meio Ambiente que, de acordo com a Lei Nº 5.835/96, no seu Art. 1º afirma que:

O Meio Ambiente é patrimônio comum da coletividade, bem de uso comum do povo, e sua proteção é dever do Município e de todas as pessoas e entidades que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, deverão respeitar as limitações administrativas e demais determinações estabelecidas pelo Poder Público, com vistas a assegurar um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações (Prefeitura..., 2008).

O Código do Meio Ambiente determina que compete ao Poder Executivo, através do Departamento do Meio Ambiente (o qual foi substituído pela Secretaria do Meio Ambiente) executar a Política Ambiental de Lajeado, coordenar e executar ações, projetos, definir normas e procedimentos que visem à preservação e proteção ambiental do município; aprovar e fiscalizar a implantação de áreas para fins industriais e agropecuárias, exercer a vigilância no controle ambiental; promover o controle da utilização, armazenamento e transporte de produtos tóxicos; participar da elaboração de medidas que visem à preservação do patrimônio urbanístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico e paleontológico; implantar e operar o sistema de monitoramento ambiental; autorizar licenças de recursos hídricos e minerais; acompanhar os estudos de impacto ambiental; conceder licenciamento ambiental quando for necessário; identificar o mapeamento das áreas de poluição; exigir projeto técnico e/ou plano de controle ambiental (PCA), para a instalação atividade sócio-econômica, que utilize recursos naturais. Além dessas competências, o Código do Meio Ambiente propõe em seu Art. 3, inciso XXI e XXII que cabe ao Poder Executivo:

XXI - Propor, implementar e acompanhar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, os Programas de Educação Ambiental do Município; XXII - Promover e colaborar em campanhas educativas e na execução de um programa permanente de formação e mobilização para a defesa do Meio Ambiente. (Prefeitura..., 2008).

Além do Código do Meio Ambiente a lei orgânica municipal prevê no capítulo IV, do meio ambiente, Art 152 que, “ao Município compete estabelecer normas de prevenção e controle de ruídos, da poluição do meio ambiente, do espaço aéreo e as águas.” Cabe a seus órgãos administrativos:

I - estimular a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para preservação do meio ambiente; II - preservar e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio biológico e paisagístico, no âmbito municipal; III - prover de meios e recursos necessários aos órgãos e entidades competentes a desenvolver a política de uso do solo agrícola, mediante fiscalização; IV - disciplinar a utilização de quaisquer produtos que possam prejudicar as características químicas, físicas ou biológicas do solo agrícola; V - co-participar com o governo Federal e Estadual de ações que venham ao encontro da política de uso do solo agrícola; VI - estimular o reflorestamento em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a conservação de índices mínimos de cobertura vegetal; VII - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e

exploração de recursos hídricos e minerais em seu território (Prefeitura..., 2008).

Em relação, ainda às ações de educação ambiental a Secretaria Municipal de Educação afirma que segue as diretrizes nacionais, as quais já foram descritas.

De acordo com a secretária do Meio Ambiente de Lajeado, no momento que foi instituída a Secretaria do Meio Ambiente, foram criadas legislações próprias, buscando dessa forma trabalhar dentro do sistema integrado de gestão ambiental, de acordo com a legislação federal, estadual e municipal.

Portanto é a Secretaria de Meio Ambiente de Lajeado que planeja e executa a Política Ambiental municipal. A SEMA tem como atribuições: definir normas técnicas legais, visando à proteção ambiental; coordenar ações de preservação e recuperação; acompanhar e analisar estudos de impacto ambiental; realizar avaliações de licenciamentos ambientais, bem como implementar programas de Educação Ambiental em conjunto com a Secretaria de Educação. Compete à SEMA, ainda, assessora a emissão de licenças prévias, instalação e operação junto ao município; emitir pareceres sobre alvarás de licenciamento; controlar o reflorestamento e desmatamento; auxiliar no controle de pragas e de zoonoses; chefiar a colocação de placas educativas; controlar e fiscalizar o recolhimento de resíduos; além de realizar outras tarefas correlatas (Prefeitura..., 2008).

De acordo com a secretária do Meio Ambiente, o planejamento da política ambiental do município de Lajeado é realizado a cada quatro anos. A prefeitura realiza o programa plurianual no qual são estabelecidas as ações que serão realizadas a cada ano. O programa é realizado através das sugestões e reclamações que a comunidade faz através da associação de moradores e por meio do programa “Diálogos Comunitários”, que vai até os bairros para saber quais são as necessidades dos moradores. Os professores de escolas que estão voltados para a educação ambiental também participam com sugestões através do preenchimento fichas de avaliações (ANEXO G). A partir das sugestões da comunidade e das fichas de avaliação se faz um levantamento das possibilidades e se planejam ações para os próximos quatro anos.

Conforme a secretária do Meio Ambiente o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema) participa ativamente da política municipal do meio ambiente, por meio de editais para a apresentação de projetos na área de gestão e educação ambiental, bem como participa da elaboração da legislação específica, sendo uma representação democrática pelo fato de várias entidades participarem. O Condema representa a sociedade civil organizada e atualmente possui 32 conselheiros entre suplentes e titulares e conta com a participação de 3 a 4 entidades não governamentais e 4 entidades governamentais.

O principal problema ambiental no município de Lajeado segundo a secretária, é o esgoto, para o que a SEMA está trabalhando na construção de uma estação que atingirá dois bairros do município: Moinhos e Florestal. A idéia é expandir as estações de tratamento chegando a 16, número considerado ideal.

Conforme a secretária do Meio Ambiente, a coleta seletiva no município de Lajeado iniciou em 2000 com a distribuição do saco azul para os resíduos secos, que eram recolhidos uma vez por semana na região central de Lajeado e nos bairros São Cristóvão e Moinhos, os mais populosos. Nesta época não existia o caminhão da coleta seletiva. O caminhão da coleta seletiva surge em 2004 para atender uma vez por semana a todos os bairros do município. O objetivo da coleta seletiva é evitar que os resíduos fiquem armazenados em local inadequado, além de fazer com que o aterro do município de Lajeado tenha uma vida útil maior.

Para a entrevistada o problema da coleta seletiva é cultural, pois as pessoas, em sua história familiar não separavam os resíduos, e não entendem porque agora tem que separar. A entrevistada ressalta que as crianças que participam das atividades elaboradas pelo CEA possuem uma percepção diferente da importância da reciclagem dos resíduos. Elas são mais ativas e muitas vezes cobram de seus pais a separação. Segundo a sua avaliação, os moradores do município de Lajeado participam da separação, mas nem sempre da forma adequada, pois percebe-se que as vezes colocam os resíduos recicláveis no dia que o caminhão não passa ou acabam colocando todos os dias.

Para a secretária do Meio Ambiente, apesar dos problemas enfrentados para mudar a cultura dos moradores, ela define que a participação da sociedade nas propostas ambientais que o município coloca em prática é excelente. Ela afirma que há 10 anos atrás as pessoas não tinham preocupação com a questão dos resíduos ou com o meio ambiente, mas de 5 anos para cá nota uma mudança significativa na participação da sociedade. Os moradores procuram saber se o corte da vegetação de um terreno possui licença ou não, caso não possua eles denunciam. Ela também citou o aumento da participação efetiva das escolas, empresas e associações de moradores.

Em relação à educação ambiental a SEMA, também melhorou. Segundo a secretária se realizava palestras isoladas, pelo fato que ter apenas uma pessoa para organizar e realizar as ações. Em 2005 foi criado o Centro de Educação Ambiental (CEA), com uma biblioteca, a Sala Verde e o Laboratório de Microscopia. Dessa forma pode-se implementar mais ações, além das palestras que eram realizadas anteriormente, visando à consciência crítica sobre as questões ambientais. Segundo os dados obtidos através das fichas de avaliações distribuídas no final de cada atividade, desde o ano de 2005 o CEA atendeu 60 mil pessoas, através das palestras e oficinas. Esses dados apontam um elevado número de atendimentos devido ao fato de que os participantes assistiram mais de uma palestra. Conforme a secretária do Meio Ambiente “é um número significativo por ser atendimento só de Lajeado, então raramente sobra vagas para escolas de outros municípios.”

A CEA se localiza na SEMA e realiza várias ações de preservação dos recursos hídricos, do solo, da fauna e da flora, para a separação dos resíduos, trilhas no jardim botânico com o objetivo de conservação e preservação das espécies (animais e plantas, água e solo), oficinas de sucata, palestras abordando temas como o lixo, água, plantas medicinais, visita das escolas ao aterro sanitário, bem como mantém o centro de zoonose e vetores.

No CEA atuam três pessoas, uma funcionária e duas estagiárias, que tem como incumbência a organização e o desenvolvimento das ações. As atividades são destinadas a alunos de escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos das três redes de ensino

do município de Lajeado e de outras cidades, bem como para empresas públicas e privadas, clubes de mães, associações de moradores e grupos de jovens. Além disso, são realizadas capacitações de educadores e de agentes de saúde e epidemiológicos.

O cronograma das atividades para as escolas é dividido por faixas: a educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental, séries finais do ensino fundamental, ensino médio. As ações são divididas por assunto e a metodologia utilizada é de acordo com a idade dos participantes, que podem ser em formato de palestras, histórias, jogos e desenhos. O número de participantes é em torno de 25 por atividade, devido ao espaço disponibilizado na Sala da Natureza.

As atividades no CEA ocorrem com agendamento prévio, conforme o cronograma elaborado. Os interessados escolhem a atividade de interesse, a data e o local para ser realizada podendo ser na escola, em empresas, associações de moradores, clubes de mães ou no próprio CEA.

As palestras e oficinas possuem em média duas horas de duração, são ministradas por uma estagiária do CEA. Nas palestras são utilizados recursos audiovisuais com figuras e animações, vídeos, jogos e desenhos para serem pintados, conforme a faixa etária. Nas oficinas são realizados trabalhos práticos, como o bilboquê de garrafa pet, papel reciclado e porta-treco com folhas de revistas.

Para a educação infantil ocorrem palestras sobre o lixo, cadeia alimentar e o abandono dos animais, focando na existência do canil de Lajeado. Além dessas atividades, se conta a história “O Ovo Azul”, de Ângelo Machado (Editora Salamandra). Durante o conto são passados alguns slides com imagens do livro. Após a leitura, os participantes vão para o pátio da SEMA onde se realiza um jogo a partir do enredo da história.

Para as séries iniciais do ensino fundamental são realizadas palestras sobre a relação do homem com os cães que aborda a questão de doenças dos animais como a sarna e raiva, ressaltando a importância da vacinação. A palestra Planeta água, como preservá-la, fala da sua importância, cuidados e curiosidades em

relação aos recursos hídricos. Também são realizadas as oficinas de bilboquê, papel reciclado e a palestra Nosso Lixo, Nossa Responsabilidade.

Para as séries do ensino fundamental são realizadas oficinas de porta-treco, palestras sobre como proteger as águas subterrâneas, formas de poluição importância da análise da água para quem tem poço artesiano em casa, os tipos de poços existentes no município. Há ainda a palestra sobre ácaros e controle biológico e visita no aterro sanitário. Para o ensino médio ocorrem apenas as palestras sobre como proteger as águas subterrâneas, sobre ácaros e controle biológico e a visita ao aterro sanitário.

Além dessas atividades, no Jardim Botânico, são mostradas coleções de plantas medicinais, de plantas em extinção, o viveiro com orquídeas e bromélias, bem como pode-se participar de trilhas auto guiadas. Na trilha são abordados os mais variados assuntos como vegetação, animais, solos, água, com o objetivo de preservação e conservação.

O CEA possui também um laboratório de microscopia utilizado para estudar os ácaros. Primeiramente os participantes assistem a uma palestra sobre ácaros e controle biológico. Após vão para o laboratório para a observação dos ácaros.

Há ainda uma visita monitorada no Parque do Engenho, para todas as séries escolares, quando se aborda o histórico do engenho, há observação do lago, de animais como esquilos, tatus, tartarugas, e se salienta os cuidados que se deve ter com as plantas, animais e da importância da preservação e conservação de um parque dentro da cidade.

Outra ação do CEA é a distribuição da sacola de pano visando à diminuição da utilização de sacolas de plásticos. As sacolas de pano são distribuídas em eventos e palestras, através de sorteios, como na abertura da semana do Meio ambiente e na feira de alimentos orgânicos. Também qualquer pessoa da comunidade pode ter a sua por meio de doação de alimento ou doação de agasalho no inverno, o que pode ser feito na Prefeitura ou na SEMA.

O CEA também conta com uma biblioteca ambiental que possui livros e vídeos, que abordam vários assuntos. Qualquer pessoa da comunidade pode retirar um exemplar sem custo.

Além dessas atividades, o CEA distribui material impresso com informações sobre os dias e horários da coleta seletiva em cada bairro, informações sobre o controle de pernilongos, sobre as águas subterrâneas, espécies da flora do Rio Grande do Sul ameaçadas em extinção, roedores e pulgas e o folder que traz as características das plantas que possuem ao longo da trilha. Esse material impresso é distribuído nas ações elaboradas conforme o interesse dos participantes e a solicitação dos professores. A entrega é feita mediante a solicitação para não ocorrer desperdício de material.

As ações realizadas pelo CEA são periodicamente avaliadas a partir do nível de satisfação e sugestões dos participantes em relação às propostas educativas. As avaliações são realizadas por meio de fichas que são entregues para o professor no final de cada atividade, as quais servem para avaliar a metodologia, os recursos utilizados e o atendimento do monitor. Com base nessa avaliação o CEA analisa o que pode ser aperfeiçoado inclui no planejamento das atividades para o próximo ano.

5.2 Atividades de educação ambiental relativas à coleta seletiva

A seguir será descrito as atividades de educação ambiental realizadas pelo CEA que são voltadas especialmente para a temática dos resíduos domésticos.

a) Dia D da coleta seletiva

O Dia D da coleta seletiva é uma data especial em que o mascote da coleta seletiva o “Reciclinho” vai nas escolas, juntamente com a dirigente do CEA para promover atividades de sensibilização sobre a separação. Durante a ação é abordada a importância da separação dos resíduos sólidos urbanos na escola, como

também nas residências das crianças. A utilização do mascote nas atividades tem o objetivo de incentivar as crianças e seus familiares na adesão da coleta seletiva.

b) Palestra Nosso Lixo, Nossa Responsabilidade

As palestras são apresentadas para alunos de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. A palestra tem duração de aproximadamente duas horas e inicia com a exposição das atividades realizadas no CEA. O método é participativo, com perguntas sobre o que é lixo seco, orgânico, rejeito e qual o destino final dos resíduos. As explicações da monitora acontecem conforme as respostas obtidas dos participantes.

Durante a palestra ocorre a explicação do que é uma composteira, qual sua importância e como pode ser feita. Além disso abordam aspectos sobre o consumismo, poluição do solo e da água. O tempo de decomposição de materiais (papel, tecido, filtro de cigarro, madeira, nylon, plástico, metal, borracha e vidro) é outro aspecto abordado na oficina, assim como o trabalho no aterro sanitário, como funciona a usina de triagem, o sistema de drenagem e a lagoa de tratamento do chorume.

Além disso a monitora discorre sobre o símbolo reciclável e a importância de Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Em seguida ela mostra produtos feitos a partir de material reciclado como telha, vassoura, caneta e porta-caneta. Após a palestra ocorre a apresentação do filme em desenho animado “Lixo e desperdício”, com duração de aproximadamente 15 minutos. Os filmes apresentados abordam a importância de conservar o meio ambiente, os principais problemas ecológicos da atualidade e os caminhos para solucioná-los, bem como a reciclagem do lixo, a coleta seletiva e os problemas causados pela sujeira à saúde. Na última parte da oficina são apresentados jogos e desenhos com o objetivo de melhorar a compreensão dos participantes em relação ao tema proposto.

Considera-se que a linguagem, os slides e vídeos são adequados à idade dos participantes.

c) Oficina de papel reciclado

Esta oficina possui uma hora e meia de duração e inicia com a explicação da origem do papel, como o papel é feito e como o papel reciclado nas indústrias. Além das explicações, a palestrante mostra fibras de celulose para os participantes, expõe as etapas da elaboração do papel reciclado, e sua importância. Após a exposição da parte teórica, inicia a parte prática, com a confecção do papel reciclado pelos participantes.

Dessa forma a oficina é participativa e criativa, motivando os participantes para a realização das atividades, bem como propicia a compreensão da importância do ato de reciclar para a melhoria das condições do meio ambiente, além disso, tem potencial para despertar a sensibilização ambiental.

d) Oficina de bilboquê

A oficina de bilboquê inicia com a apresentação do SEMA e das atividades que são realizadas pelo CEA. Em seguida ocorre a explicação de como será o desenvolvimento da oficina. Após a explicação da parte teórica inicia-se a parte prática com a confecção do bilboquê pelos participantes, com o acompanhamento da monitora, que explica os passos e acompanha a elaboração do brinquedo, ajudando os participantes que possuem dificuldade.

A oficina visa motivar a reflexão dos participantes por meio de oficinas práticas que contribuem para a compreensão sobre a importância da reutilização de materiais para a diminuição de resíduos domésticos e que quando descartados inadequadamente contribuem para os problemas ambientais.

e) Oficina de porta-treco

A oficina de porta-treco tem em média uma hora e meia de duração e inicia com a apresentação da SEMA sobre os trabalhos desenvolvidos pelo CEA, entre

eles as oficinas de papel, papel reciclado, bilboquê, porta-caneta, a visita ao aterro sanitário e a trilha-auto guiada. Também é abordada a importância da reutilização de materiais. Após essa etapa é explicado como será o desenvolvimento da oficina. Após a explanação da parte teórica, inicia a parte prática, com as explicações das etapas da criação do porta-treco.

A oficina proporciona aos participantes a aproximação com os conceitos relacionados ao meio ambiente e à arte, oportunizando o uso da imaginação para a criação de seu próprio brinquedo. Dessa forma, a aproximação com os materiais que são descartáveis proporciona a compreensão de como cada um pode ser mais participante e capaz de elaborar soluções ambientais.

f) Visita técnica no aterro sanitário

A visita técnica ao aterro sanitário tem em média uma hora e meia de duração. Os participantes conhecem o trajeto dos resíduos. No primeiro momento é mostrado como os caminhões, tanto o da coleta seletiva como o da coleta normal de resíduos, são pesados. Neste momento é informado aos visitantes sobre a quantidade de resíduos que chega diariamente no aterro sanitário

Em seguida, eles observam a célula na qual são depositados os rejeitos, quando a monitora explica como ela é feita e qual a importância da geomembrana para o solo. Nesse momento são ressaltados os problemas da utilização das sacolas de plásticos, bem como a importância de se ter uma composteira em casa e de não se colocar resíduos orgânicos no lixo. Também são mostrados os filtros utilizados para o tratamento do gás produzido no processo de decomposição da matéria orgânica.

Na sequência os participantes conhecem o galpão de triagem, e como é na prática o trabalho de triagem por um grupo de catadores cooperativados. Neste momento é ressaltada a importância da separação dos resíduos para o meio ambiente. Também é mostrado o cuidado adotado pelos catadores por meio de uso dos equipamentos como luvas, máscaras, jalecos e botas. Ressalta-se como ocorre

a separação do material, onde cada um dos catadores é responsável por retirar da esteira um tipo de material (papel, plástico, vidro e alumínio). Após são mostrados os fardos de material reciclável já prensado que serão vendidos.

Para finalizar, mostra-se a coleta do chorume e a estação de tratamento de efluentes formada por duas lagoas, na primeira ocorre o tratamento anaeróbio, com bactérias, e depois o aeróbio, que é realizado por meio de uma bomba que faz a aeração da água. Após a água ser tratada ela vai para um arroio próximo.

A visita técnica ao aterro sanitário visa mostrar como funciona o aterro sanitário do município e a relação dos catadores com a reciclagem dos resíduos, bem como procura sensibilizar os participantes sobre os impactos causados do destino incorreto dos resíduos que são gerados diariamente por cada morador.

g) Mídia utilizada para educação ambiental

Além das palestras realizadas pelo CEA para sensibilizar os moradores sobre a importância da coleta seletiva, a SEMA divulga suas informações através da assessoria de imprensa, mas de acordo com a secretária do Meio Ambiente, não tem sido preciso fazer uso da mídia para divulgar as ações de educação ambiental, já que as escolas sempre estão procurando o CEA para agendar palestras e oficinas e dessa forma ocorre a divulgação. Ela explica que na abertura do ano letivo todos os professores são convidados para um encontro onde se realiza uma capacitação em educação ambiental, explicando quando se trabalham assuntos relacionados com o meio ambiente, como o professor pode trabalhar essa temática em sala de aula. Além disso, há indicação de livros, sites e oficinas de reutilização de material.

Em relação aos resíduos sólidos domésticos a SEMA realiza campanhas esporádicas ressaltando a importância da separação dos resíduos, quando divulga o roteiro na coleta diária dos resíduos orgânicos, além do roteiro da coleta seletiva em diferentes bairros, informando a quantidade de resíduos que são recolhidos diariamente da coleta domiciliar e da coleta seletiva. O folder do calendário da coleta seletiva é impresso em frente e verso. De um lado possui o calendário com os dias e

horários que a coleta seletiva passa nos bairros do município de Lajeado, e o destino do material do material coletado que é central de triagem que está localizado junto ao Aterro Sanitário. No outro lado explica o que é lixo orgânico, rejeito lixo industrial, e lixo seco. Além de explicar quais são os plásticos, vidro, metal e papel que podem ser reciclados.

A SEMA também divulga ocasionalmente informações a respeito das palestras oferecidas pelo CEA sobre os resíduos domésticos. Segundo a secretária do Meio Ambiente a comunidade ainda não tem a cultura da separação. Sua afirmação baseia-se no fato que das 40 toneladas de resíduos coletados diariamente na cidade, apenas duas toneladas são de lixo seco, o que demonstra a falta de participação por parte dos moradores, o que aumentaria o reaproveitamento e reduziria a área destinada ao aterro sanitário para os resíduos.

Nestas campanhas esporádicas as mídias utilizadas são o jornal O Informativo do Vale, o jornal A Hora, a Rádio Independente, Rádio Tropical e Rádio União das Associações de Moradores de Lajeado (Uambla) e a Rede Brasil Sul (RBS). Além dessas mídias ocorre a distribuição de folders.

5. 3 Análise das atividades de educação ambiental relativa à coleta seletiva em relação aos princípios norteadores.

a) Análise das oficinas e palestras em relação aos Princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

O CEA se preocupa em realizar ações de educação ambiental com os mais diversos públicos do município de Lajeado, com alunos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, professores, colaboradores das empresas de Lajeado, e comunidade em geral, a qual participa das palestras e oficinas através dos clubes de mães e associações dos moradores dos diversos bairros do município. De acordo com as fichas de avaliação entregues no final de cada palestra, foram contabilizados de janeiro a julho de 2009 um total de 8.602 atendimentos, divididos em palestras,

oficinas, visitas ao aterro sanitário, visitas ao Parque do Engenho e trilha no Jardim Botânico.

Dessa forma percebe-se que as ações do CEA estão baseadas no princípio que prevê a educação ambiental como um direito de todos. Todos que compartilham das ações atuam como aprendizes no momento que participam das ações, questionando, argumentando, concordando, discordando e trazendo fatos de seu dia-a-dia. O CEA pretende que os educadores quando são mediadores das informações para outros sujeitos, como por exemplo, os professores e alunos que participam das oficinas, ofereçam as mesmas para outros grupos de estudantes, bem como os colaboradores das empresas e comunidade em geral, repassando as informações das palestras para seus familiares ou grupos dos quais participam.

O Tratado propõe que a educação ambiental seja individual e coletiva, baseada no pensamento crítico e inovador em qualquer tempo ou lugar, para a formação de cidadãos com consciência local e planetária. Em relação a este princípio percebe-se que as ações realizadas pelo CEA estão baseadas neste princípio. A mediadora das ações procura incentivar os participantes a refletirem sobre suas ações do cotidiano, questionando sobre quais implicações podem trazer para o ambiente em que estão inseridos, também incentiva-os participantes a compreender e perceber as causas e consequências que a poluição do ar, água, solo, e desmatamento podem ocasionar tanto a nível local como para todo o planeta Terra.

Em relação ao princípio do Tratado que aborda a educação ambiental como ideológica e que deve focar a relação entre ser humano, natureza e universo, estimular a solidariedade, igualdade e respeito aos direitos humanos, facilitando a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, compreende-se que as ações realizadas pelo CEA enfocam as idéias de forma integrada, englobando as ações do homem e sua relação com a natureza e o universo, refletindo sobre as possíveis formas que o homem pode estar usando para degradar o ambiente, se prejudicando. As atividades também procuram estimular a solidariedade, explicando sobre a importância da separação dos resíduos que chegam até a central de triagem para os catadores da cooperativa.

Em relação ao princípio que propõe que educação ambiental deve recuperar, respeitar e utilizar a história e culturas locais, valorizando as diferentes formas de conhecimento e estimulando o poder das diversas populações, nota-se que é abordado o comportamento dos indivíduos, dessa forma utiliza-se dos aspectos culturais dos participantes para trabalhar as ações de educação ambiental. Também a mediadora procurou aproximar a linguagem e a realidade dos participantes com a temática abordada nas ações, buscando melhorar a compreensão do público.

Quanto ao princípio que propõe que a educação ambiental deve ser planejada, promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, percebe-se que as ações seguem esse princípio. As ações que o CEA desenvolve são planejadas para serem realizadas durante o ano, com a finalidade de transformar comportamentos e fazer com que cada participante se torne um cidadão responsável e que seja capaz de buscar uma melhor qualidade de vida, preservando o ambiente. Além disso, procura desenvolver a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições visando criar novos modos de vida para atender as necessidades básicas de todos os cidadãos sem distinção de idade, sexo, classe social. Essas temáticas são abordadas durante as apresentações dos filmes “Lixo e desperdício” e “Tá Limpo” que abordam sobre os problemas ecológicos, qual a melhor maneira de solucioná-los, qual a importância de conservar o ambiente, além dos problemas relacionados à saúde e doenças que podem ser provocados pelo destino incorreto de resíduos. Em relação às palestras que utilizam-se apresentação de filmes, a mediadora poderia aproveitar melhor as mensagens que estes transmitem, através de questionamentos e explicações, para uma melhor compreensão sobre as ações dos personagens.

O Tratado requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. Integrando conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Neste sentido as atividades não vão ao encontro do proposto no Tratado. O CEA utiliza poucos os meios de comunicação de massa para promover educação ambiental, apenas informa da importância da coleta seletiva, bem como os dias e horários que o caminhão da coleta seletiva passa nos bairros, e isto esporadicamente. Dessa forma não privilegia os meios de comunicação como difusores de informações e para

promotores de intercâmbio de experiências e valores, para que a sociedade tenha uma consciência sobre a problemática ambiental.

O Tratado sugere que a educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida. Percebe-se que o CEA possui uma preocupação em relacionar questões sociais, culturais, econômicas e éticas, dessa forma contribui para a compreensão da importância de todos os ciclos de vida do planeta. Para isto, utiliza-se da trilha guiada no Jardim Botânico, abordando assuntos sobre a importância da preservação da vegetação, vida dos animais, cuidados com o solo e a água. Assim procura sensibilizar os participantes do valor, do respeito e da preservação de todas as formas de vida do planeta.

b) Análise das oficinas e palestras em relação aos Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA

A PNMA propõe a manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público, tendo em vista o uso coletivo. Em relação a este princípio percebe-se que em todas as palestras, oficinas e na trilha auto guiada realizadas pelo CEA existe a preocupação com a preservação e conservação do meio ambiente para a qualidade de vida de todos os seres. Ressalta-se a interdependência na natureza, onde os organismos se relacionam entre si. Também há a preocupação em demonstrar que o meio ambiente é para todos, que cada um tem o direito de uso, mas tem dever de preservar e conservar para a coletividade.

Em relação ao princípio que trata da racionalização do uso do solo, água e ar, percebe-se que existe uma preocupação do CEA, pois no planejamento das ações são previstas palestras específicas que abordam a temática da água. Em relação ao solo e o ar não aconteceram ações específicas no planejamento de 2009, mas os problemas da poluição do ar e do solo foram abordados superficialmente nas palestras e oficinas, relacionados à degradação ambiental e ao problema dos resíduos sólidos domésticos.

Quanto ao princípio que propõe a proteção dos ecossistemas percebe-se que o CEA procura através do diálogo com os participantes, que eles reflitam sobre suas ações e os impactos que as mesmas causam ao meio ambiente, bem como a necessidade de agirem para a proteção do ambiente que os cercam.

Em relação ao princípio que propõe o controle das atividades poluidoras, não existem ações específicas do CEA com esta abordagem. Ela ocorre indiretamente quando há incentivo para que os participantes reflitam sobre seu comportamento em relação ao descarte dos resíduos e mudem seus hábitos para que não poluam o meio ambiente, separando os resíduos adequadamente, consumindo produtos com poucas embalagens, reaproveitando embalagens e reciclando.

Em relação ao princípio que prevê o incentivo a pesquisa de tecnologias para a proteção dos recursos ambientais, percebe-se que ações de educação ambiental realizadas pelo CEA não se adéquam. Também os princípios que propõe o acompanhamento do estado da qualidade ambiental, recuperação e proteção de áreas degradadas ou ameaçadas, não fazem parte do planejamento das ações de educação ambiental do CEA, mas essas atividades fazem parte das ações que são desenvolvidas pela SEMA, de forma ampla.

Quanto ao princípio que propõe a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive da comunidade, visando à capacitação para a participação ativa na defesa do meio ambiente, considera-se que o CEA quando procura realizar suas ações para a educação infantil, ensino médio e fundamental, bem como para empresas do município, associações de moradores e clubes de mães, procura sensibilizar diferentes segmentos de público para a participação na preservação do meio ambiente, bem como criar redes de informação para atuar na defesa do meio ambiente.

c) Análise das oficinas e palestras em relação aos Princípios do Programa Nacional de educação ambiental - ProNEA

No ProNEA há o princípio que propõe uma abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais. Neste sentido percebe-se que nas palestras realizadas pelo CEA, a abordagem dos temas inicialmente possui em enfoque local, que tem como objetivo propiciar um para ocorrer um melhor entendimento por parte dos participantes. No decorrer das palestras vão sendo abordados assuntos que dão destaque para problemas ambientais regionais, nacionais e globais, como por exemplo o caso dos resíduos que são depositados inadequadamente nos rios, logradouros, bueiros, obstruindo os canais de escoamento das águas, sendo um dos fatores responsáveis pelas enchentes que ocorrem nas cidades do Vale do Taquari.

Em relação ao princípio que propõe o respeito e a equidade de gênero, considera-se que as ações do CEA convergem no momento em que são realizadas de forma permanente nos meses de março a dezembro, considerando diferentes públicos, como já citado anteriormente.

Sobre o princípio que trata do reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas, enfatiza-se que este princípio não é abordado totalmente nas ações de educação ambiental do CEA, mas apenas parcialmente quando nas trilhas se enfatiza a importância da biodiversidade da fauna e flora.

Em relação ao princípio que propõe um enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico e emancipatório, verifica-se que as ações do CEA convergem com este princípio, visto que as ações são voltadas para desenvolver uma visão crítica e a transformação dos indivíduos, considerando a autonomia individual para a construção de cidadãos mais ativos e participativos na preservação do ambiente. Observa-se que as ações são dialógicas, participativas, possuem foco na humanização, bem como abordam aspectos históricos, como é o caso do Parque do Engenho do município.

De acordo com o princípio que aborda a questão do compromisso com a cidadania ambiental, constata-se que nas ações realizadas para os diversos públicos há uma preocupação em sensibilizar a todos para que sejam mais comprometidos com o ambiente e a importância que as pequenas ações diárias possuem como potencial para a minimização dos impactos ambientais. As práticas educativas não são pontuais, já que não ocorrem apenas em datas comemorativas como, por exemplo, no Dia do Meio Ambiente, ou Dia da Árvore. As ações são permanentes e continuadas, e há um planejamento elaborado para que ocorram atividades em todos os meses do ano, para todos os públicos.

Conforme o princípio que trata da vinculação entre as diferenças de conhecimento, valores éticos e estéticos, educação, cultura e práticas sociais, ressalta-se que as ações estão de acordo com este princípio. Existe uma preocupação da CEA com os diferentes conhecimentos do público, dessa forma a mediadora das ações, procura adaptar a linguagem e a metodologia a ser utilizada de acordo com conhecimento e idade do público que irá participar. Em relação aos valores éticos e estéticos, educação, cultura e práticas sociais são abordadas indiretamente nas palestras no momento em que a mediadora mostra fotos de animais abandonados, maltratados, que recebem tratamentos adequados, são cuidados e encaminhados para a adoção, bem como ela ressalta a necessidade de conscientização para manter a cidade limpa, não jogando os resíduos em lugares inapropriados.

Em relação ao princípio que trata da divulgação do conhecimento constata-se que as ações desenvolvidas pelo CEA convergem com este princípio no momento em que o CEA planeja suas ações visando à democratização na produção e na forma de divulgar os conhecimentos em relação à temática ambiental, propõe ações que engloba vários assuntos relacionados com o meio ambiente como por exemplo, cadeia alimentar, água, animais, resíduos e ácaros. A divulgação das ações ocorre através das próprias palestras e oficinas, nas quais a metodologia utilizada é participativa em alguns momentos e, em outros, é diretiva. Percebeu-se que a utilização de recursos visuais como filmes, slides e fotos promove o um melhor entendimento dos participantes. Mas este princípio torna-se parcial no momento em que a divulgação das palestras e oficinas do CEA para a comunidade local é

deficiente, pois é pouco divulgada nos meios de comunicação. Assim a maioria da comunidade não fica sabendo da existência do CEA e suas ações que ficam focadas prioritariamente nos públicos estudantis.

Quanto ao princípio que propõe o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas considera-se que as ações desenvolvidas pelo CEA convergem com este princípio nas palestras e oficinas. O CEA se preocupa com a qualidade das informações, bem como respeita os diferentes pontos de vista e opiniões dos envolvidos, entendendo que cada indivíduo possui uma compreensão diferente sobre o mundo e dessa forma o respeito às diferenças é a base para a comunicação. O CEA procura promover condições e meios através de materiais pedagógicos como jogos, brincadeiras, filmes para a formação de uma consciência ecológica ativa, crítica e próxima da realidade dos participantes.

Segundo o princípio que trata da garantia e da permanente avaliação do processo educativo, percebe-se que as ações de educação ambiental convergem com este princípio. Nas palestras e oficinas com alunos ocorre a avaliação dos professores sobre a metodologia utilizada, do conteúdo abordado, da linguagem da moderadora, dos recursos utilizados das atividades propostas e da relação da moderadora com o público. De acordo com as respostas obtidas procurou-se avaliar o que pode ser melhorado para as próximas ações de educação ambiental a serem planejadas.

Quanto ao princípio que propõe a coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer, constata-se que há princípio convergência com as ações realizadas no cotidiano do CEA, pois estes tentam vivenciá-las na sua prática e nos processos do ambiente de trabalho.

Conforme o princípio que trata da transparência destaca-se que há convergência do princípio com as ações desenvolvidas no CEA, a medida que ocorre o interesse pela participação das escolas, comunidade e empresas pelas palestras e oficinas. O que se explicita no número de palestras, oficinas e vistas ao aterro, Parque do Engenho e trilha no Jardim Botânico. Também o CEA disponibiliza informações para estudantes, o que é outro demonstrativo de transparência.

d) Análise das oficinas e palestras em relação aos Princípios da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA

Em relação ao princípio que propõe a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade, enfatiza-se que a o CEA procura relacionar os aspectos econômicos, culturais e o meio ambiente nas suas ações, sempre enfatizando os cuidados para a sustentabilidade do planeta.

Conforme os outros princípios da PNEA, verifica-se que apresenta pontos de interseção com a ProNEA. A PNEA propõe que o enfoque seja humanista, holístico, democrático e participativo, bem como propõe o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas assim como no ProNEA. A PNEA, como o ProNEA, defende a garantia de continuidade e permanência do processo educativo, bem como avaliação crítica do processo educativo, a vinculação entre ética, educação e práticas sociais. Além disso, a PNEA propõe a abordagem das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, como o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. Como os princípios do ProNEA e da PNEA, convergem, considera-se que não é necessário analisarmos, pelo fato das análises já terem sido realizadas.

e) Análise das oficinas e palestras em relação aos Princípios da Política Estadual de Educação Ambiental

Percebe-se que os princípios da Política Estadual de Educação Ambiental converge basicamente com todos os princípios do ProNEA e da PNEA, dessa forma os princípios já foram analisados com as ações realizadas pelo CEA, não sendo necessários analisarmos novamente.

f) Análise das oficinas e palestras em relação aos Princípios do Programa de Educomunicação

Em relação ao princípio que propõe o compromisso com o diálogo permanente e continuado destaca-se que nas ações planejadas existe esta preocupação, pelo fato que não ocorrem ações isoladas em determinadas datas, mas sim palestras e oficinas durante todo o ano e em todos os meses e procura abranger todos os públicos, como já foi visto.

Segundo o princípio que trata da interatividade e produção participativa de conteúdos; verifica-se que as ações de educação ambiental do CEA são interativas, onde os participantes interagem entre si e com monitores. Em relação a produção participativa de conteúdos, as ações são elaboradas pelos responsáveis do CEA não ocorrendo a participação da comunidade de Lajeado. Portanto, este princípio é parcialmente alcançado.

De acordo com o princípio que trata da transversalidade, salienta-se que há convergência entre este princípio e as ações do CEA, pelo fato de que nas ações a mediadora procurar abordar aspectos biológicos, sociais e culturais dos seres humanos, bem como salienta a necessidade de desenvolvimento de posturas éticas.

Quanto ao princípio que propõe o diálogo de saberes percebe-se que as ações de educação ambiental do CEA estão em conformidade com este princípio, cada participante interpreta as mensagens de acordo com seus conhecimentos, permeados de outros saberes, para manifestarem suas opiniões, havendo troca de experiências.

Conforme o princípio que trata da proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular, ressalta-se que este princípio não faz parte das ações de educação ambiental do CEA de forma efetiva, mas a abertura para a manifestação de opiniões pode propiciar a troca de saberes tradicionais.

Em relação ao princípio que preconiza a democratização da comunicação, percebe-se que o CEA desenvolve atividades participativas, garantindo o diálogo

entre os participantes e a mediadora utiliza vídeos e slides como instrumento didático e educativo para tornar a aprendizagem mais atrativa e facilitar o processo. Em relação à acessibilidade à informação, considera-se que não há a devida divulgação das informações nos meios de comunicação.

Segundo o princípio que propõe o direito à comunicação entende-se que as ações do CEA convergem com este princípio, pelo fato que nas suas atividades procuram abranger o maior número de pessoas e de diversas comunidades.

Já em relação ao princípio que trata da não discriminação e respeito à individualidade e diversidade humana verifica-se que este princípio é abordado indiretamente nas ações do CEA, não existindo uma ação específica que aborde este princípio, mesmo que a monitora procure ressaltar o respeito às diferenças.

O processo de comunicação face a face nas palestras e oficinas é democrática e acessível, no entanto a análise da mídia utilizada em educação ambiental aponta que a informação ambiental através da mídia não é prioritária nas ações de educação ambiental, o que distancia-se do princípio do ProNEA que propões democratização na produção e divulgação do conhecimento e do princípio do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que prevê a democratização dos meios de comunicação de massa. Dessa forma, o modelo de comunicação que circula nas palestras e oficinas é educativa, pelo fato de que a mediadora procura trazer informações ambientais para o conhecimento dos participantes. E diretiva, porque a participação efetiva tanto do emissor quanto do receptor. Já no que se refere à divulgação dos meios de comunicação de massa pode-se afirmar que a comunicação é educativa, indireta e unidirecional em que ocorre apenas a participação do emissor, e esporadicamente, quando os pressupostos de educação ambiental são uma ação contínua.

A seguir será apresentado um quadro que sintetiza o cumprimento dos princípios e relações entre os documentos tomados por base o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Quadro 4 – Síntese do cumprimento dos princípios e relação entre os documentos, tomando por base o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Princípios	Documentos que prevêem este princípio	Situação das ações do CEA em relação ao princípio	Relação entre documentos
1) Educação é um direito de todos, e todos somos aprendizes e educadores.	Tratado	Cumpre totalmente	
2) Educação ambiental individual e coletiva baseada no pensamento crítico e inovador em qualquer tempo ou lugar para a formação de cidadãos com consciência local e planetária.	Tratado	Cumpre totalmente	
3) Educação ambiental como ideológica e que deve focar a relação entre ser humano, natureza e universo, estimular a solidariedade, igualdade e respeito aos direitos humanos, facilitando a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão.	Tratado	Cumpre totalmente	
4) Educação ambiental deve recuperar, respeitar, e utilizar a história indígena e culturas locais, valorizando as diferentes formas de conhecimento e estimular o poder das diversas populações.	Tratado	Cumpre parcialmente	
5) Educação ambiental deve ser planejada, promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições.	Tratado	Cumpre totalmente	

6) Requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. Integrando conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações.	Tratado	Cumpre parcialmente	
7) Educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida.	Tratado	Cumpre totalmente	
8) Manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público, tendo em vista o uso coletivo.	PNMA	Cumpre totalmente	
9) Racionalização do uso do solo, água e ar.	PNMA	Cumpre parcialmente	
10) Proteção dos ecossistemas.	PNMA	Cumpre totalmente	
11) Propõe o controle das atividades poluidoras.	PNMA	Não cumpre	
12) Pesquisa de tecnologias para a proteção dos recursos ambientais.	PNMA	Não cumpre	
13) Acompanhamento do estado da qualidade ambiental, recuperação e proteção de áreas degradadas ou ameaçadas.	PNMA	Não cumpre	
14) Educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive da comunidade, visando à capacitação para a participação ativa na defesa do meio ambiente.	PNMA Política Estadual de Educação Ambiental	Cumpre parcialmente	Tratado (1)
15) Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.	ProNEA PNEA Política Estadual de Educação Ambiental	Cumpre totalmente	Tratado (2)

16) Respeito e a equidade de gênero.	ProNEA PNEA	Cumpre totalmente	Tratado (3)
17) Enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico e emancipatório.	ProNEA PNEA Política Estadual de Educação Ambiental	Cumpre totalmente	Tratado (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7)
18) Compromisso com a cidadania ambiental.	ProNEA	Cumpre totalmente	Tratado (2, 3)
19) Vinculação entre as diferenças de conhecimento, valores éticos e estéticos, educação, cultura e práticas sociais.	ProNEA Política Estadual de Educação Ambiental	Cumpre parcialmente	Tratado (1, 4, 5, 7)
20) Divulgação do conhecimento.	ProNEA	Cumpre parcialmente	Tratado (1, 6)
21) Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas.	ProNEA PNEA Política Estadual de Educação Ambiental	Cumpre totalmente	Tratado (4, 5)
22) Garantia e da permanente avaliação do processo educativo.	ProNEA PNEA Política Estadual de Educação Ambiental	Cumpre totalmente	
23) Coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer.	ProNEA	Cumpre totalmente	Tratado (2)
24) Transparência	ProNEA	Cumpre totalmente	
25) Concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.	PNEA Política Estadual de Educação Ambiental	Cumpre totalmente	
26) Compromisso com o diálogo permanente e continuado.	Educomunicação	Cumpre totalmente	Tratado (3, 4, 5), ProNEA PNEA Política Estadual de EA (17)

27) Interatividade e produção participativa de conteúdos.	Educomunicação	Cumpre parcialmente	Tratado (6) ProNEA PNEA Política Estadual de EA (17)
28) Transversalidade.	Educomunicação	Cumpre totalmente	
29) Diálogos de saberes.	Educomunicação	Cumpre totalmente	Tratado (3, 4, 5) ProNEA PNEA Política Estadual de EA (17)
30) Proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular.	Educomunicação	Não cumpre	Tratado (4) ProNEA Política Estadual de EA (19)
31) Democratização da comunicação e a acessibilidade.	Educomunicação	Cumpre parcialmente	Tratado (1, 2, 6)
32) Direito à comunicação.	Educomunicação	Cumpre totalmente	Tratado (6)
33) Não discriminação e respeito à individualidade e diversidade humana	Educomunicação	Cumpre parcialmente	Tratado (3) ProNEA PNEA Política Estadual de EA (17)

Percebe-se claramente com o quadro que os princípios dos documentos analisados interrelacionam-se, remetendo uns aos outros no mesmo Documento ou entre eles. Também pode-se afirmar, a partir do quadro acima, que as ações de educação ambiental realizadas pelo poder público municipal em Lajeado, em relação ao Tratado Global cumpre totalmente cinco princípios e parcialmente dois princípios.

Em relação ao PNMA cumpre totalmente dois princípios, parcialmente dois princípios e não cumpre três princípios. Em relação ao ProNEA cumpre totalmente oito princípios e parcialmente dois. Em relação ao PNEA cumpre cinco princípios totalmente. Em relação à política Estadual de Educação Ambiental cumpre totalmente cinco princípios e parcialmente dois. Em relação à educomunicação cumpre totalmente quatro princípios, parcialmente três e não cumpre um princípio.

Portanto conclui-se que a maioria das ações realizadas pelo CEA procura trabalhar as questões ambientais alinhando-se aos princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global, PNEA, Política Estadual de Educação Ambiental, ProNEA e Educomunicação. No entanto, enquanto algumas ações cumprem totalmente o que está nos princípios, outras cumprem parcialmente porque abordam indiretamente o que está previsto nos princípios. Algumas das ações não cumprem os princípios por não fazerem parte das ações planejadas para o ano de 2009 ou por serem realizadas pelo SEMA, mas não consta entre atividades vinculadas ao CEA como, por exemplo, o acompanhamento do estado da qualidade ambiental, recuperação e proteção de áreas degradadas ou ameaçadas. Dessa forma pode-se afirmar que as ações de educação ambiental procuram ser trabalhadas a partir da realidade do município de Lajeado, vinculadas com a realidade global, visando a conscientização para a transformação.

6 APROPRIAÇÕES DOS MORADORES SOBRE A POLÍTICA DE COLETA SELETIVA

Neste capítulo será apresentado os dados obtidos na pesquisa de campo, quando entrevistamos três moradores individualmente e outros três em grupo.

Para o entendimento das informações estabeleceu-se como forma de análise a criação de um quadro de identificação das informantes envolvidas na pesquisa, contendo os dados coletados no questionário (quadro 5). Após criamos o perfil das entrevistadas individualmente e do grupo de discussão. Os nomes são fictícios.

A análise dos dados se refere a quatro categorias de análise: relação com os resíduos. Representações sobre a coleta seletiva; Práticas de consumo e educação ambiental. Será descrito as falas das informantes entrevistadas, separando as entrevistas individuais das entrevistadas em grupo e, em seguida, será analisado conjuntamente suas apropriações em relação às categorias de análise.

O grupo de discussão e as entrevistas, realizadas deixaram transparecer as apropriações e os tipos de mediações que os moradores fazem sobre os discursos da coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos. Partimos do pressuposto que em um processo de comunicação, de um lado está o emissor das informações e do outro o receptor e, deve-se levar em consideração os fatores sociais, culturais, históricos e pessoais envolvidos, os quais podem influenciar nas

apropriações de sentidos. Dessa forma cada receptor irá construir e reconstruir sentidos de acordo com seus valores, princípios e conhecimentos. O Quadro 5 apresenta a identificação das entrevistadas com nomes fictícios.

Quadro 5 - Identificação das entrevistadas

Nome	Idade (anos)	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Bairro	Entrevista
Andréia	26	Solteira	Especialista	Bióloga	Hidráulica	Individual
Eva	40	Casada	Ensino médio completo	Cabeleireira	São Cristóvão	Individual
Neusa	53	Casada	Ensino fundamental incompleto	Serviços gerais	Santo André	Individual
Diana	31	Separada	Ensino médio completo	Massoterapeuta	Jardim do Cedro	Grupal
Íris	46	Viúva	Mestre	Professora	Alto do Parque	Grupal
Rosa	52	Casada	Ensino superior	Aposentada	Moinhos	Grupal

6.1 Perfil das entrevistadas

As entrevistadas foram selecionadas por morarem em bairros geograficamente distribuídos do município, terem diferentes graus de escolaridade e faixas etárias.

A entrevistada Andréia é natural de Santa Maria, solteira, formada em biologia, com especialização em educação ambiental. Atualmente trabalha como auxiliar de laboratório, mas pretende trabalhar na área educacional. Andréia faz a separação dos resíduos em orgânicos e secos, segundo ela não se pode falar de um assunto sem praticar. Por isso nas horas de lazer, busca ler revistas que abordam assuntos ambientais. Quando vai ao supermercado procura ler os rótulos dos produtos para identificar se o mesmo irá agredir o meio ambiente, além de levar em consideração se os fabricantes investem em projetos ambientais, dessa maneira quando pode, paga um pouco mais caro pelo produto se ele for ecológico, praticando o consumo consciente. Apesar de ter uma preocupação de não gerar muitos resíduos ela salienta que nem sempre consegue adquirir somente produtos necessários, consumindo um pouco mais do que realmente precisa, e por isso, sente

culpa de estar gastando além do necessário. Seu sonho de consumo é ter casa própria, estabilidade financeira, filhos, cachorro, gatos, e a família por perto. Para ela o conforto não é fundamental para a felicidade, mas sim uma vida de pequenos momentos felizes.

Eva é natural de Doutor Ricardo, casada, tem dois filhos e reside no bairro São Cristóvão. Ela separa os resíduos em molhado e seco desde que começou a coleta seletiva em Lajeado. Ela diz que a separação dos resíduos é automática. Para ela as compras são sempre conscientes, pois só adquire o necessário. Ela leva em consideração na hora da compra o preço do produto. Eva passou a adquirir um produto depois que viu um comercial na televisão falando que a empresa investia em projetos ambientais, dessa forma a entrevistada demonstra uma preocupação com o meio ambiente, apesar de salientar que não procura informações ambientais. Segundo a informante, as horas vagas que possui são destinadas a seus filhos, pois normalmente não se tem férias em família. Ela conta que a rotina da casa é sempre a mesma o ano inteiro. Para Eva o mundo ideal é onde todos os doentes possam ser tratados de forma igual e não apenas por um número. Seu sonho de consumo é construir uma casa com quatro andares para alugar.

Neusa é natural de Lajeado, casada, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, trabalha como serviços gerais e possui uma filha e três netos que residem no mesmo terreno, mas em casas separadas. Na sua casa todos separam os resíduos. Neusa começou a fazer a separação há dois ou três anos. Ela faz a separação em resíduos secos e orgânicos. O orgânico ela destina para a composteira que tem em seu pátio, para virar adubo que usa nas suas plantas. Ela na hora da compra leva em consideração se o produto melhor e mais barato, mas prefere os produtos de marcas conhecidas, por considerar melhor e rende mais. O consumo para ela é consciente e quando necessita adquirir algo o sentimento que tem é de tristeza, porque não queria gastar o seu dinheiro. Quando está de férias e possui condições financeiras viaja para a casa dos familiares. Para Neusa o mundo ideal seria um mundo menos egoísta, em que todos se ajudassem para haver menos desigualdades. Neusa possui muitos sonhos, mas atualmente o que ela deseja é adquirir um microondas e pintar a sua casa, pois acha que conforto ajuda a ter uma vida feliz, mesmo considerando que não é fundamental.

Diana é natural de Estrela, separada, tem 5 filhos, é massoterapeuta e está cursando fisioterapia. Nas horas vagas gosta de ler livros, escutar músicas e, às vezes, fazer caminhada. Uma vez ao ano tira férias em família para visitar os avôs. Já foi voluntária de uma instituição para menores em Florianópolis, onde residiu por alguns anos. Na sua casa os moradores separam os resíduos orgânicos para a compostagem e os secos são doados para um morador do bairro. Desde pequena Diana faz a separação dos resíduos devido à preocupação com o meio ambiente. Seus filhos são incentivados a fazerem a separação. Para Diana o que influencia na hora da compra é o preço, a qualidade e a validade dos produtos e de marcas conhecidas. Às vezes, para experimentar, compra produtos de marcas que não conhece. Atualmente, o consumo para ela é consciente, há um tempo atrás ela conta que o consumo era mais emocional, porque tinha que ter determinados produtos, comprava para os filhos porque eles iriam gostar e ela não tinha na idade deles. Hoje ela está mais ponderada, pensa duas vezes antes de comprar. Ao adquirir produtos procura ler os rótulos para identificar se o produto vai agredir o meio ambiente, além de buscar informações sobre os fabricantes, pois acredita que consumir é fácil, mas depois, para regenerar o ambiente é complicado, por isso afirma que não se importa de pagar mais caro por um produto que não agrida o meio ambiente. Na sua opinião o conforto não é fundamental e a felicidade é uma questão emocional. O conforto ajuda a ter uma vida mais tranquila. Diana possui muitos sonhos de consumo, mas o principal é adquirir um carro mais espaçoso e conseguir uma casa em Lajeado para morar com seus filhos. Atualmente ela está morando com seus pais e seu mundo ideal é sem tanta violência, um mundo mais tranquilo e que as pessoas possuam mais consciência.

A entrevistada Íris é viúva, natural de Arroio do Meio, graduada em Letras, tem mestrado. Possui dois filhos e trabalha como professora. Íris faz a separação dos resíduos desde criança. Na sua residência separa os resíduos em três, os resíduos de alimentos que podem ser usados pelos animais na chácara, os resíduos orgânicos que vão para a composteira que possui em casa e os resíduos secos que são destinados para a coleta seletiva. Nas horas vagas procura assistir a filmes, programas que abordam assuntos sobre a natureza, fazer caminhadas. Ela gosta de fazer programas em que esteja em contato com a natureza como caminhadas em parques e trilhas, além de fazer programas familiares, ler e viajar. Quando vai ao

supermercado, Íris procura ler os rótulos das embalagens para avaliar se os produtos agredem o meio ambiente e procura adquirir produtos em que os fabricantes investem em projetos ambientais, dessa maneira não se preocupa em pagar mais caro por produtos ecológicos. Íris se considera uma consumidora consciente, já que antes de comprar também avalia se realmente necessita do produto, bem como prefere produtos locais, considera a qualidade, o produto que possui menos embalagem. Também dá atenção ao preço e à validade no caso dos produtos alimentícios. Íris deseja conhecer a Austrália e, principalmente, a Nova Zelândia. Para ela a felicidade é feita de momentos e, às vezes, o mais simples é o que dá mais prazer, como estar em contato com a natureza, com amigos e com a família. Para ela, o mundo seria bem melhor se houvesse mais respeito tanto na família como na escola, comunidade, entre países, principalmente pelo público por parte dos políticos.

Rosa é natural de Lajeado, separada, bancária aposentada, graduada em ciências contábeis. Ela possui dois filhos e está sempre procurando fazer cursos para se reciclar. Nas horas vagas procura ler, assistir a filmes históricos e pintar. Rosa faz parte da diretoria da associação Missionária Evangélica e é voluntária no Centro São Francisco. Ela gosta de ajudar os outros e se sente bem fazendo trabalhos voluntários, pois acredita que um mundo com menos violência seria o ideal. Nos meses de janeiro e fevereiro Rosa viaja com a mãe para praia. Em relação a separação dos resíduos, afirma que começou a separar os resíduos molhados e secos na cozinha. Para ela é uma prática que tem três anos, e começou com os filhos. Agora Rosa tenta incentivar a sua mãe a fazer a separação. Quando faz as suas compras, ela procura dar preferência para as pessoas conhecidas, ao atendimento, à marca do produto, à embalagem, à qualidade e ao preço, dessa forma o consumo para ela é consciente. Antes de ir fazer suas compras faz uma listinha com os produtos e, assim, evita de ir várias vezes ao supermercado, reduzindo as embalagens plásticas. Rosa procura sempre ler as embalagens dos produtos para identificar se o produto vai agredir o meio ambiente, bem como para saber se o fabricante investe em projetos ambientais. Dessa forma ela acredita que está contribuindo para a preservação do meio ambiente. Ela afirma que não se importa em adquirir um produto que seja mais caro se o mesmo agredir menos o meio ambiente.

6.2 Análise dos dados obtidos no grupo de discussão

Diana, Rosa e Íris participaram do grupo de discussão. A partir de agora será analisada suas apropriações em relação às categorias de análise: Resíduos, coleta seletiva, consumo e educação ambiental.

6.2.1 Relação com os resíduos

Percebe-se que existe uma preocupação com o meio ambiente entre as participantes do grupo, assim como em separar os resíduos adequadamente, já que as três informantes afirmavam que fazem a separação dos resíduos. Diana faz a separação em lixo seco e orgânico. O lixo orgânico vai para a compostagem, o seco é separado para um catador que passa e recolhe. O que ele não leva é colocado na coleta normal. A informante salientou que não destina pilhas e baterias na coleta de lixo normal. Ela leva esse material até a Certel ou Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), dependendo do dia em que é recolhido. Rosa separa os resíduos secos dos orgânicos. Íris faz a separação de quatro formas, em resíduos alimentares, os quais podem ser consumidos pelos animais em sua chácara, resíduos orgânicos que são destinados para a composteira, rejeitos que são designados para a coleta normal e resíduos secos que são destinados para a coleta seletiva.

Lá em casa é feita a separação de acordo com o que é lixo orgânico, né, o que é casca, lixo que vai para a compostagem. O lixo seco também é separado. Como não tem coleta seletiva ainda no bairro, tem um senhor que recolhe o lixo. A gente deixa separado pra ele, ele passa lá em casa, já pega tudo fechado. Tem coisas que ele não recolhe. Essas coisas a gente coloca a parte, daí vai para a coleta normal de lixo (Diana).

Eu faço só duas separações de lixo, né, na cozinha, o que é lixo molhado que é restos de comida, cascas essas coisas, ali eu boto também, o café e no outro eu boto o que é plástico, garrafa, as vezes papel seco eu faço esse tipo (Rosa).

Eu tenho até três a quatro separações de lixo, né. Numa vão resíduos de alimentos, cascas que podem ser usadas pelos animais lá na chácara, no outro vão ah, os resíduos orgânicos que vão para a composteira, eu faço compostagem em casa e no outro recipiente vai o lixo seco, então vidro, metal, plástico, vão nesse e no outro, então resíduos assim que é material sujo. Vamos supor um plástico bem sujo que não possa ir nem para a

composteira, nem para o lixo seco, vai naquele. E esse vai para a rua e o papel dos banheiros, né (Íris).

Como pode-se perceber, Diana não reconhece que há coleta seletiva no seu bairro, mesmo que esta política pública exista há um bom tempo e contempla todos os bairros do município.

Para Diana e Íris, o hábito de separar os resíduos vem desde pequena, mesmo não existindo a coleta seletiva já havia uma preocupação em separar os resíduos, por questões econômicas e ambientais. Já para Rosa a preocupação e iniciativa em separar os resíduos existem a uns três ou quatro anos. A mudança de comportamento resultou do incentivo dos filhos que começaram a falar sobre as questões ambientais em casa. Como elas Rosa desenvolveu um novo comportamento, e suas atitudes foram influenciadas por novos conhecimentos e por sentimentos de preservação do meio ambiente, dessa forma pode-se afirmar que se tornou um sujeito ecológico. Estas observações são observadas nas falas a seguir:

Lá em casa também sempre foi desde pequena, então eu sempre separava o orgânico pra fazer a compostagem pra botar de adubo na horta, claro que naquela época não tinha separação, mas já tinha a preocupação. Então o que era papel, revista, jornal, papelão, era separado e tinha a pessoa que catava, vinham com o carrinho para catar. Nunca, né, foi muito difícil de fazer a separação em casa né (Diana).

Eu aprendi até com a minha mãe, né a questão de cuidar, cuidar, economizar água assim desde pequena, então quando eu casei, quando eu tive o meu lar eu logo comecei a separar, mesmo quando ainda não havia o caminhão especial que agora tem da coleta seletiva. Ah, eu já separo porque eu sei que facilita pra quem depois faz a triagem né, (...) porque eu sempre fui preocupada em proteger o planeta (...) muito antes de se falar sobre isso eu já evitava (Íris).

Pra mim foi bem menos tempo, acho que faz uns três anos, alguma coisa assim, mas foi mais por incentivo dos meus filhos que começaram a ver, a falar. Sabem aí eles começaram a dizer a falar, até “ah, mãe começa olhar até no mercado quando tu vai escolher as embalagens, tá escrito também. Então foi muito assim, em função deles né, daí eles começaram a comentar e eu também comecei a perceber (Rosa).

Conforme as opiniões das participantes, todos os moradores de suas residências procuram separar os resíduos. Quem leva até as lixeiras são elas mesmas, com exceção da Diana, para quem é a mãe dela que coloca os resíduos na lixeira, já que no horário da coleta ela está no trabalho. Mas ela conta que as crianças também gostam de levar o lixo até a lixeira. Para Diana as crianças são

incentivadas desde pequenas ao hábito da separação. Já a informante Iris procura ensinar e incentivar para a separação dos resíduos para as pessoas que trabalham em sua casa e não separavam o lixo por falta de conhecimento. Esta situação pode ser observada na sua fala:

Separar, todos separam, todos, assim, já teve várias pessoas que trabalharam lá, moças, assim e aprenderam comigo a fazer. Elas não sabiam fazer, então foi um pouco difícil ensinar, porque são várias, diferentes, mas agora gostaria que aprendessem e fizessem nas suas casas (Íris).

Através do comentário de Diana, percebe-se que existe incentivo e estímulo para a conscientização e comprometimento das crianças sobre a importância do descarte adequado dos resíduos. Na educação e na sensibilização dos atores sociais o diálogo é fundamental para a indução de novas práticas em relação aos resíduos que são produzidos diariamente. E isto pode ser observado entre as três informantes: de Diana em relação aos filhos; dos filhos em relação à Rosa; e de Íris em relação às funcionárias.

6. 2.2 Representações sobre a coleta seletiva

Em relação aos dias e horários em que o caminhão da coleta seletiva passa nos bairros, Diana respondeu que em seu bairro atualmente não possui coleta seletiva, já existiu, mas os moradores não faziam a separação corretamente e nem colocavam no dia e horário certo, acabou sendo retirada a coleta seletiva. Sua fala explicita que ela não sabe diferenciar o caminhão da coleta seletiva daquela que coleta os resíduos orgânicos e rejeitos. Rosa respondeu que passa na segunda-feira a noite, também não diferencia o caminhão da coleta normal da seletiva, pois no seu bairro o calendário indica que a coleta ocorre na quarta-feira no turno da manhã. E Íris respondeu que o caminhão da coleta seletiva passa na segunda-feira de manhã bem cedo. Desta forma somente Íris reconhece o caminhão da coleta seletiva e sabe exatamente o dia e horário que o mesmo passa em seu bairro. As demais, mesmo afirmando que atuam corretamente em relação aos resíduos dentro de casa, acabam não contribuindo adequadamente com a coleta seletiva.

De acordo com as informantes, existe pouca divulgação sobre os dias e horários em que a coleta seletiva passa nos bairros. E segundo elas, os moradores não possuem informações suficientes para realizarem a separação adequada nas suas residências.

Falta divulgação, né dos dias e horários e de como as pessoas devem fazer a separação nas suas casas, o que vai para o lixo orgânico, que é recolhido normalmente no caminhão, diariamente, enfim e o que deve ir para o lixo seco. Essa é a impressão que eu tenho, que aqui em Lajeado falta divulgação (Íris).

Eu também acho que falta bastante assim informação em relação à coleta e eu acho que uma vez por semana é muito pouco passar o caminhão da seletiva. Eu acho que tinha pelo menos duas ou três vezes por semana, acho que seria o ideal (Diana).

Para as informantes a coleta seletiva no município de Lajeado possui problemas, como falta de campanhas informativas e educativas freqüentes nos meios de comunicação de massa, de forma a produzir esclarecimentos sobre os dias e horários da coleta seletiva, bem como para a sensibilização e conscientização dos moradores para uma maior participação. Além disso acham que um dia apenas é pouco para o caminhão da coleta passar nos bairros. Esta situação pode ser observada nas citações que seguem:

A divulgação, não sei como a prefeitura divulga (Diana)

Divulgação dos dias, o mais importante é a divulgação, é a conscientização, a sensibilização das pessoas para colocar em horários, mais próximos do recolhimento para não acontecer bagunça, né. A prefeitura tem que investir e divulgar na rádio (Íris).

Apesar das informantes se preocuparem com os impactos ambientais através da geração dos resíduos, parece não se preocuparem em obter informações e esclarecimentos sobre os dias corretos da coleta, com exceção de Íris, assim como para onde os resíduos são levados após serem recolhidos das lixeiras, como são tratados, qual seu destino e as consequências. Apenas Iris sabe para onde são designados os resíduos e como são tratados após serem recolhidos dos bairros. Como são observadas nas falas que seguem:

Eu não tenho nem idéia de como é (Diana).

Eu não sei, eu sei que tem um lugar especial, agora como é feito lá eu não sei, eu nunca fui, não sei onde é (Rosa).

Eu sei que vai para o aterro sanitário né, onde tem a separação do que é seco e orgânico, eu sei que tem a cooperativa de catadores que ganha seu pão fazendo essa separação, depois vai para a estação de tratamento do chorume. Tem um aterro sanitário que fica ali no Montanha, ver eu também não vi, eu sei que existe (Íris).

Portanto as falas das informantes apontam falhas em quase todo processo de comunicação da política de coleta seletiva da prefeitura para os moradores, já que apenas Íris reconhece o discurso oficial. É preciso levar em conta que Íris tem um nível elevado de escolaridade e atua em projetos de educação ambiental, enquanto Diana e Rosa não atuam na área, mesmo a primeira tendo o ensino médio completo e a segunda ensino superior.

Também é importante ressaltar que devido às características de pesquisa não se pode generalizar estas percepções. Se as informantes fossem estudantes, público-alvo prioritário da política pública os resultados poderiam ser outros.

6.2.3 Práticas de consumo

Atualmente a sociedade de consumo gera problemas sociais e ambientais, e os hábitos de cada um na hora da compra contribuem para a degradação ou preservação ambiental. O consumo é inevitável para a economia como para a sobrevivência dos indivíduos, entretanto pode-se mudar as práticas de consumo e a forma como são descartados os resíduos, mas os sujeitos precisam se sensibilizar da importância de separar os resíduos para a reciclagem e consumir sem desperdícios. Estas práticas devem estar inseridas no cotidiano de todos, para uma melhor qualidade de vida.

As falas das informantes apontam que elas priorizam produtos que possuem poucas embalagens, produtos naturais, com qualidade e de menor preço. Elas tendem a avaliar o atendimento, priorizando produtos locais para incentivar o desenvolvimento local. Também estão preocupadas com o desperdício e descarte excessivo de embalagens. Como se observa nas opiniões que seguem:

Eu sempre tento dar preferência para uma pessoa que eu conheço né, então isso é o primeiro fator, depois pelo atendimento (...). Eu sempre faço listinha e também o que dá para congelar eu congelo né, para evitar toda hora tá indo no mercado. Cada vez que vai é um saquinho a mais, um saquinho ali então (Rosa).

Prioridade para o local, qualidade, menos embalagem possível, depois preço e, também, assim quanto, falando agora especificamente de alimentos quanto mais natural possível (...). Por pensar bem antes se eu preciso, as vezes quase tô precisando trocar móvel ou alguma coisa, mas eu evito ao máximo porque sabe ainda qual é o destino que é dado (Iris).

Principalmente a qualidade o valor e a validade (...). Um tempo atrás comprava muito (Diana).

Em relação à compra por produtos de marca conhecidas no mercado, as informantes salientaram que são fiéis às marcas e procuram adquirir produtos que já conhecem, mas às vezes, para experimentar, compram um produto de marca desconhecida.

[...] a praticamente sempre é a mesma, dificilmente eu troco se ela se enquadrar em tudo o que eu penso sabe, embalagem, qualidade e preço (Rosa).

Sou tipo daquela cliente fiel, eu costumo fidelizar a marca, (...) quando eu vejo que algo me agrada em termos de qualidade, preço né, todas as características eu sou bastante fiel ao conjunto, eu não sou muito adepta a novidades (Íris).

Geralmente a mais conhecida às vezes pra experimentar a gente pega pra ver se vale à pena, mas geralmente as mais conhecidas, pela qualidade do produto (Diana)

Porém, elas informaram que existe certa preocupação em relação a como os produtos são fabricados, se as empresas possuem ou investem em projetos ambientais. Elas acreditam que adquirindo estes produtos pode ser uma forma de contribuir para a minimização dos impactos ambientais gerados pelo homem. Conforme salientam as informantes:

Isso me atrai com certeza, se eu vejo que uma empresa, está envolvida com projetos de responsabilidade social, ah, [...] isso sempre me atrai, isso me faz optar por aquela marca também (Íris).

Tem uma marca de sapato que eles colocam na embalagem o projeto, eles têm um projeto que diminui os resíduos tóxicos pro meio ambiente e reaproveitam o que pode reaproveitar [...], então pra mim hoje eu já procuro olhar na caixa de sapato se tem esse símbolo da arvorezinha (Diana).

[...] eu sempre tento olhar, quando eu fico sabendo né eu sempre compro, é uma maneira da gente ajudar, porque às vezes a diferença é tão pouco do produto sabe, que vale a pena ajudar (Rosa).

O discurso das informantes apontam que elas se consideram consumidoras conscientes, elas primeiramente procuram avaliar se realmente estão precisando adquirir algum produto ou, quando quebram, se o mesmo pode ser consertado, caso não possa ser consertado ocorre à troca. O hábito de ir as compras para muitos é uma forma de lazer, de diversão, entretanto as informantes salientaram que não gostam de fazer compras no supermercado, porque perdem muito tempo observando os produtos, a qualidade, a validade e lendo os rótulos das embalagens. Como pode ser percebida nas citações que seguem:

Hoje mais consciente né, antigamente era mais emocional [...] hoje é uma coisa mais ponderada, mais pensada, antes de se consumir penso duas, três vezes (Diana).

Eu tento assim fazer muito pelo consciente [...] hoje tu não pode fazer muito pelo emocional tem certas coisas que tem que dar prioridade né (Rosa).

Eu me considero, também bastante consciente [...] avaliar realmente a necessidade e de por produtos mais ecologicamente corretos (Íris).

Observa-se que as informantes procuram planejar suas compras para evitar aquisições por impulso, dessa forma podem ser consideradas consumidoras conscientes e responsáveis, tanto por motivos econômicos como para a preservação do meio ambiente.

As informantes declararam que possuem a preocupação em adquirir produtos que não agriam ao meio ambiente, mesmo não tendo conhecimento suficiente para avaliar se o produto agride ou não o ambiente. Elas procuram analisar as embalagens, ler os rótulo para ver se são produtos biodegradáveis, verificar a existência do símbolo que diz se é reciclável ou não. Elas não se importariam em pagar um pouco mais caro por um produto que não agrida ao meio ambiente. Conforme percebe-se nestes comentários:

Sim, porque a gente sabe que depois pra regenerar é mais complicado, agredir é fácil, [...] usar os que são biodegradáveis, que não vão ofender tanto o ambiente. Geralmente eu procuro ver pela embalagem, ver pela informação do fabricante (Diana).

Eu em principio, eu olho pelo menos a embalagem, se tem dois tipos de embalagem, eu também vou mais na que não seja de plástico, mas eu vou muito pelo que está escrito (Rosa).

Com certeza, eu tenho embora assim eu ainda não tenha conhecimento suficiente, eu acho que tenho que aprender, por exemplo, os detergentes, principalmente os materiais de limpeza eu me preocupo mais, que eu não sei assim até que ponto nós temos aqui produtos biodegradáveis, mas eu procuro ler se ele é biodegradável. É tem ah, os produtos muitas vezes que na embalagem no que se refere à embalagem tem o símbolo se é reciclável, ou se [...]. Mas quanto ao produto em si, é isso, acho que é mais a gente tem como avaliar as embalagens e os produtos não tanto, mas eu procuro ler a composição, principalmente de matérias de higiene pessoal e limpeza (Íris).

Apesar da preocupação ambiental, Íris é a única que tem a preocupação de buscar mais informações, não contentando-se com que lhe chega. A educação ambiental para a sensibilização dos impactos que os hábitos de consumo e descarte produzem ao meio ambiente para desencadear mudanças significativas na relação do indivíduo com a natureza, minimizando os problemas ambientais que já fazem parte do cotidiano de todos, depende de maior circulação de informação, no caso de quem executa a política pública, mas também de uma postura ativa dos moradores para minimizarem seus impactos individuais no meio ambiente buscando mais informação.

Os estilos de vida regradados pelo consumismo geraram hábitos de consumo e descarte de resíduos exacerbados é um dos fatores que causam impactos significativos no meio ambiente, dessa forma a sociedade também é responsável pelos problemas socioambientais. As informantes relataram que sentem-se responsáveis pelos problemas ambientais, e percebem que seus hábitos diários de consumo acabam interferindo para a degradação do ambiente. Como podem ser observadas nas citações abaixo

Eu também penso que tem muita relação o consumo está muito exagerado em nosso país em outros países, nos Estados Unidos principalmente, muita embalagem, muito descartável. Essa cultura do descartável acho que é um dos grandes motivos porque é muito mais petróleo que ta sendo extraído pra ser produzido o polipropileno que vai no material plástico (Íris).

Eu acho, tenho certeza disso, que tem, que isso tá assim, até o consumo em si, é que nem todas as pessoas são conscientes (Rosa).

Sim, muitas vezes a gente compra o que não precisa principalmente eletrônicos, é televisão, o tempo todo a gente fica trocando televisão, porque essa é pequena, celular que se troca, como se troca de blusa, né,

então acaba gerando lixo que depois acaba prejudicando todo o meio ambiente (Diana).

A felicidade e a qualidade de vida cada vez mais estão associadas a conquista de bens materiais. Dessa forma os sujeitos trabalham para manter um padrão de consumo, reduzindo o tempo livre para o lazer, e aumentando o tempo de trabalho para poder adquirir mais, além de agirem de forma individualista, não se preocupam com as consequências de seu comportamento para a degradação do ambiente. Percebe-se que o comportamento das informantes difere da maioria dos consumidores, elas consomem de forma consciente, dessa forma evitam gerar resíduos. Talvez este comportamento esteja associado ao fato delas acreditarem que o consumo não traz felicidade, que a felicidade é alcançada por meio de momentos de serenidade.

Acho que felicidade é uma questão mais emocional que a gente, onde a gente tá, o conforto ajuda pra gente ter uma vida mais tranqüila, mas ele não é fundamental (Diana).

Como eu gosto muito de estar com a natureza e, às vezes, você nem precisa de conforto, você pode sentar numa pedra no potreiro e comer umas bergamotas de baixo de uma árvore pegando um sol né ou a sombra de uma árvore, isso pra mim é muita felicidade e o contado com a natureza, com os amigos, com a tua família, né (Íris).

Olha, talvez uma pequena parte, eu pra mim felicidade e estado de espírito, serenidade, tranqüilidade sabe. Felicidade é feita de pequenos momentos, não precisa ser uma coisa grandiosa pra me deixar feliz (Rosa).

Assim, ações individuais motivadas por preocupações do meio ambiente são capazes de transformar o impacto ambiental do consumo, e este tipo de comportamento faz parte da vida das informantes.

6.2.4 Educação ambiental

A educação ambiental surge através da preocupação da sociedade com o meio ambiente, visando à formação de sujeitos ecológicos com capacidade de compreender o mundo e agir de forma ética, consciente e crítica. A SEMA de Lajeado criou o CEA para desenvolver ações de educação ambiental para formação de atores sociais comprometidos com o meio ambiente. A investigação constatou que duas das informantes desconhecem as ações que a prefeitura realiza. Apenas uma das participantes comentou que a Secretaria do Meio Ambiente realiza ações

junto às escolas, clubes de mães e a visita no aterro sanitário. As outras desconhecem essas atividades. Este fato pode ser percebido nos comentários a seguir:

Questão da separação do lixo tem dias que é para a coleta seletiva né, e nos demais eu não tenho informação (Diana).

Olha o que eu sei que tem é que eles têm dias que tem recolhimento de lixo separado um dia especial né, o que eu tenho conhecimento que é diferente do lixo normal, e depois eu só sei praticamente sobre isso, eu não tenho mais conhecimento do que a prefeitura está fazendo (Rosa).

Eu sei eles disponibilizam a coleta seletiva, eu sei que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realiza. Ah, atividades junto às escolas de divulgação de ações de educação ambiental junto a escolas e clubes de mães, parece também, e tem o aterro sanitário, tem essa preocupação lá com os catadores (Íris).

Na opinião das informantes a prefeitura deveria priorizar e dar mais importância para a coleta seletiva no município, através de divulgação sobre como fazer a separação, além de informar sobre sua importância para o meio ambiente e para a comunidade. Também citaram que deveriam melhorar as lixeiras nos bairros, com separações entre resíduos orgânicos e secos.

As lixeiras deveriam ter separação, (...). Em Lajeado a lixeira é uma só. Acho que poderia vir com separação até para chamar a atenção das pessoas. Eu acho importante (Rosa).

Com certeza deveria dar mais, porque existe a gente sabe que existe a coleta seletiva, mas ela está pouco discriminada assim, entende. Precisaria ter mais informação a todos os moradores através do rádio, principalmente (Íris).

Eu também acho que deveria dar mais importância até, como eu falei, lá no meu bairro não tem mais essa coleta seletiva né. Então ali também já tá deixando a desejar né. São vários moradores, cada ano cresce mais, mais resíduos, mais lixo. Tem lugares que não deveria ter. Lá no meu bairro a importância que foi dada é zero, tanto que tirou a coleta seletiva porque as pessoas não colaboravam (Diana).

Mesmo percebendo uma falha na divulgação em relação a coleta seletiva, elas salientaram que a responsabilidade não é apenas dos órgãos públicos em cuidar do meio ambiente. Para as informantes os moradores dos bairros também precisam se conscientizar dos impactos causados pelo descarte inadequado dos resíduos, alterar seu comportamento, e colaborar com a coleta seletiva. Elas acreditam que muitos moradores não se preocupam em separar os resíduos e descartar corretamente, porque não se consideram responsáveis pelo lixo que

produzem. Após colocarem na lixeira do bairro o problema passaria a ser exclusivamente da prefeitura que recolhe os resíduos. Percebe-se este posicionamento nas opiniões que seguem:

A maioria das pessoas não estão preocupadas ainda sabe, com o que tá acontecendo [...]. Assim a gente vendo a grande maioria não tá dando a devida importância (Rosa).

Eu acredito que a grande maioria da população não tem essa conscientização de separar (Diana).

Eu concordo com as colegas, eu acho que as pessoas, ah, apesar dos problemas que já estão aparecendo no nosso planeta, as pessoas não tem consciência. Ah, jovens e adultos, talvez as crianças nas escolas sim, mas adultos, velhos falta muita consciência e aí tá o papel acho que aqui da Universidade, das escolas, da prefeitura, também, não se pode dizer que a culpa é só da prefeitura. [...] tanto no comportamento como consumidor as pessoas não estão agindo corretamente, quanto na separação em ter cuidado em limpar algum material que pode ser classificado como reciclável (Íris).

Apesar destes discursos, cabe salientar que nem todas as informantes estavam preocupadas em buscar informações sobre a coleta seletiva no município de Lajeado, apenas Íris comentou que se interessa pelo tema ambiente e, na medida do possível, procura informações em revistas, jornais e internet. As outras participantes, não procuram informações, Diana se acha acomodada em relação ao tema, ela espera informações dos meios de comunicação. Já Rosa comentou que não vai atrás de informações, mas ficou interessada em saber mais do assunto, e por isso, quando foi entrevistada pelo grupo de pesquisa Práticas Ambientais manifestou interesse em fazer parte do grupo de discussão. Deveria ter mais conhecimento sobre o assunto e contribuir para a conservação do meio ambiente. Percebe-se nos comentários que seguem:

Eu como me interesse bastante pelo tema suponhamos que eu veja a capa de um jornal ou revista e um dos itens é questão ambiental eu já vou ali eu busco, na medida do possível, não tenho muito tempo pra pesquisar na internet. [...] Eu procuro ver, eu tenho uma revista, eu assino uma revista e quando um dos temas é sobre isso eu logo leio porque a gente nunca consegue ler tudo, dessa forma eu busco (Íris).

Eu principalmente sou um pouco acomodada e não acabo indo atrás das informações, espero ver pelo rádio, pela televisão, jornal, folheto (Diana).

É que eu não fui atrás de informação, tanto que eu vim aqui, agora pra, até pra ver alguma coisa, pra aprender alguma coisa, ter o conhecimento de alguma coisa a mais né (Rosa).

Para manter informados os moradores do município de Lajeado sobre as ações de educação ambiental realizadas pelo CEA, as informantes consideram o rádio, jornal, televisão e folder os meios mais adequados. Para elas também poderia haver a distribuição de um imã para geladeira com os dias da coleta e informações do que é lixo seco e orgânico para os moradores. Dessa forma, com a divulgação intensiva, a coleta seletiva poderia ser melhorada, segundo elas.

Em relação aos catadores, Rosa salientou que não conhece nenhum catador, Íris também não possui nenhuma relação direta, mas sabe que no seu bairro existe uma pessoa que passa com uma charrete no dia da coleta seletiva, em torno das seis horas da manhã, para recolher os resíduos secos. Apenas Diana possui uma relação direta com um catador que é morador de seu bairro. Como é um senhor conhecido de todos no bairro, ela faz a separação e, no dia combinado, ele passa para pegar.

As informantes salientaram que conversam com os familiares irmãos, filhos e mães sobre a importância da separação de resíduos e sobre a compostagem, procurando incentivar todos para que façam a separação dos resíduos. Elas também comentaram que quando possuem a liberdade de falar sobre o assunto com amigos, vizinhos e conhecidos procuram abordar a necessidade da separação e trocar informações a respeito do tema:

No meu caso, é mais com a família. A minha família aqui, a minha mãe o meu irmão, essas coisas a gente comenta bastante e, conforme os amigos, que as vezes são mais chegados, tu tem mais liberdade de conversar, até de perguntar como faz né e aí fica mais nos mais chegados (Rosa).

Eu na família, converso bastante sobre lixo, sobre composteira, separação (Íris).

A gente também em família conversa bastante a respeito né, até bastante com as crianças para eles pegarem o costume [...] e também quando a gente tem oportunidade de conversar com outras pessoas, vizinhos a gente acaba conversando um pouquinho a respeito da importância de separar (Diana).

6.3 Análise dos dados obtidos nas entrevistas individuais

Neusa, Eva e Andréia participaram das entrevistas individuais. A partir de agora será analisada suas apropriações em relação às categorias de análises: resíduos, coleta seletiva, consumo e educação.

6.3.1 Relação com os resíduos

De acordo com as entrevistadas, elas separam os resíduos orgânicos dos secos, mas somente Neusa faz compostagem, utilizando o adubo para ser colocado em suas flores. Como podemos ver nas citações abaixo:

Na minha casa eu separo, só orgânico na lata do lixo comum, e o seco eu separo numa outra, num outro recipiente: papel, plástico, embalagens, que é para descartar separadamente (Andréia).

Eu separo o lixo, eu tenho dois lixo no salão e dois lixos em casa (Eva).

Eu tenho um lixinho pequeno eu ponho assim, vidro, plástico, garrafa, papel. E eu tenho um lixo maior que eu ponho, boto, as cascas, a erva que apodrece (Neusa).

Andréia começou a separar os resíduos por trabalhar com questões ambientais e acreditar que a separação pode ser uma forma de contribuir para a minimização dos problemas ambientais. Eva separa os resíduos em secos e orgânicos tanto na sua casa como no seu salão de beleza. Conforme a entrevistada, na sua residência é automática a separação, e sua família contribui desde o início da coleta seletiva em Lajeado. Neusa também faz a separação dos resíduos secos e orgânicos. Os resíduos secos ela destina à coleta seletiva, os resíduos orgânicos ela envia para a composteira que fica no pátio, e usa o adubo nas suas flores. Como pode ser percebido nas citações abaixo:

Eu comecei a separar por trabalhar com o meio ambiente e por querer seguir nesse sentido, a gente não pode falar aquilo que não faz e aquilo que não acredita. A gente tem que ser coerente, tem que falar e fazer, não adianta só falar (Andréia).

Isso é automático cada um sabe o lixo seco e o lixo molhado, quando nós começamos a separar foi quando Lajeado começou ter coleta seletiva, a partir dali foi automático pra nós. Eles fizeram campanhas no rádio, na TV, entregavam sacolas diferentes no supermercado, e a partir dali nós criamos o nosso hábito. Isso já faz uns quatro anos (Eva).

Olha, faz bastante tempo, uns dois anos três que eu separo. No molhado eu boto a erva, cascas de laranja, cascas de bergamota, cascas de batatinha tudo que apodrece, Aí eu faço um buraco e boto dentro e tampo o buraco. Quando passa 14 a 15 dias eu boto terra e vou revirando. Eu tenho esterco pra plantar as minhas flores (Neusa).

Conforme as entrevistadas todos os familiares fazem a separação e colocam na lixeira, conforme quem está em casa. Como pode-se perceber nas citações que seguem.

Às vezes sou eu, e às vezes é meu namorado (Andréia)

Normalmente sou eu, mas quando não sou eu, qualquer um que está em casa retira (Eva).

As vezes eu, às vezes meu marido, às vezes a minha filha. Quem vai levar o seco já leva tudo junto. Mas a maioria das vezes é meu marido (Neusa).

Como pode-se observar, para Neusa o descarte do lixo seco não ocorre em dia diferente do lixo molhado.

6.3.2 Representações sobre a coleta seletiva

Em relação aos dias e horários em que o caminhão da coleta seletiva passa nos bairros. Andréia respondeu que não sabe e não percebe a diferença entre o caminhão da coleta seletiva e o da coleta normal. Eva informou que é na terça-feira pela manhã, mas também não reconhece a diferença dos caminhões, porque no horário que o caminhão passa em seu bairro ela não está em casa. Já Neusa respondeu que o caminhão da coleta seletiva passa na quarta-feira, reconhece e diferencia o caminhão da coleta seletiva e qual é o caminhão da coleta normal. Conforme percebe-se nos comentários:

Ainda não descobri a diferença (Andréia).

Se o caminhão é diferente eu nem sei, porque quando ele passa eu não tô aqui (Eva).

Ah sei aquele que leva o seco ele tem só um tipo de uma carrocinha atrás de madeira sabe e o que leva o molhado tem aquele que moe aquele grandão de ferro (Neusa).

Eva e Neusa acertaram o dia da coleta seletiva, dessa forma contribuindo adequadamente com a coleta seletiva, já Andréia desconhece o dia da coleta seletiva, portanto não colabora com a coleta seletiva adequadamente.

Andréia salienta que a coleta de resíduos normal deveria ser mais organizada. Para Eva a coleta está adequada, assim como para Neusa também, já que está adequada, eles passam todos os dias. Em relação à coleta seletiva Eva salienta que o problema está no comportamento dos moradores que não se preocupam em separar os resíduos, porque não se acham responsáveis pelos resíduos depois de serem retirados das residências e colocados nas lixeiras. Neusa apontou problemas na coleta seletiva. Ela acha que um dia para o caminhão coletar os resíduos secos é insuficiente, considerando que o caminhão poderia passar duas vezes por semana. Já Andréia que tem formação na área ambiental e considera que deveria ter coerência entre suas práticas não se manifestou, porque não sabe como acontece a coleta seletiva. Esta situação pode ser observada nas citações que seguem:

O problema é nas pessoas e não na coleta, que as pessoas não reciclam. Se todo mundo fizesse a sua parte, todos os resíduos vão ter um destino certo, se cada um fizesse a sua parte (Eva).

Poderia passar umas duas vezes por semana (Neusa).

Não vou poder te responder (Andréia).

Andréia opina que a forma como a prefeitura realiza a coleta deveria ser melhorada, com mais caminhões, mas admite não saber exatamente quantos fazem a coleta, e o dia de recolhimento do seu bairro.

Apesar das três entrevistadas afirmarem que separam os resíduos, elas salientaram que não sabem como a prefeitura faz a divulgação da coleta seletiva. Eva comentou quando implantaram a coleta seletiva no município foi bem divulgada em rádio, televisão, jornal e no supermercado eram distribuídas sacolas diferentes para serem colocados os resíduos secos e orgânicos, mas atualmente não tem idéia de como está sendo realizada a divulgação. Andréia comentou que às vezes vê alguma notícia no jornal, mas muito raramente. E Neusa desconhece totalmente como a prefeitura faz a divulgação.

Percebe-se que existe certa preocupação com a separação adequada dos resíduos sólidos domésticos, mas não há conhecimento sobre o destino final dos resíduos e nem como são tratados após serem recolhidos das lixeiras. Eva e Neusa apenas sabem que alguns materiais vão para a reciclagem. Esta situação pode ser observada nas falas que seguem:

Não tenho conhecimento (Eva).

Não, nada, nada (Neusa).

Aqui em Lajeado é um aterro, mas não controlado, eu acho que é isso. Não sei se tem uma central de tratamento de resíduos (Andréia).

6.3.3 Práticas de consumo

Em relação aos hábitos de consumo das entrevistadas, percebe-se que elas procuram adquirir produtos de menor preço e com boa qualidade, apenas uma das entrevistadas informou que olha as embalagens dos produtos. Neusa informou que atualmente procura adquirir produtos com responsabilidade, mas até um tempo atrás ela consumia por impulso. Eva também procura comprar produtos com responsabilidade. E Andréia comentou que muitas vezes consome por impulso. Mesmo preocupadas com os problemas ambientais decorrentes do consumo excessivo, as informantes ainda consomem produtos impulsivamente.

As entrevistadas salientaram que preferem consumir produtos de marcas conhecidas pela qualidade, porque possuem um maior rendimento, e estas não se importam em pagar um pouco mais. Também preferem produtos de fabricantes que investem em projetos ambientais. Porém, Eva salientou que em alguns casos compra um produto de marca desconhecida para experimentar e caso goste da qualidade, passa a consumi-lo. Como percebe-se nas falas a seguir:

Adquiro de marca conhecida sim, alguns pela qualidade e talvez até pela consciência ambiental que as indústrias têm tipo ah detergente. Tem aquele produto X que passa na propaganda, ele é biodegradável, e eles têm um projeto bem legal do meio ambiente. E cada produto que você compra da marca eles plantam uma árvore né, e eu acho bem legal (Andréia).

Sempre compro as marcas que já conheço. Compro produtos de marcas desconhecidas para experimentar e, se gostar, vou começar a comprar essa marca (Eva).

A maioria das coisas eu prefiro de marca conhecida, porque é produto melhor, se gasta menos que nem o produto de marca y, o y né, mas tu precisa um pouco mais, tu economiza um pouco mais, porque ele rende mais (Neusa).

As entrevistadas se consideram consumidoras conscientes, mesmo que às vezes comprem por impulso. De acordo com Andréia, quando consome por impulso, acaba se sentindo culpada. Este sentimento também é compartilhado por Neusa. Percebe-se que, para as entrevistas, o consumo se torna consciente mais por questões econômicas do que ambientais, como podem ser observar nas citações abaixo:

As vezes é um sentimento de culpa por estar gastando dinheiro (Andréia).

Eu só compro o que preciso né, nós não compramos o supérfluo. Então nós vamos lá comprar um tênis quando precisa (Eva).

Quando eu tenho que comprar eu fico triste, porque não precisava gastar do meu dinheiro, mas fazer o que se tem que comprar, eu fico meio triste (Neusa).

Em relação aos produtos que não agredem ao meio ambiente, Neusa salientou que não saberia identificar quais produtos agredem o ambiente e nem sabe distinguir se um produto é ecológico ou não. Eva salientou que tem preocupação em consumir produtos que são mais ecológicos e por isso, começou a usar um detergente biodegradável, que conheceu por meio de propagandas e de uma reportagem no Globo Repórter, que informou sobre projetos ambientais desse fabricante. Andréia comentou que procura consumir produtos ecológicos por acreditar que pequenas ações podem fazer a diferença no futuro. Por isso, quando vai as compras, procura ler os rótulos mesmo perdendo tempo com esse comportamento.

Dessa forma percebeu-se que as moradoras por possuírem alguma preocupação ambiental, transformaram seus hábitos de consumo e contribuem para minimizar os impactos ambientais. As entrevistadas perceberam a relação do consumo excessivo com os problemas ambientais e, quando sabem que um produto é ecológico não se preocupam em pagar mais caro.

6.3.4 Educação ambiental

Em relação às ações de educação ambiental que a SEMA promove, apenas Eva conhece as atividades de educação ambiental para a coleta seletiva, bem como quem realiza. Na opinião de Andréia a prefeitura ainda não dá a devida importância que deveria dar para as questões dos resíduos sólidos. Neusa salientou que acha que a prefeitura trabalha seriamente com as questões dos resíduos, porque implantou a coleta seletiva no município.

Quanto ao comportamento dos moradores em relação à coleta seletiva, as entrevistadas salientaram que os moradores desrespeitam os dias e horários para a coleta, bem como acreditam que muitos não fazem a separação correta ou não possuem o hábito da separação, dessa forma acreditam que as pessoas não possuem consciência da importância da coleta para o ambiente, e para os moradores do município. Esta situação pode ser observada nas opiniões que seguem:

Acho que muita gente ainda não faz a separação correta ou nem faz nenhum tipo de separação, então digamos que é um hábito que tem que ser cultivado com o tempo (Andréia).

Eu acho que eles desrespeitam os horários (Eva).

A maioria das pessoas não liga pra isso (Neusa).

Das três entrevistadas, apenas Andréia tem interesse em se manter informada sobre as questões dos resíduos sólidos do município, a entrevistada afirma buscar as informações através do jornal local de Lajeado. No entanto ela desconhece o calendário. Mesmo quem não procura informações, salienta que os meios de comunicação mais adequados para deixar os moradores informados sobre os resíduos sólidos são jornais, rádios e televisão, por transmitirem mensagens para um maior número de pessoas em tempo menor.

Jornal, ah, o rádio acho mais importante porque muitas pessoas escutam de manhã cedo, muitas pessoas têm esse costume (Eva).

Aqui em Lajeado eu acho que é a nível de Rádio Independente, tenho a impressão (Andréia).

TV, porque todo mundo olha, já rádio nem todo mundo escuta (Neusa)

Em relação aos catadores, Andréia e Neusa afirmam que não possuem nenhuma relação com este grupo social dessa forma seus resíduos domiciliares são descartados nas lixeiras para serem levados para o aterro sanitário. Já Eva comentou que em seu bairro tinha uma pessoa que passava para recolher os resíduos, mas atualmente ele não faz mais o recolhimento de resíduos.

De acordo com Eva, raramente se conversa com outras pessoas sobre resíduos e quando surge o assunto fica restrito a quem separa e quem não separa ou porque não faz a separação. Em sua residência Eva comenta que não se conversa sobre o assunto porque todos fazem a separação e colocam os resíduos no dia da coleta, assim ela acha que não há necessidade de haver um diálogo sobre o tema. Andréia procura conversar com sua mãe, incentivá-la a separar, porque ela não se preocupa muito com isso. Neusa também alega conversar muito com seus familiares, incentivando-os a separar os resíduos, alegando que é um bem para a natureza, e para todos os indivíduos. Ela também como procura ensinar a seus netos pequenos a não jogarem lixo em qualquer lugar e a terem o hábito da separação.

6.4 Análise comparativa do grupo focal e das entrevistas individuais

Diante dos levantamentos apresentados na pesquisa de campo realizada com o grupo de discussão e em entrevistas individuais identificaram-se convergências e diferenças nas opiniões das entrevistadas. Pode-se observar que a técnica utilizada na coleta de dados (entrevista grupal ou individual) não afetou a tendência das respostas, o que nos permite uma análise conjunta das falas das seis informantes em relação às categorias, buscando-se tendências gerais nas respostas.

Em relação às categorias de análise, quando as questões referiam-se à categoria resíduos, percebe-se que todas as informantes fazem a separação dos resíduos em secos e orgânicos, sendo que uma entrevistada individual e duas integrantes do grupo de discussão possuem composteira. Também os familiares separam os resíduos. Os hábitos de separação dos resíduos divergem entre algumas das informantes, já que detectamos que apenas Diana e Iris fazem a

separação desde crianças, incentivadas pelos seus pais. Eva começou a separar os resíduos a partir da implantação da coleta seletiva em Lajeado, Neusa e Rosa começaram há separar há pouco tempo, em torno de dois ou três anos, e Andréia começou a separar os resíduos quando ingressou da Universidade.

No que tange às percepções sobre a coleta seletiva, verifica que, das seis entrevistadas, apenas Iris e Neusa sabem diferenciar o caminhão da coleta seletiva. Em relação à representação de como é a coleta seletiva de resíduos Andréia não soube opinar por desconhecimento, Eva salientou que está adequada e as demais consideram que existem problemas como, falta de campanhas informativas e poucas ações educativas, falta de divulgação pelos meios de comunicação e pouca frequência de recolhimento. Constatou-se que as opiniões convergem quanto à falta de informação sobre destino e tratamento dos resíduos já que cinco informantes comentaram que desconhecem como é o trabalho no aterro sanitário. Apenas uma sabia o destino final dos resíduos.

Sobre as práticas de consumo as opiniões convergem no grupo de discussão. As informantes do grupo focal estão mais preocupadas com produtos que possuem menos embalagens que sejam de qualidade e que haja um bom atendimento, além de menor preço, enquanto as entrevistadas individualmente estão preocupadas em consumir produtos de menor preço. Em relação às compras por impulso somente Andréia e Eva comentaram que quando vão ao supermercado muitas vezes se deixam levar pelo impulso. As outras moradoras afirmam consumir com responsabilidade. Apesar de todas as informantes se considerarem consumidoras conscientes, percebeu-se que no grupo de discussão existe uma preocupação maior com as questões ambientais na hora de consumir, enquanto entre as entrevistadas individuais o consumo é mais consciente por questões econômicas.

Verificou-se que todas as informantes possuem a preocupação com a preservação do meio ambiente, bem como se preocupam em consumir produtos mais ecológicos, somente Neusa salientou que não sabe distinguir se um produto é ecológico, dessa forma não utiliza estes produtos conscientemente. Todas as outras informantes afirmam consumir produtos que são ecológicos e todas as

informantes concordam que existe relação do consumo com os problemas ambientais.

Em relação à educação ambiental as entrevistadas individualmente desconhecem as ações de educação ambiental, bem como quem realiza, já entre as entrevistadas do grupo de discussão, apenas uma das participantes tem conhecimento que a SEMA realiza ações de educação ambiental nas escolas, clubes de mães e visitas ao aterro sanitário, e isto se deve ao fato de participar de projetos de educação ambiental no município.

No que se refere à busca de informações, tanto no grupo de discussão como nas entrevistas individuais, apenas uma das participantes procura informações sobre as questões ambientais. Todas as informantes salientam que o principal problema da coleta seletiva é o comportamento das pessoas, porque não possuem o costume de separar ou não tem interesse, pois não relacionam os problemas ambientais com seus hábitos cotidianos.

As opiniões das informantes do grupo de discussão e das entrevistadas individuais convergem no que diz respeito aos meios de comunicação mais adequados para deixar os moradores informados sobre os resíduos sólidos: são jornais, rádios e televisão. Em relação aos catadores, somente uma participante do grupo de discussão possui contato direto com um catador.

Em relação a troca de informações sobre resíduos sólidos com outras pessoas sobre resíduos todas as informantes relataram que isto acontece, e somente uma das entrevistas salientou que esse tipo de assunto é raro, porque não é de interesse das pessoas.

As práticas de consumo entre as entrevistadas remete ao pensamento de Portilho (2005) quando afirma que as ações individuais das escolhas do consumo, quando motivadas por preocupação ética pelo meio ambiente são capazes de transformar o mundo. Dessa forma as informantes acreditam que suas ações, por menores que sejam, podem contribuir para a redução dos impactos ambientais causados pelo consumo e descarte acentuado. De acordo com Portilho (2005, p.34),

“se considerarmos as mudanças nas formas e estilos de pensar e fazer política pode-se valorizar novas formas de participação através de ações tanto de consumidores individuais quanto organizados”.

Para Martín-Barbero (1995) o consumo é o lugar da diferenciação social e o lugar da distinção simbólica, por meio do que se consome e como se consome. Assim sendo os produtos oferecem aos consumidores a utilidade, como também demonstram a classe social, personalidade e o grupo a qual pertencem. O que vai ao encontro do pensamento de Rocha (2008) quando afirma que o consumo estabelece uma relação estetizada e estilizada em que o consumo se caracteriza por atributos simbólicos dos produtos em desfazer as suas qualidades funcionais ou pela construção de universos imaginários em torno dos produtos.

O consumo passa a ser um prazer, e não existe felicidade fora dos padrões da sociedade de consumo, a qual se fundamenta no mito de que a felicidade se obtém através diferenciação social. Se consumir é existir, não consumir é não existir e não fazer parte da sociedade. Assim podemos observar que a opinião da maioria das informantes, elas não são motivadas pelo consumismo, procuram adquirir produtos com características funcionais, não se deixam levar por apelos da mídia, marketing e publicidade. Portanto as consumidoras possuem liberdade para as escolhas, quando vêem os produtos como benefícios que satisfaçam suas reais necessidades.

Em relação aos hábitos de separação dos resíduos algumas das informantes relataram que começaram a fazer a separação há pouco tempo. Esta mudança de hábito ocorreu por meio das informações da campanha da coleta seletiva, por incentivo e através da Universidade. Assim podemos observar que as atitudes das informantes foram sendo modificadas e influenciadas através de novos conhecimentos. Portanto, como bem menciona Bock, Furtado e Teixeira (2002) nós desenvolvemos atitudes em relação aos objetos do meio social e estas atitudes podem ser modificadas a partir de novos conhecimentos adquiridos pelos sujeitos. Nesse sentido os autores explicam que o comportamento não pode ser isolado e sim uma interação entre aquilo que o sujeito faz e o ambiente onde o seu fazer acontece.

Portanto, observa-se que as informantes desenvolveram novos comportamentos, devido suas atitudes serem influenciadas por conhecimentos e sentimentos de preservação ambiental, bem como as informantes tentam viver de acordo com os ideais ecológicos assim tornando-se sujeitos ecológicos.

A referida situação é identificada na fala de Carvalho (2007) no qual o sujeito é incorporado pelos indivíduos que adotam uma orientação ecológica em suas vidas. Mas, mesmo assim observa-se que há uma permanente negociação em torno das decisões do dia a dia. Pode se perceber esse pensamento quando algumas das informantes relataram que são consumidoras conscientes, mas, às vezes, acabam adquirindo produtos por impulso.

Cabe também agregar o pensamento de Touraine (1992) que diferencia a pessoa com três termos, o indivíduo que é apenas a unidade particular onde se mistura a vida e o pensamento. O sujeito que é a vontade de o indivíduo ser produtor e não apenas consumidor da sua experiência individual e do seu meio social, e o agente não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social em que está inserido. Dessa forma, pudemos perceber que algumas das informantes eram indivíduos quando não faziam a separação e se tornaram sujeitos no momento que passaram a fazer a separação dos resíduos, mas ainda não chegaram a ser agentes pelo fato de que não colocam o lixo nos dias e horários em que o caminhão da coleta seletiva passa em seus bairros.

Para Guimarães (2008) o sentido de educar vai além de sensibilizar e informar as pessoas para os problemas. Não é suficiente saber o que é certo ou errado e que o comportamento adequado de cada indivíduo deve ter em relação ao meio ambiente. Só a compreensão da importância da natureza não tem levado a sua preservação, é preciso envolver o sentimento de ter prazer em cuidar, promovendo o sentido de integração de pertencer a natureza. Nota-se que há necessidade de educar a sociedade para a preservação do meio ambiente, mas é preciso mudar primeiramente a maneira de pensar e reconhecer as situações ambientais, de forma que os indivíduos possam se sensibilizar de que a natureza é parte do homem e não sua propriedade.

A mudança de atitude e comportamento dos atores sociais é fundamental para as ações de educação ambiental que visa estimular a mudança de valores individuais e coletivos. Para Sorrentino, *et al* (p. 287, 2005) “a educação ambiental pode contribuir para formar a coletividade”. Mas para isso precisa pensar não somente em ações isoladas, mas no coletivo. Este pensamento é parte da lógica da complexidade exposta por Morin (2003, p. 37): “o todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se estas estiverem isoladas umas das outras, e certas qualidades ou propriedades das partes podem ser inibidas pelas restrições provenientes do todo.”

Portanto, somente a reciclagem não resolverá os problemas dos resíduos, mas é preciso uma mudança nos hábitos das moradoras/consumidoras de Lajeado para que desenvolvam um comportamento de maior participação para a coleta seletiva, bem como reduzam a quantidade de resíduos produzidos, consumindo menos embalagens e reutilizando mais. De acordo com Carvalho (2006) as práticas de educação ambiental vêm se construindo como um bem para a contemporaneidade e como ideal para os processos de formação identitária. A educação precisa ser pensada como portadora de um ideal ético que entende o ambiente como um bem coletivo, trabalhado pelos diferentes atores que participam do campo ambiental. Deste modo a educação ambiental pode ser uma importante estratégia de mobilização das moradoras/consumidoras para a mudança de hábitos voltados à coleta seletiva, desembocando na construção da cidadania de cada um.

Segundo Jacobi (2003) é preciso que se criem condições para facilitar o processo da construção de uma sociedade sustentável, que garanta novos estilos de vida e que promova uma consciência ética, questionadora do atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais. A educação ambiental é um aprendizado social que está baseado no diálogo e interação em constante processo de recriação e interpretação de informações, podemos assumir uma parte ativa do entendimento de soluções dos problemas. De acordo com Leff:

A educação ambiental fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novos critérios de tomada de decisões dos governos, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e diversidade cultural [...]. Isto implica educar

para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem (Leff, 2007, p 256).

Portanto, quando algumas das informantes procuram trocar informações com seus amigos e familiares sobre a importância da separação dos resíduos sólidos domésticos, bem como procuram se informar por meio dos meios de comunicação como revistas, rádio e televisão sobre os problemas ambientais, é porque, dessa forma, acreditam que podem contribuir com a minimização dos impactos ambientais atuais.

Entretanto elas salientaram que a falta de campanhas informativas e educativas é um dos principais fatores para que a população de Lajeado não participe da coleta seletiva. De acordo com as informantes, a população acaba não participando mais ativamente devido a falta de conhecimento em como fazer a separação, qual o dia e horário para colocar os resíduos na lixeira, bem como desconhecem como é realizado o trabalho na central de triagem. A solução para estes problemas pode se dar através de campanhas mais regulares nos veículos de comunicação, com linguagem simples e acessível a todas as moradoras/consumidoras o que vai de encontro do pensamento de Carvalho (2008), que sustenta que as transformações das motivações se passa no plano do esclarecimento e acesso a informações. O poder público precisa investir em campanhas na mídia para promover a conscientização, mudanças de comportamento, hábitos e costumes das moradoras/consumidoras de Lajeado.

Se o CEA relacionar mais as diferentes formas de conhecimento, ampliar o acesso à informação ambiental, incluir com mais ênfase nas ações de educação ambiental a mensagem da necessidade de se racionalizar o uso de recursos naturais e o controle de atividades poluidoras, interrelacionando as problemáticas ambientais (resíduos domésticos, recursos hídricos, poluição do solo, mudanças climáticas, desmatamento, alimentação ecológica, etc...), ampliar grupos sociais com propostas mais participativas estará se aproximando mais dos princípios dos documentos analisados, assim como estará proporcionando aos moradores/consumidores maiores possibilidades para se engajarem na política

pública da coleta seletiva, ampliando a oportunidade de construção da cidadania de todos, sociedade civil e gestores públicos.

6.5 Comparação dos discursos do poder público e dos moradores de Lajeado

As ações que a SEMA realiza por meio do CEA convergem com a maioria dos princípios previstos no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, e nas políticas públicas federal e estadual. Alguns dos princípios que não são desenvolvidos pelo CEA, são desenvolvidos pela SEMA como é o caso do acompanhamento do estado da qualidade ambiental, recuperação e proteção de áreas degradadas ou ameaçadas.

Verificou-se que o CEA procura estimular a educação ambiental para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, associações de moradores, clubes de mães e empresas. A SEMA procura contemplar ações de preservação dos recursos hídricos, solo, fauna e flora, coleta seletiva, trilhas no jardim botânico, oficinas de sucatas e vivências com a natureza. Porém, a maioria das informantes desconhecem da existência destas ações. Apesar da secretária do Meio Ambiente salientar que a comunidade participa da elaboração do planejamento, as informantes não sabiam como as atividades são elaboradas.

Tanto as informantes como a secretária do Meio Ambiente relataram que o problema da coleta seletiva está no comportamento e nos hábitos dos moradores de Lajeado, já que percebeu que a maioria dos moradores não separa os resíduos e, dessa forma o material que chega até o aterro não pode ser aproveitado como se esperava. Porém o poder público salienta que a coleta seletiva melhorou muito e que a população está mais preocupada com a separação dos resíduos.

Em relação aos resíduos sólidos domésticos a SEMA realiza campanhas para ressaltar a importância da separação e a divulgação do calendário da coleta seletiva, entretanto as informantes percebem que falta campanha para a sensibilização dos moradores, que as campanhas deveriam ser freqüentes, pois elas raramente percebem informações em jornais ou rádios referente à coleta seletiva. As ações de

educação ambiental que são realizadas no CEA, não está sendo divulgadas de modo que os moradores tenham conhecimento delas. Portanto, a mensagem do pólo produtor/ofertador de informação, o poder público, não está sendo reconhecido pelas moradoras, pólo de recepção da mensagem.

A secretária do Meio Ambiente considera que a SEMA não precisa divulgar suas atividades na mídia, porque as escolas possuem conhecimento da realização das ações e a demanda de procura para agendamento é grande, assim a divulgação é realizada nos encontros e através dos professores nas escolas, sendo suficiente que ocorra desta forma.

A secretária da SEMA baseia seu argumento no fato que nesses últimos dez anos ocorreram avanços significativos relacionados à coleta seletiva, denúncias são feitas pela comunidade e ampliaram-se as ações de educação ambiental, a participação das escolas e da comunidade em geral nas atividades de educação ambiental. As falas das informantes e da SEMA apontaram que está havendo maior sensibilização em relação ao SEMA, mas o comportamento dos moradores está aquém do esperado. No entanto a SEMA considera que as ações de educação ambiental para a coleta seletiva são suficientes, os discursos das informantes assim como suas práticas contraditórias em relação aos resíduos deixam clara, que a comunicação é truncada, permeada por ruídos, entre poder público e comunidade em relação a este tema ambiental, podendo melhorar muito com mensagens diretas abordadas por meio de visitas nas casas das pessoas. As moradoras demonstraram que tendem separar os resíduos e tem informação sobre como fazê-lo, no entanto não tem respeitado o dia de descarte dos resíduos secos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento das cidades e o modo de vida capitalista denunciam a necessidade dos sujeitos mudarem seus modos de vida para encontrar meios de reverter os impactos causados no meio ambiente. Os problemas dos resíduos sólidos domésticos envolvem várias dimensões: ecológicas, social, econômica e política, dessa forma torna-se imprescindível que haja esforços coletivos e individuais para a minimização da degradação ambiental provocada pelos hábitos de consumo da sociedade contemporânea

A geração de resíduos sólidos domésticos é uma preocupação global e tornou-se um grande desafio para a sociedade contemporânea, devido aos hábitos de vida que se baseiam no consumismo e descarte exagerado dos inúmeros produtos existentes atualmente no mercado. Assim é fundamental a compreensão dos indivíduos que o descarte final é de responsabilidade tanto do poder público como dos moradores. Muitos sujeitos não percebem a relação dos problemas ambientais com o descarte inadequado dos resíduos, dessa forma preocupam-se apenas em retirar os resíduos de dentro de casa, a partir desse momento, transferem a responsabilidade para o poder público.

O poder público municipal colabora com a problemática ambiental com a implantação da coleta seletiva, nos bairros, definindo dias, horários e a periodicidade em que serão coletados os resíduos secos e úmidos, além de realizar a construção da central de triagem para a separação mais criteriosa dos resíduos, seu acondicionamento e posteriormente, o envio para a reciclagem. O poder público

também mantém ações de educação ambiental, mas precisa investir em campanhas contínuas de sensibilização junto aos moradores, esclarecendo da importância da separação dos resíduos, a maneira correta de separação dos resíduos secos, orgânicos e rejeitos, e, principalmente a importância de se respeitar o calendário da coleta seletiva. É desta forma que a educação ambiental realizadas pelo poder público vai construir valores, conhecimentos, atitudes e comportamento para a proteção e conservação do meio ambiente.

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar as estratégias de comunicação para educação ambiental utilizadas pela Prefeitura Municipal na sensibilização das moradoras/consumidoras de Lajeado para a participação na coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos e as apropriações das moradoras/consumidoras sobre o tema. Para isto situamos a política pública de educação ambiental municipal em relação aos princípios de documentos federal, estadual e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Para tanto, as falas de um grupo de moradoras/consumidoras, da secretária do Meio Ambiente e documentos municipais, estadual e federais, além do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, serviram de subsídios para esta pesquisa. Considera-se que os objetivos foram cumpridos.

Com base nos dados obtidos, chegou-se as seguintes conclusões: De modo geral as análises apontam que a política no que tange a educação ambiental cumpre 20 princípios totalmente, 9 parcialmente e não cumpre 4. Os aspectos comunicacionais, históricos e a participação na tomada de decisões tendem a não serem levadas em conta em seu conjunto. As análises tendem a relacionar a interdependência entre diversas dimensões das problemáticas ambientais pensando a responsabilidade compartilhada, buscam incluir diversos grupos sociais por meio de atividades que podem ter critérios dependendo da demanda dos grupos. Também, as ações estimulam o compromisso com a mudança a partir de um enfoque crítico. No entanto poderia se fortalecer a relação sócio-histórica nas atividades, valorizando o saber dos participantes, levando-os a manifestarem-se mais. Do mesmo modo, a educação ambiental realizada pelo município poderia

explorar mais o uso de tecnologias de comunicação, a fim de inserir um maior número de cidadãos, por exemplo, na coleta seletiva.

A maioria das ações realizadas pelo CEA procura trabalhar as questões ambientais alinhando-se aos princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global, PNEA, Política Estadual de Educação Ambiental, ProNEA e Educomunicação. No entanto, enquanto algumas ações cumprem totalmente o que está nos princípios, outras cumprem parcialmente porque abordam indiretamente o que está previsto nos princípios. Algumas das ações não cumprem os princípios por não fazerem parte das ações planejadas para o ano de 2009 ou por serem realizadas pelo SEMA, mas não constarem entre as atividades vinculadas ao CEA.

Percebe-se que as informantes estão preocupadas em acondicionar adequadamente os resíduos sólidos domésticos; todas as participantes e seus familiares procuram fazer a separação em resíduos orgânicos e secos; algumas das informantes com suas formas para separar e descartar os resíduos, cumprem seu dever como cidadãs, porém não se preocupam com o que acontece depois do descarte dos resíduos, acreditando que apenas separando e consumindo poucas embalagens estarão realizando a sua parte; outras informantes procuram destinar seus resíduos de maneira correta, além de agirem de forma que seu comportamento não prejudique o ambiente. Mas apesar dessa preocupação ainda faltam informações sobre os dias e horários que o caminhão da coleta seletiva passa em seus bairros. Apenas uma pequena parcela das informantes sabem distinguir o caminhão da coleta normal da coleta seletiva, além de que a maioria delas não sabe qual o dia e nem o horário que o caminhão passa em seu bairro.

Portanto as estratégias de informação junto às moradoras/consumidoras de Lajeado não estão sendo eficientes, pelo fato de que as informantes separam os resíduos, mas na hora do descarte final a maioria delas desconhece o dia e horário em que o caminhão passa em seu bairro. Assim elas acabam descartando os resíduos em dias errados, não ocorrendo um bom reaproveitamento deles para a reciclagem. Em relação às ações de educação ambiental realizadas pelo CEA e como são planejadas, a maioria das informantes não possui conhecimento das

atividades realizadas, dessa forma as estratégias de divulgação que a prefeitura utiliza para informar as moradoras/consumidoras de Lajeado não estão sendo eficientes.

Nota-se que existe uma incomunicabilidade entre o poder público e às moradoras/consumidoras devido ao fato de que não ocorre uma oferta de programas de Educação Ambiental para a comunidade como um todo, nem para empresas do município, as políticas públicas de educação ambiental são priorizadas para os alunos das escolas através de palestras e oficinas. Para a comunidade as ações de educação ambiental não têm prioridade pelo município, bem como a preocupação quanto a forma e ao tratamento final dos resíduos sólidos gerados, assim ocorre um abandono da separação dos resíduos, sendo primordial uma ampla divulgação do sistema de coleta seletiva. O sucesso da coleta seletiva depende da criação de canais de participação das moradoras/consumidoras no planejamento de políticas públicas de educação ambiental para uma maior participação no processo e constantes estratégias.

Também será necessário um canal de comunicação entre o poder público e as moradoras/consumidoras para que haja participação na coleta seletiva pois esses deverão se comprometer com a separação e descarte no dia da coleta seletiva e o poder público a responsabilidade pela organização e coleta. Assim as estratégias só serão eficientes se os indivíduos perceberem a importância do programa da coleta seletiva implantado no município.

As ações de educação ambiental podem vir a contribuir para a produção de sentimento de cidadania mais intenso, além de fortalecer a responsabilidade em relação a separação de resíduos sólidos pelo fato de que os moradores perceberem que as ações de consumo e descarte estão diretamente relacionadas com os problemas ambientais. Porém, somente ações individuais não seriam suficientes para sensibilizar os moradores a participarem da coleta seletiva, mudanças mais significativas devem ser realizadas através de políticas de comunicação ambiental elaboradas coletivamente, já que os problemas da coleta seletiva não são somente uma responsabilidade do poder público e nem somente dos moradoras/consumidoras. Sendo um dever coletivo.

Para a realização desta pesquisa, optou-se por um estudo exploratório e descritivo de viés qualitativo, com o objetivo criar um conhecimento mais detalhado sobre o tema, investigando as idéias e relações que os moradores fazem dos discursos sobre a coleta de resíduos sólidos domésticos. Em relação a hipótese, as estratégias de comunicação utilizadas pela Prefeitura Municipal de Lajeado não são adequadas aos diferentes públicos-alvo, devido à linguagem utilizada ser indiferenciada e não atingir os moradores individualmente, percebe-se que as ações atingem individualmente os públicos-alvos e a linguagem é adequada a cada público. Sobre a segunda hipótese, percebe-se que as informantes relacionam alguns problemas ambientais com a geração e descarte dos resíduos, conforme a realidade de cada uma, mas para elas poderiam existir mais informações nos meio de comunicação a respeito sobre os problemas ocasionados pelo descarte inadequado de resíduos. A terceira hipótese foi confirmada com as respostas das informantes. A quarta hipótese não se confirmou pelo fato de que o programa de educação ambiental desenvolvido pela SEMA, atualmente, baseia-se no enfoque participativo, dialógico, levando em consideração os diferentes públicos e formas de recepção das mensagens, conforme previstos nos documentos analisados, não se confirmando o que foi percebido inicialmente no estudo exploratório.

Conseqüentemente, os resultados aqui apresentados de maneira alguma, podem ser generalizados para as moradoras/consumidoras de Lajeado. Poderão, sim, contribuir para compreender as questões dos resíduos sólidos domésticos do município de Lajeado, especialmente quando os dados apontam à baixa participação no processo de coleta seletiva implantada no município, e desta forma poderá servir de base para futuras pesquisas e formulação de políticas públicas de coleta seletiva mais adequadas aos modos de vida e percepção dos moradores. É necessário ampliar os estudos para uma melhor compreensão das informações e estratégias, a fim de se realizar uma efetiva mobilização da sociedade para a redução dos impactos ambientais causados por cada um de nós, por meio das parcelas individuais e diárias de lixo que produzimos.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel, R. **Teorias de La comunicación**: âmbitos, métodos y perspectivas. Valência: Universitat de Valência; Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I; Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, Servei de Publicacions. DL, 2001.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Recepção: nova perspectiva nos estudos de comunicação**. Revista comunicação & educação. São Paulo: Moderna, maio/ago. 1998. p. 7 a 16.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. 1999 Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 12 jun. 2008.

BARBIERI, José Carlos. EA os problemas ambientais In: **Educação Ambiental Legal**. Brasília. 2002 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>>. Acesso em 06 out. 2009. p. 07 a 11.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria**. Ed. Jorge Zahar. 2008.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. ed. Saraiva, 2007.

_____. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em 26 abr. 2010.

_____. Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em 10 dez. 2008a.

_____. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 10 dez.2008b.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Invenção e auto-invenção na construção psicossocial da identidade: a experiência constitutiva do educador ambiental In GUIMARÃES, Mauro (org). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação.** São Paulo: Papirus, 2006. p.31-50.

_____, I. C. M. Subjetividade e sujeito ecológico: a dimensão psicossocial da ecologia. In: Ferraro Jr., L. A.. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores** vol.2.. 1 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007, v. 2, p. 256-272.

_____, Isabel Cristina de Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais In SATO, Michele; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura, (org). **Educação Ambiental: Pesquisas e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005. p.51-63.

_____, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Isabel Cristina de Moura. Línea de Dignidad: un Marco para una Sociedad Sustentable. In: EDO, M P. e LARRAIN, S. (orgs) **Línea de Dignidade: desafíos sociales para la sustentabilidad.** Santiago, Cono Sur Sustentable, 2003. p. 77-88

CHEMIN, Beatris Francisca (org.). **Guia prático da UNIVATES para trabalhos acadêmicos.** Lajeado: UNIVATES, 2005.

COSTA, Maria Eugênia Belzack Costa. Grupo focal. In JORGE DUARTE, Antonio Barros, (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2ª. Ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008. p 180-277

DAFT, Richard L. **Administração.** São Paulo: Thomson, 2006.

JORGE DUARTE, Antonio Barros. Entrevista em profundidade. In JORGE DUARTE, Antonio Barros, (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª. Ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008. p.62-83.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. 4ª ed Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção In: SOUSA, Mauro Wilton (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 189-222.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: superando armadilhas, enfrentando a crise**. Disponível em <<http://www.pulsar.org.br>>. Acesso em 31 ago. 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 12 nov. 2009a.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de saneamento Básico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2009.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Educação não-formal**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=122350&te3=37499>>. Acesso em 13 mar. 2009b.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de pesquisa. São Paulo: n. 188, p. 189-205, março/2003.

_____. Pedro. **Educação e meio ambiente – transformando as práticas**. Revista brasileira de educação ambiental. REVBEA. Brasília: nº Zero, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LITTLE, Paul E (org). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social In: SOUSA, Mauro Wilton (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 39-68.

_____, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1993.

MAZZARINO, Jane Márcia; Polis, Estevão; Farias, Alessandra Marlice de Brito Farias. Comunicação para Educação Ambiental e Metodologia Participativa: percursos exploratórios. In: I Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade: Vertigens do Tempo e I Seminário Nacional de educação Básica. 2008 Lajeado. **Anais...** Lajeado: Univates, 2008. CD-ROM.

MENEZES, Edna Lúcia; SILVA, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Disponível em <<http://www.projetos.inf.ufsc.br>>. Acesso em 15 jun. 2008.

MINISTÉRIO da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental. ProNEA**. 3ª ed. Brasília, 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2009.

MINISTÉRIO da Educação. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2009.

MINISTÉRIO do meio ambiente. **Ministério**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=88>>. Acesso em 10 dez. 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 8. ed. São Paulo. Cortez, 2003.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. O consumo sustentável do espaço: dilemas e perspectivas In: CORTEZ, Ana Tereza Cáceres, ORTIGOZA, Sílvia Aparecida

Guarnieri (org). **Consumo sustentável: conflitos entre necessidades e desperdício**. São Paulo: UNESP, 2007. p. 51-80.

SCHLESINGER, Sergio; PÁDUA, José Augusto. **Brasil sustentável e democrático: uma proposta de investigação e mobilização social**. Disponível em <<http://www.brasilsustentavel.fase.org.br>>. Acesso em 21 de abr 2009.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 10. ed. Revista e ampliada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PREFEITURA Municipal de Lajeado. **Código do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.lajeado-rs.com.br/internas.php?conteudo=legislacao.php#8>> Acesso em 10 dez. 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 11.730, de 09 de janeiro de 2002. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: < http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/leiamb_11730.htm >. Acesso em 26 mar.2009.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **Publicidade e cultura de consumo: Problemas para um estudo de recepção**. Disponível em< <http://alaic.incubadora.fapesp.br> >. Acesso em 31 ago. 2008a.

ROCHA, Everardo. **Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa**. Disponível em <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/comunicacaomidiaeconsumo/article/view/5088/4701>>. Acesso em 31 ago. 2008b.

SEMA. **Dados da coleta seletiva de Lajeado** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <edambiental@lajeado-rs.com.br> em 26 jan. 2009.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Ismar. **Conceito de educomunicação**. Disponível em <<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/entrevistas/ismar-soares-define-o-conceito-de-educomunicacao>>. Acesso em 21 abr. 2009.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; JUNIOR, Luiz Antonio Ferraro. **Educação Ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 11 nov. 2008.

SOUZA, Elaine Castelo Branco; MAMEDE, Fani; FERREIRA, Fernanda do Socorro Santos; SILVA, Fernando Antonio Lyrio; SANTANA, Rodrigo Borges; ROLDAN, Rosa; LEITÃO, Sanderson Alberto Medeiros. Desafios da gestão ambiental nos municípios In: LITLLE, Paul E (org). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, 2003. p. 65-88.

SOUZA, Mauro Wilton de (org.). Sujeito o lado o culto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Lisboa: Vozes, 1992.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VILALBA, Rodrigo. **Teoria da comunicação: conceitos básicos**. São Paulo: Ática, 2006.

WHITE, Robert A. **Tendências dos Estudos de Recepção**. Revista Comunicação & educação. São Paulo: Moderna, set/dez. 1998. p. 41 a 66.

WINTHER, João Roberto Cilento. Evolução Histórica da Legislação Ambiental Brasileira In: **Educação Ambiental Legal**. 2002 Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>>. Acesso em 06 out. 2009. p. 13 a 33.

ANEXO A

Entrevista realizada pelo grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento “Práticas ambientais e redes Sociais: investigações dos resíduos sólidos domésticos do Vale do Taquari.

CONSUMIDOR

Entrevistas 5 pessoas por bairro e 10 pessoas no centro (lembrar de olhar o lixo, se a pessoa quiser)

Nome:

Sexo:

Idade:

Bairro:

Grau de instrução (escolaridade):

1. Quando falamos em meio ambiente e questões ambientais o que lhe vem a mente?
2. O que é coleta seletiva?
3. Você separa o lixo?
4. O que vai no lixo seco em sua casa?
5. O que vai para o lixo Orgânico?
6. Na sua família se fala sobre separação do lixo?
7. Na sua história familiar, como o lixo era descartado?
8. Você sabe o que é feito com o seu lixo depois que foi recolhido na lixeira?
9. Você acha que as pessoas deveriam se preocupar com o lixo que elas produzem? Por que?
10. Você acha que tem alguma responsabilidade sobre o lixo que gera?
11. Você acha que o município deveria incentivar as pessoas a separar o lixo? Como?
12. A prefeitura tem algum programa de separação de lixo? Quais? Como são realizados?
13. Há coleta seletiva no seu bairro? Participa da coleta seletiva? Porque? Qual o dia da coleta seletiva?
14. Você concorda com a forma como a prefeitura realizada a coleta?
15. Quem são as pessoas envolvidas na questão dos resíduos sólidos?
16. Você busca informações sobre as questões ambientais? Onde e como?

17. Você acha que existe algum problema ambiental em nossa região ou não?
 18. Você acha que os problemas ambientais têm relação com sua vida ou lhe atinge de alguma forma?
 19. Há alguma relação do que você consome e/ou descarta com a natureza/meio ambiente?
 20. Você acha que existe alguma relação entre o comportamento das pessoas e as questões ambientais?
 21. Que tipo de embalagem do produto influencia na compra?
 22. Quando você compra um produto, leva em conta a preocupação da empresa /fabricante com o Meio Ambiente?
 23. O que faz com que o produto seja descartado e/ou trocado por outro?
 24. Há alguma relação mais próxima com algum catador(a)?
 25. Qual o papel que você acha que tem os catadores na sociedade?
 26. Você participa de algum grupo social? Se sim, eles falam sobre questões ambientais ou possuem ações em relação aos resíduos?
 27. Você acha que há alguma relação do lixo com a saúde?
 28. Você faria a experiência com composteira na sua casa?
 29. Você acha que há muito desperdício do que se consome hoje em dia?
 30. Você tem alguma idéia de ação de educação ambiental em relação à questão dos resíduos sólidos?
 31. Há alguma ação de Educação Ambiental que você possui conhecimento? Participou? Quem promove?
 32. Quais são as fontes de informação sobre as questões ambientais e resíduos sólidos?
 33. Você acha que os meios de comunicação abordam as questões ambientais? E questões sobre o lixo?
 34. O que lhe chamou a atenção? Alterou o comportamento...?
 35. Em qual veículo de comunicação?
 36. Você teria disponibilidade de participar de uma entrevista em grupo para aprofundar a questão? Qual o melhor dia? Horário? TELEFONE:
- Se não se importar, eu poderia olhar o seu lixo

ANEXO B

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Você está sendo convidada para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, se concordar assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Interações comunicacionais na educação ambiental: um estudo da apropriação da política pública da coleta seletiva pelos moradores/consumidores em Lajeado - RS

Pesquisador Responsável: _____

Telefone para contato: _____

Pesquisadores participantes: _____

Telefones para contato: _____

Descrição da pesquisa:

Esta pesquisa tem como objeto investigar as estratégias de comunicação para educação ambiental utilizadas pela prefeitura municipal na sensibilização dos moradores de Lajeado para a participação na coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos e as apropriações dos moradores sobre o tema.

A amostra da pesquisa será composta por moradores/consumidores dos bairros do Município de Lajeado. Serão realizadas entrevistas em profundidade individualmente e grupo de discussão.

No grupo, haverá cinco participantes, além de um moderador e uma pessoa para registrar os dados. Serão gravados os dados obtidos no grupo de discussão a fim de serem transcritos para tornar melhor a descrição e análise. Os dados obtidos das entrevistas e do grupo de discussão serão utilizados em dissertação e, posteriormente, será realizado um artigo para publicação. As falas dos selecionados estarão na dissertação, mas seus nomes serão preservados com o uso de pseudônimo.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado concordo em participar da pesquisa e da divulgação das informações, sem nenhuma remuneração. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, e procedimentos nela envolvidos.

Local e data _____

Nome e Assinatura: _____

ANEXO C

Entrevista com moradores/consumidores

Nome:

Sexo:

Idade:

Bairro:

Grau de instrução (escolaridade):

1) Questões sobre a coleta seletiva em Lajeado

1. Vocês poderiam falar como acontece a separação dos resíduos secos e orgânicos em suas casas.
2. Vocês poderiam falar como vocês e seus familiares começaram a separar o lixo em suas casas.
3. Quem retira os resíduos de dentro de casa e leva até a lixeira?
4. Todos os moradores da casa separam o lixo?
5. Quando ocorre a coleta seletiva em seu bairro?
6. Vocês diferenciam coleta seletiva da normal?
7. Qual sua impressão sobre a coleta de lixo em Lajeado?
8. Que problema percebe quando ocorre a coleta seletiva em seus bairros?
9. Você acha adequado como a prefeitura realiza a coleta seletiva e o que poderia ser melhorado?
10. Vocês poderiam falar para onde os resíduos são destinados e como são tratados após serem coletados dos bairros.

ANEXO D

2) Questões sobre o consumo

1. Para vocês qual é o fator de decisão na hora da compra?
2. Você adquire produtos somente necessários?
3. Você adquire produtos de marcas conhecidas no mercado ou não precisa ser conhecida? Por quê?
4. O fato dos fabricantes dos produtos investirem em projetos ambientais afeta sua decisão de comprar um outro produto.
5. Qual o sentimento que acompanha vocês nos momentos de comprar.
6. Para vocês o consumo é consciente ou emocional?
7. Você possui a preocupação de adquirir produtos que não agredam ao meio ambiente? Por quê?
8. Como vocês identificam se um produto é mais ecológico ou menos ecológico?
9. Há relação entre o nosso consumo e os problemas ambientais?
- 11- Você pagaria mais caro por um produto que não agrida o meio ambiente?
- 12- Na sua opinião conforto é fundamental para a felicidade? Por quê?

ANEXO E

3) Questões sobre ações de educação ambiental da prefeitura municipal de Lajeado?

1. Que ação de educação ambiental para separação de resíduos tem em Lajeado?
2. Quem realiza essas ações?
3. Você conhece algum tipo de ação sobre educação ambiental da prefeitura?
4. Na sua opinião qual a importância que a prefeitura dá para questões sobre resíduos sólidos? Por quê?
5. Qual a sua opinião sobre o comportamento dos moradores em relação à coleta seletiva no município de Lajeado? Por quê?
6. Como você faz para se manter informado sobre a questão dos resíduos no município de Lajeado?
7. Que meios considera mais adequado para informar os moradores sobre a separação de lixo?
8. Como a coleta seletiva pode melhorar?
9. Como vocês se relacionam com os catadores?
10. Vocês conversam com outras pessoas sobre o lixo? O que conversam?

ANEXO F

Calendário de coleta seletiva em Lajeado

Coleta Seletiva

Prefeitura Municipal de Lajeado

Além da tradicional coleta de lixo, seu bairro também conta com um dia na semana especial para o recolhimento do lixo reciclável. Faça a sua parte. Separando o lixo, mais do que contribuir para a melhoria da qualidade de vida em nossa cidade, você também vai estar preservando o meio ambiente.

Fique atento ao dia de recolhimento do LIXO SECO no seu bairro:

Segunda	Manhã Tarde*	Alto do Parque, Hidráulica, Americano, Florestal*, Moinhos*
Terça	Manhã Tarde*	São Cristóvão, Universitário, Carneiros*, Santo André*, Campestre*
Quarta	Manhã	Montanha, Moinhos D'Água, Floresta, São Bento
Quinta	Manhã	Olarias, Planalto, Igrejinha, Centenário, Imigrante, Bom Pastor, Conventos
Sexta	Manhã	Conservas, Santo Antônio, Nações, Morro 25, Jardim do Cedro
Sexta	Tarde	Centro
Segundo e último Sábado do mês	Tarde	Barra da Forqueta e Alto Conventos



Observação: a coleta do lixo orgânico segue com seu roteiro normal.

IMPORTANTE: todo o material coletado tem como destino a Central de Triagem, localizada junto ao Aterro Sanitário. Lá ocorre a separação e o posterior encaminhamento para as indústrias de reciclagem.

Segunda	Manhã Tarde*	Alto do Parque, Hidráulica, Americano, Florestal*, Moinhos*
Terça	Manhã Tarde*	São Cristóvão, Universitário, Carneiros*, Santo André*, Campestre*
Quarta	Manhã	Montanha, Moinhos D'Água, Floresta, São Bento
Quinta	Manhã	Olarias, Planalto, Igrejinha, Centenário, Imigrante, Bom Pastor, Conventos
Sexta	Manhã	Conservas, Santo Antônio, Nações, Morro 25, Jardim do Cedro
Sexta	Tarde	Centro
Segundo e último Sábado do mês	Tarde	Barra da Forqueta e Alto Conventos

ANEXO G

Centro de Educação Ambiental de Lajeado

Relatório de atividades para professores

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Constituição Federal de 1988, Art. 225

Escola: _____

Professor: _____

Nº de
alunos: _____

Série: _____ Data: ____/____/2009

Tema da Palestra: _____

Palestrante: _____

Local da palestra: () Sala da Natureza () Laboratório Verde () Parque do
Engenho () Escola () Auditório SEMA

Dê seu conceito marcando com X quanto aos aspectos abaixo:

Aspectos Avaliados	Ruim	Bom	Ótimo
Conteúdo			
Linguagem			
Recursos Usados			
Atividades Propostas			
Relação com o público			

Sugestões: _____

Ass.Responsável: _____



ANEXO H

Entrevista com SEMA Lajeado.

1. O município possui uma política municipal de meio ambiente? Quais?
2. Quais são os objetivos da política ambiental?
3. Quais são os princípios da política ambiental?
4. Como a prefeitura realiza o planejamento da política ambiental?
5. O Condema, que representa a sociedade civil organizada, participa da política municipal do meio ambiente? Como?
6. Em relação à questão ambiental do município quais situações considera mais problemáticas?
7. Quais as causas destas situações problemáticas?
8. Que ações são realizadas para resolver estes problemas?
9. Como a sociedade é incentivada pelo poder público para participar?
10. Como você percebe a participação da sociedade nas propostas ambientais que o município tem colocado em prática?
11. Quais grupos sociais participam mais e quais participam menos e quais não participam?
12. Como você acha que a sociedade poderia ser seduzida pra participar mais das ações e da política ambiental em Lajeado?

Coleta seletiva

13. Há quanto tempo existe a coleta seletiva no município de Lajeado? Quais os dias da coleta seletiva nos bairros?
14. Quais são os objetivos em desenvolver a coleta seletiva em Lajeado?
15. Estes objetivos estão sendo alcançados? Como? Quais formas de analisar os resultados dos objetivos a SEMA se utiliza?
16. Quanto de resíduos é recolhido no município? Diariamente e mensalmente?
17. Quanto de resíduos secos e orgânicos são recolhidos diariamente e mensalmente?
18. Quais as estratégias que a secretaria do meio ambiente utiliza para conscientizar e/ou sensibilizar os moradores do município da importância da coleta seletiva?
19. Você considera adequado o funcionamento do aterro? Por que?
20. Quais os principais problemas da coleta seletiva e suas causas na sua percepção?
21. Qual a avaliação da participação da população na coleta seletiva de resíduos?
22. Quais os maiores desafios da coleta seletiva? Quais as metas a curto, médio e longo prazo?

Educação Ambiental

23. Quais são os programas de educação ambiental do município?

24. Quais os temas abordados nas ações de educação ambiental?
25. Quais são as ações e estratégias e usadas na sua realização do projetos?
Quem é responsável para a implantação dessas ações? (Laura)
26. Qual é a trajetória das ações ambientais já realizadas?

EA e coleta seletiva

27. Quantos ações de educação ambiental voltados para os resíduos estão sendo realizados atualmente? Quais? Quais os públicos que esses projetos atingem?
28. Qual a metodologia usada nas ações? Como são executadas?
29. Como a SEMA avalia o comportamento dos moradores antes e depois da implantação dos projetos de educação ambiental para coleta seletiva?
30. Nestes projetos de educação ambiental são estabelecidos metas, critérios e mecanismos para o acompanhamento e a avaliação para mensurar sua eficácia?
31. Estes projetos e ações de educação ambiental são divulgadas nos meios de comunicação? Quais os meios? Com que periodicidade? Quais horários? Quais públicos buscam sensibilizar com prioridade?
32. Que tipo de informações são abordadas nos meios de divulgação?
33. Quais as formas de analisar os resultados que a secretaria utiliza para analisar os resultados?